



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
Centro de Educação e Humanidade  
Faculdade de Formação de Professores  
Programa de Pós-Graduação em História Social

Marlon Barcelos Ferreira

**Da arqueologia para a história: O lugar dos Índios no município de  
Araruama**

São Gonçalo

2019

Marlon Barcelos Ferreira

**Da arqueologia para a história: O lugar dos Índios no município de Araruama**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre ao Programa de Pós – Graduação em História Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Rui Aniceto Nascimento Fernandes

São Gonçalo

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/ REDE SIRIUS/ CB/C



Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Marlon Barcelos Ferreira

**Da arqueologia para a história: O lugar dos Índios no município de Araruama**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre ao Programa de Pós – Graduação em História Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em de setembro de 2019

Orientador (a) (es): Prof. Dr. Rui Aniceto

UERJ

Banca Examinadora: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. José Ribamar Bessa Freira

UERJ

\_\_\_\_\_  
Profª Dra. Maria Regina Celestino de Almeida

Universidade Federal Fluminense

\_\_\_\_\_

São Gonçalo

2019

## **DEDICATÓRIA**

Este trabalho é dedicado a memória de meu Pai: Alfrânio Nunes Ferreira

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos povos indígenas que nunca deixaram de lutar pelo seus direitos e ainda hoje sofrem com o descaso e a violência.

Agradeço ao Professor Ricardo Adriano e a senhora a que me atenderam de forma gentil na busca de informações sobre a história da cidade.

Agradeço aos funcionários Clóvis Brasil e Aline Vecchi do Centro de Memória e Museu Arqueológico de Araruama que apesar das dificuldades lutam dia a dia pela cultura, história e memória de Araruama.

Agradeço aos amigos e amigas do Programa de Pós Graduação da UERJ que compartilharam dúvidas, incertezas e vitórias nessa caminhada em busca do conhecimento.

Agradeço aos funcionários da UERJ que mesmo vivendo tempos de incerteza mantêm a Universidade com todo o orgulho e profissionalismo.

Agradeço a todos os professores que mesmo vivendo em tempos de incerteza mantiveram sua dedicação e amor ao ensino.

Agradeço aos professores de minha qualificação Prof. Que me ajudaram com suas observações e profissionalismo.

Agradeço ao meu orientador Professor Rui Aniceto pela paciência, compreensão e pelas conversas que me trouxeram conhecimento acerca do ofício do historiador e da própria vida. Uma pessoa que soube compreender todas as dificuldades do meu percurso e com um conhecimento vastíssimo sobre a história e principalmente a vida. Não existem palavras para agradecer-lo.

Agradeço a minha família pela ajuda nessa caminhada, minha prima Adriana Nunes na revisão, meu primo Alexandre na leitura.

Agradeço a mãe, irmão que participaram dessa jornada ao meu lado de forma incondicional.

Agradeço a minha amada esposa Denise pelas leituras, correções, conversas e paciência nessa longa jornada a qual este comigo sempre esteve de forma inquestionável.

Agradeço a minha filhinha, que entrava no meu quarto durante as longas horas de trabalho falando papai, sentando no meu colo ou me puxando pelas mãos.

Quando nós mostramos o nosso respeito por outros seres vivos, eles respondem com respeito por nós.

*Arapaho*





## RESUMO

FERREIRA, Marlon Barcelos. Da arqueologia para a história: O lugar dos índios no município de Araruama. 2019. 121 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2019.

Este trabalho tem como foco de análise a cidade de Araruama, onde entendemos o papel dos arqueólogos como construtores de uma nova narrativa sobre a história da região. Em uma perspectiva local, esses arqueólogos através de inúmeras ações foram selecionando, preservando e destacando o que é patrimônio arqueológico e assim promovendo uma escrita da história na qual destacaremos um novo lugar destinado aos povos indígenas. Desta maneira, entendemos a arqueologia como uma forma de narrativa atrelada as percepções de história pública e cultura histórica aqui adotada. Para tanto, analisaremos a produção desses agentes que são os arqueólogos através do histórico das pesquisas e da análise dos relatórios de pesquisas, artigos e teses. Essas pesquisas arqueológicas alimentaram uma determinada leitura do passado local e que foi retrabalhada pela Prefeitura de Araruama ao longo dos anos através de seus diversos agentes, que propagaram através de ações narrativas diversas uma nova leitura sobre o passado local.

Essas políticas públicas efetivadas pela Prefeitura Municipal de Araruama através de seus agentes vão no sentido de emissão de uma determinada leitura do passado da cidade, no sentido de conceder um novo lugar para os indígenas na história do município de Araruama. Essas outras formas narrativas se constituíram através da criação de um Museu Arqueológico Tupinambá, da criação de uma Medalha de honra Municipal denominada Tupinambá, da criação de uma cartilha escolar e dos trabalhos desenvolvidos na Escola Municipal Honorino Coutinho. Entendemos nessas políticas públicas e dentro de uma perspectiva de história pública a construção de outra interpretação sobre o passado da cidade, na qual se utiliza outros suportes para sua divulgação. De maneira concomitante analisaremos também sobre os discursos produzidos sobre os indígenas nessas outras formas de narrativas sobre o passado e assim refletiremos sobre uma perspectiva da manutenção de uma antiga história indígena ou a propagação de discursos inseridos dentro de uma nova história indígena.

Palavras-chave: História Local. História Indígena. História Pública. Arqueologia.

## ABSTRACT

FERREIRA, Marlon Barcelos. From archeology to history: The place of the Indians in the municipality of Araruama. 2019. 121 f. Dissertation (Master in Social History) - Faculty of Teacher Training, Rio de Janeiro State University, São Gonçalo, 2019. FERREIRA, Marlon Barcelos. From archeology to history: The place of the Indians in the municipality of Araruama. 2019. 121 f. Dissertation (Master in Social History) - Faculty of Teacher Training, State University of Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2019

This work focuses on the city of Araruama, where we understand the role of archaeologists as builders of a new narrative about the history of the region. From a local perspective, these archaeologists through numerous actions have been selecting, preserving and highlighting what is archaeological heritage and thus promoting a writing of history in which we will highlight a new place for indigenous peoples. Thus, we understand archeology as a form of narrative linked to the perceptions of public history and historical culture adopted here. To do so, we will analyze the production of these agents who are archaeologists through the history of research and the analysis of research reports, articles and theses. This archaeological research fed a certain reading of the local past and was reworked by the Araruama City Hall over the years through its diversos agents, who propagated through various narrative actions a new reading about the local past.

These public policies implemented by the Araruama City Hall through its agents are aimed at issuing a certain reading of the city's past, in order to grant a new place for the indigenous people in the history of the municipality of Araruama. These other narrative forms were constituted through the creation of a Tupinambá Archaeological Museum, the creation of a Municipal Honor Medal called Tupinambá, the creation of a school booklet and the work developed at Honorino Coutinho Municipal School. We understand in these public policies and within a public history perspective the construction of another interpretation of the city's past, in which other supports are used for its dissemination. At the same time we will also analyze the discourses produced about the indigenous in these other forms of narratives about the past and thus reflect on a perspective of the maintenance of an old indigenous history or the spread of discourses inserted within a new indigenous history.

Keywords: Local History. Indian history. Public History. Archeology.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Indios.....	15
Figura 2	Tupis .....	32

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CIDE	Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro Centro de Estatística
CEPERJ	Pesquisa e Formação Instituto Histórico Geografico Brasileiro
IHGB	Museu Nacional
MN	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UERJ	Universidade de São Paulon

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
1	<b>OBJETIVOS</b> .....	26
1.1	<b>Geral</b> .....	26
1.2	<b>Específicos</b> .....	26
2	<b>Indigenas</b> .....	27
2.1	<b>Modelo experimental</b> .....	27
2.2	<b>Procedimentos analíticos</b> .....	29
2.3	<b>Tupis</b> .....	30
2.6	<b>Avaliação dos Glicosaminoglicanos (GAGs)</b> .....	32
2.7	<b>Análises estatísticas</b> .....	35
3.0	<b>Atualidade</b> .....	62
4	<b>DISCUSSÃO</b> .....	68
	<b>CONCLUSÕES</b> .....	77
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	78

## INTRODUÇÃO

Ao andar pelo litoral do Estado do Rio de Janeiro, na Região dos Lagos, observa-se alguns sítios arqueológicos formados por enormes aglomerados de conchas. São importantes sítios conhecidos como sambaquis. Esta denominação é originária da mistura dos termos tupi, *tamba* (conchas) e *ki* (amontoado), dando origem a palavra sambaqui (SOUZA, 1997). O Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA)<sup>1</sup> definiu em linhas gerais que um sambaqui é um tipo de “sítio arqueológico cuja composição seja predominantemente de concha”(SOUZA, 1997, p. 115). São os vestígios materiais mais antigos da ocupação humana da Região dos Lagos e as datações mais antigas beiram há cerca de 4.000 anos AP (KNEIP, 1983).

Esta parte do litoral Fluminense é denominada popularmente de Região dos Lagos, pois em seus municípios são encontrados dois grandes complexos lagunares: Araruama e Saquarema. O Centro de Estatística, Pesquisa e Formação (CEPERJ)<sup>2</sup> designa este local como a Microrregião dos Lagos na qual fazem parte as cidades de Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia e Saquarema. O município que será palco da análise neste projeto é a cidade de Araruama, localizada no entorno do Complexo Lagunar de Araruama, e que possui atualmente cerca de 120 mil habitantes,<sup>3</sup> segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A Região dos Lagos antes da chegada dos europeus já era intensamente habitada. A ocupação humana da região teve início quando milhares de nativos ocuparam todo o território entorno dos complexos lagunares de Araruama e Saquarema em um movimento que começou há milhares de anos e que prosseguiu até a chegada dos europeus, quando ocorreu o início do processo de conquista e colonização da região (ALMEIDA, 2013). Esse processo acabou levando ao extermínio de grande parte das populações nativas e a formação dos primeiros núcleos portugueses na Região dos Lagos (MOREIRA, CARNEIRO, 2010).

Um passado indígena que primeiramente foi designado pelos historiadores como a Pré-História (PROUS, 1991) e que durante muito tempo foi praticamente ignorado pela comunidade de historiadores. Há, então, um período da história humana mais ligada ao

---

<sup>1</sup>Um programa de arqueologia criado no ano de 1964 com o objetivo de se realizar um mapeamento arqueológico do território brasileiro.

<sup>2</sup>Fundação Estadual responsável pelo mapeamento e estatística do Estado do Rio e Janeiro

<sup>3</sup> O site do IBGE possui dados de diversas naturezas sobre os municípios brasileiros. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/araruama> > Acesso em 23 de novembro de 2018.

ambiente acadêmico dos arqueólogos e antropólogos, pois muitas das pesquisas sobre indígenas são contempladas apenas em pesquisas arqueológicas e antropológicas (ALMEIDA, 2013). Este cenário só começou a mudar a partir das décadas de 1970 e 1980. Um período no qual o Brasil passou por grandes mudanças políticas, sociais e econômicas e que acabaram ajudando a criar um ambiente favorável para a luta dos povos indígenas em busca de seus direitos e reconhecimento. Ao mesmo tempo, essas mudanças se complementaram com novas posturas teóricas e metodológicas no campo das ciências humanas, que acabaram por incrementar e gerar um aumento no número de estudos sobre a questão indígena no Brasil nos seus mais variados aspectos (histórico, social, etc.).

A própria ciência histórica sofreu os impactos dessas mudanças e em seu meio tivemos o aparecimento do que foi denominado por John Monteiro (2001b), como uma nova história indígena. “Nas últimas décadas, no entanto, os estudos históricos sobre eles têm se multiplicado e contribuído para desconstruir visões equivocadas e preconceituosas sobre suas relações com os colonizadores” (ALMEIDA, 2010, p.9).

Dentro deste contexto de mudanças políticas e sociais, houve também um grande avanço na luta pelos direitos indígenas quando foi sancionada em 2008, durante o governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva, a lei 11.645/08<sup>4</sup>. Esta lei determina a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro e indígena aos estudantes da Educação Básica de todo o território nacional. Assim, lentamente foi ganhando força a percepção e o reconhecimento da história indígena enquanto uma parte importante da história nacional. Afinal, durante muito tempo as narrativas históricas excluía ou incorporavam os indígenas de forma marginal, como salienta o professor Antonio Carlos de Souza Lima:

A “narrativa histórica oficial”, os currículos desde o ensino básico ao universitário, passando pela mentalidade dos governantes – seja qual for a área da administração pública – e dos gestores de instituições de ensino, ou mesmo pelo mais comum dos cursos de graduação em história, ao fornecerem uma única linha explicativa calcada em momentos privilegiados em que os indígenas não estão presentes (2006, p 15).

Nos últimos anos, em decorrência dessas mudanças, muitos livros de História utilizados na educação básica tiveram que ser atualizados e passaram a incorporar a história indígena enquanto parte importante da história nacional. Dessa forma, reconhecendo os

---

<sup>4</sup> Lei disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm)



indígenas também enquanto agentes da história e seu papel na formação plural da cultura e da história brasileira e rompendo com as velhas narrativas na qual:

A nossa história tem sido sempre descrita como a história da colonização, como a narrativa da transferência de pessoas, instituições e conhecimentos para um novo cenário, não-europeu, sobre o qual estas vieram a estabelecer um progressivo controle, dando origem ao marco territorial atual (FREIRE;OLIVEIRA, p. 17, 2006).

Há um lento, mas perceptível, desenvolvimento de algumas políticas públicas nos últimos anos que têm procurado propagar e reforçar outra visão sobre a história do Brasil e na qual “[...] os povos indígenas em diferentes tempos e espaços começaram a aparecer como agentes sociais cujas ações também são importantes para explicar os processos históricos por eles vividos” (ALMEIDA, 2010, p.10). Fazendo um contraponto a uma perspectiva da historiografia nacional que reproduz uma visão essencialista sobre a cultura dos povos indígenas, com novos olhares que buscam compreender as sociedades nativas como dinâmicas e abrindo espaço para o reconhecimento de suas pluralidades e identidades móveis, vivas (ALMEIDA, 2010).

Da mesma forma, enquanto agentes da história, os diferentes grupos indígenas também tem procurado eles mesmos construir e divulgar sua história e cultura através de diferentes meios disponíveis. Um deles é através do projeto “Vídeo nas Aldeias”<sup>5</sup>. Um projeto criado e idealizado pelo antropólogo e cineasta Vicent Carelli, no qual são realizados cursos e oficinas de vídeo entre as diferentes etnias indígenas, para que os mesmos possam registrar e criar seus próprios filmes, contando sob seu ponto de vista a sua cultura e história (GONÇALVES, 2012).

Apesar de todos os avanços obtidos em relação à temática indígena no Brasil nas últimas décadas, ainda existem muitas áreas que merecem mais avanços e uma delas é o ensino de história. Dessa maneira, entende-se que a aplicabilidade do ensino de história indígena nas escolas, a edição de livros escolares e a formação de professores da rede básica nas universidades, são preocupações ainda pertinentes, mesmo após todos os avanços nas últimas décadas. A própria lei 11.645/08, depois de mais de dez anos de promulgação, ainda enfrenta problemas em sua aplicação como salienta o pesquisador Edson Silva, da Universidade Federal de Pernambuco, ainda “[...] persistem vários desafios para efetivação do que determinou a Lei 11.645/2008.” (2012, p.220).

---

<sup>5</sup>Disponível em: <http://www.videonasaldeias.org.br/2009/>

Esses fatores tem afetado a formação de pesquisadores e de professores sobre a história e a cultura dos povos indígenas e de certa forma ajudado a se perpetuar essas antigas narrativas que “[...] contribuíram para excluir os índios de nossa história” (ALMEIDA, 2010, p 25). Nesse cenário uma das maiores dificuldades se coloca na formação dos próprios professores, pois segundo o historiador José Ribamar Bessa Freira, é necessário “[...] interferir nos currículos de licenciatura em todas as universidades públicas e privadas” (FREIRE, 2010) e também a “[...] jogar pesado em oficinas e cursos de atualização de professores [...]” (FREIRE, 2010).

Em tal contexto, muitos têm questionado a importância do ensino de história indígena (SILVA, 2012) nas escolas, e a propagação de questões como: Quais outras formas para ensinar sobre os indígenas? Qual a importância do ensino de história indígena nas escolas? Como incluir os indígenas nos livros de história? E no momento atual, esse debate vai além, pois essas questões referentes ao ensino de história indígena se somam a outros debates já existentes (WANDERLEY, 2016) sobre a própria disciplina história, a necessidade de seu ensino e seu papel na vida das pessoas. E ainda aparecem questionamentos como: Qual a utilidade da história? Os livros de história devem ser revistos? Tem o professor e a história um papel social?

Todas essas questões avançavam em direção aos debates e conversas que eram realizadas mensalmente entre os professores de história da Rede Municipal de Araruama nos últimos anos. Essas reflexões giravam em torno de vários temas como as dificuldades de ensinar história, os problemas do ensino e a inclusão do ensino de história indígena preconizado por lei federal de 2008. Uma das pautas desses encontros mensais era justamente pensar sobre os livros didáticos e a necessidade de se construir um material de apoio para os professores sobre a história da cidade. Os livros sobre a história da cidade escritos até o presente momento foram todos escritos ao longo do século XX, entre as décadas de 30 e 90, e dentro de uma escrita de história focado em ações políticas e grandes personagens (FERNANDES, 2009). Naquele momento tornava-se imperativo a constituição de novos materiais atualizados dentro de novas perspectivas historiográficas e com abordagens pertinentes ao ensino de história e a formação dos professores na atualidade. Ao mesmo tempo em que também pudesse abarcar a história indígena do município e assim enquadrar o material também dentro da lei 11.645/08, que tornou obrigatório o ensino de história indígena.

Algumas indagações se fizeram presentes, pois se os professores não estão preparados e nem existe material de ensino sobre história local, como ao circular pela cidade é possível encontrar inúmeras referências explícitas ao passado da cidade e na qual elementos da história

e da cultura indígena como nomes, urnas, antropofagia, museus, medalhas, estátuas? Nesse ponto, é importante destacar que não era a ciência histórica ou os professores de história nas escolas da cidade que estavam provendo informações sobre o passado local indígena para os moradores da cidade. Pelo contrário, como salientado acima, nas reuniões, uma das temáticas presentes era justamente sobre a necessidade de se produzir material de história local para o suporte dos professores e sua utilização em sala de aula e que também abarcasse a temática indígena.

Figura 1 – Jornal Local



Fonte: Disponível em [https://issuu.com/jornalocidadao2/docs/tupinamba\\_08](https://issuu.com/jornalocidadao2/docs/tupinamba_08).

Acesso em 12 de maio de 2019.

Figura 2 – Empresa de ônibus



Figura 2 - Disponível em <https://onibusbrasil.com/connectionbus/677318> Acesso em 12 de maio de 2019

Sendo assim torna-se necessário buscar as respostas em outro local que não passam pelos livros de história de Araruama. Ou seja, existe uma história recente relacionada aos indígenas circulando pela cidade e não foi provida pelos historiadores locais. A proposta nessas páginas e fio condutor principal desta pesquisa, é o de procurar explicitar e analisar sobre a produção e circulação dessas novas e diversas narrativas sobre a história de Araruama e que perpassam os livros de história e o ofício do historiador, procurando entender o lugar dos indígenas nessas novas narrativas sobre história local.

Nesse sentido, entende-se que em Araruama, esse passado indígena foi ganhando amplitude, principalmente como resultado das inúmeras pesquisas arqueológicas, que começaram na década de 1970, com alguns salvamentos fortuitos de sítios arqueológicos, mas que somente ganharam força a partir da década de 1990. As escavações permitiram delinear uma ocupação pioneira de indígenas ligados ao grupo étnico Tupinambá, no território do atual município de Araruama. Um grupo étnico que por sua vocação expansionista pode ser encontrado em muitos lugares diferentes, do seu espaço de origem, foi a região Amazônica (PROUS, 1991). O antropólogo Carlos Fausto salienta que utilizando algumas diferenças linguísticas e culturais, os pesquisadores dividiram esse grupo em dois blocos que ocuparam regiões distintas do território brasileiro ao longo do tempo:

[...] ao sul, os Guarani ocuparam as bacias dos rios Paraná, Paraguai, Uruguai e o litoral, desde a Lagoa dos Patos até Cananéia (SP); ao norte, os Tupinambá dominavam a costa desde Iguape até, pelo

menos, o Ceará, e os vales dos rios que deságuam no mar. (2014, p. 69).

Em Araruama a equipe de arqueólogos ligados ao Museu Nacional - Universidade Federal do Rio de Janeiro (MN-UFRJ), encontrou inúmeros sítios arqueológicos Tupinambás, e alguns com as mais antigas datações encontradas no sudeste (PROUS, 1991). Essas pesquisas têm provocado pesadas reflexões na academia sobre a origem e a expansão dos tupis no Brasil, como destaca o arqueólogo da Universidade de São Paulo (USP), Eduardo Neves, “Os resultados são bem surpreendentes. Eles complicam um pouco as coisas, talvez até nos levando a rejeitar uma origem amazônica dos tupis-guaranis.” (NEVES, 2008, n.p.). No entanto, o resultado dessas pesquisas arqueológicas não apenas tiveram um impacto na academia, como também na população local através da recuperação feita pelos arqueólogos, de um conjunto de vestígios e artefatos arqueológicos, e que trouxeram à tona toda uma série de informações sobre o passado indígena local.

No cenário desenhado nas linhas acima, percebe-se que os livros de história sobre o município de Araruama escritos até o presente momento, não se constituem nas únicas narrativas sobre o passado da cidade. Pela temática indígena que é o foco desta pesquisa, é possível enxergar que, além dos livros de história, há, nos últimos anos, o desenvolvimento de outras narrativas que perpassam os livros, e que de alguma maneira tem servido como referência para os habitantes locais.

Nesses tempos de questionamentos sobre o papel da história na sociedade, os diversos usos do passado e as indagações diante das incertezas do presente, o conceito de consciência histórica ganha espaço no Brasil nos últimos anos, e tem no alemão Jorn Rüsen, um dos seus grandes autores na atualidade. Para este autor, o conceito de consciência histórica pode ser definido como: “[...] a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo.” (2001, p. 57).

Assim para Jorn Rusen, essa consciência histórica é a capacidade humana de lidar com o tempo passado, presente e futuro em suas vidas e a necessidade desta orientação temporal para agir no mundo. Outra pensadora, Agnes Heller, que em seus estudos aplica e trabalha com o conceito de consciência histórica, também acaba indo ao encontro com esta perspectiva defendida pelo professor alemão Jorn Rüsen, de pensar a consciência histórica como algo inerente e necessário ao ser humano. Apesar da autora entender sua variabilidade ao longo do tempo. Assim, para Agnes Heller, “A pergunta nunca muda, mas as respostas variam. A

resposta à pergunta – De onde viemos, o que somos e para onde vamos? – será chamada de consciência histórica [...]”(1993, p. 15 )

Diante de tantos questionamentos, mais do que nunca é necessário pensar como os homens necessitam dessa interação com as temporalidades para viver, agir e se orientar no mundo. Uma necessidade imperativa pois “Sin conciencia histórica viviríamos encerrados em el presente, el mundo sería ininteligible y, por tanto, nuestra condición no difería en gran medida de la de los animales.”<sup>6</sup> (COSTA, 2009, p.276) Nesse ponto, chama atenção o fato de que essa necessidade e capacidade humana de lidar com o passado não é algo restrito a ciência histórica e acadêmica, e conseqüentemente disponível apenas aos iniciados no assunto, que são os historiadores. Dentro desta lógica, o autor Luis Fernando Cerri, identifica que tanto a autora Agnes Heller quanto o autor Jorn Rüsen, concordam com o fato de em todo momento o ser humano de diferentes maneiras pode de alguma forma acessar e pensar o passado:

Pensar historicamente é um fenômeno antes de mais nada cotidiano e inerente à condição humana, com o que pode-se inferir que o pensamento histórico vinculado a uma prática disciplinar no âmbito do conhecimento acadêmico não é uma forma qualitativamente diferente de focar a humanidade no tempo, mas sim uma perspectiva mais complexa e especializada de uma atitude que, na origem, é cotidiana e inseparavelmente ligada ao fato de estar no mundo. (CERRI, 2001, p.99)

Esta consciência histórica presente nos homens se relaciona com todas as formas de pensamento histórico com as quais os homens possam ter acesso durante a vida, e não apenas nos livros de história acadêmicos ou a história escolar. Inserido nesse debate, temos a percepção de que a ciência histórica preconizada em uma operação historiográfica (DE CERTEAU, 2002), torna-se apenas uma das formas de acessar o passado e na qual os homens podem se utilizar para essa orientação temporal, onde Jorn Rusen, também salienta a propriedade humana de acessar esse passado através de outros meios possíveis, “[...] isso inclui o papel da História e as representações nos meios de comunicação de massa; ela considera as possibilidades e limites das representações históricas visuais em museus e explora diversos campos.” (2010, p. 32-33).

---

<sup>6</sup>O trecho correspondente na tradução é: “Sem a consciência histórica, viveríamos no presente, o mundo seria ininteligível e, portanto, nossa condição não diferia muito da dos animais.”

No caso estudado, entende-se que a ciência histórica não detém o monopólio nesta relação dos habitantes de Araruama com o seu passado. Por esta perspectiva é possível compreender que o passado da cidade de Araruama, de diversas formas, adentra entre os seus habitantes, pois estes necessitam interagir com o tempo para se orientarem em suas ações cotidianas. Fazendo uma composição com o conceito de consciência histórica e ampliando a discussão, será utilizado nessa pesquisa, o conceito de cultura histórica. Um conceito que ganhou amplitude quando foi utilizado por Jacque Le Goff em seu livro *História e Memória*, e que tinha sido anteriormente sistematizado por outro historiador Frances Bernad Guené. Para Le Goff, a cultura histórica é “a relação que uma sociedade na sua psicologia coletiva, mantém com o passado” (1990, p.48).

Nesse sentido um outro autor a ser destacado e que também se utiliza do conceito de cultura histórica, é o espanhol Fernando Sanchez Costa. Ampliando o debate acerca do conceito de cultura histórica foi definido por Fernando Sanchez Costa, como a maneira que uma determinada sociedade se relaciona (conhece e interpreta) com o seu passado: “la cultura historica es el modo concreto y peculiar em que una sociedad se relaciona com su pasado”<sup>7</sup> (2009, p.277) e na qual a “ [...] conciencia (histórica) se plasmaba y se objetivaba después em el espacio público.”<sup>8</sup> (2009, p.275). De forma direta, podemos definir o tema que a cultura histórica trata como sendo:

Entendo por cultura histórica os enraizamentos do pensar historicamente que estão aquém e além do campo da historiografia e do cânone historiográfico. Trata-se da intersecção entre a história científica, habilitada no mundo dos profissionais como historiografia, dado que se trata de um saber profissionalmente adquirido, e a história sem historiadores, feita, apropriada e difundida por uma plêiade de intelectuais, ativistas, editores, cineastas, documentaristas, produtores culturais, memorialistas e artistas que disponibilizam um saber histórico difuso através de suportes impressos, audiovisuais e orais. (FLORES, 2007, p.95)

Dentro de uma determinada relação com o passado alicerçada em uma cultura história, identifica-se uma cultura historiográfica, que se alinha dentro dos cânones científicos e dentro dos parâmetros de uma operação historiográfica (DE CERTEAU, 2002). Por outro lado, há

---

<sup>7</sup>O trecho correspondente na tradução é: “A cultura histórica é a maneira concreta e peculiar pela qual uma sociedade se relaciona com seu passado.”

<sup>8</sup>O trecho correspondente na tradução é: “consciência (histórica) foi refletida e objetivada mais tarde no espaço público.”

leituras sobre o passado realizado por outros meios e que perpassam os historiadores. Portanto “[...] enquanto a cultura histórica se espalha e se desenvolve através de outras mídias, a cultura historiográfica ainda esta atrelada a narrativa histórica, aos livros e artigos científicos.” (VILAR, 2014, n.p.). Nesse ponto, para tratar dessas outras narrativas sobre o passado e que perpassam uma cultura historiográfica, ganha força nos últimos anos o debate acerca do que foi denominada pelos historiadores de Public History em inglês e que no Brasil ficou conhecido como História Pública. O conceito nasceu na década de 70, na Inglaterra e logo se expandiu por outras regiões do mundo (SANTHIAGO, 2016) e foi se consolidando como um campo de pesquisa dedicado a estudar as narrativas históricas que perpassam uma cultura historiográfica atrelada aos artigos, livros de história e do espaço acadêmico.

O conceito de História Pública por sua amplitude envolve três instâncias; o fazer, o pensar e o próprio campo de estudo. Na parte do fazer e do pensar segundo Ricardo Santhiago, a história pública já era praticada no Brasil há muito tempo sob diversos nomes como usos da memória, usos do passados, estudos sobre patrimônio, os usos dos museus e outros temas, mas agora se reuniu tudo dentro de um campo específico, o que permitiu que se formasse um conceito único para debate (SANTHIAGO, 2016). Recentemente no Brasil a configuração e o estabelecimento de um campo dentro da ciência histórica onde se procura e busca analisar o pensar e o fazer dessas outras formas de narrativas sobre o passado e que são praticadas, através de diferentes formas na qual esse passado se apresenta, tais como monumentos, medalhas, estátuas, fotos, livros e etc., por diferentes agentes e direcionada a divulgação ao grande público (SANTHIAGO, 2016; MAUAD, 2016).

Neste contexto, também destacamos a memória como um elemento importante para se pensar cultura histórica e história pública, pois “a memória não é história, mas um dos seus objetos e simultaneamente um nível elementar de elaboração histórica” (LE GOFF, 1990, p. 49). Ou seja, a memória social traz consigo um tipo de representação do passado perante as pessoas e a sociedade na qual ela está inserida, e na qual a própria história fornece material para que a mesma seja formada ou nas palavras de Michael Pollak, “O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecida pela história.”(1989, p.10). Por sua vez, no seu livro *História e Memória*, o historiador francês Jacque Le Goff, também chama a atenção para os desdobramentos que essa elaboração do passado, na forma de memória social traz, como a questão da identidade e seus usos com fins políticos e de sua importância, pois:



[...] memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção. (1990, p.475).

Deste modo, esse breve apanhado sobre cultura histórica e histórica pública serve como porta de entrada para começar a refletir acerca da produção e circulação dessas diversas narrativas sobre a história de Araruama e que perpassam o ofício do historiador, procurando entender o lugar dos indígenas nessas novas narrativas e discursos construídas por diferentes agentes sobre a história local. Segundo o autor Fernando Sánchez Costa (2009), a produção, circulação, os agentes envolvidos, as narrativas e os discursos estão baseados em uma rede sócio-comunicativa passíveis de análise. Para tanto, a metodologia desenhada pelo Fernando Sánchez Costa envolve alguns componentes que são as bases de uma determinada cultura histórica: “configuradores de la cultura histórica<sup>9</sup>” (os agentes emissores de uma determinada interpretação do passado), “el mensaje em la cultura histórica<sup>10</sup>” (o discurso construído sobre o passado), “los médios de la cultura histórica”<sup>11</sup> (os meios de transmissão de uma leitura do passado) e “lós receptores de la cultura histórica<sup>12</sup>” (as pessoas que recebem o discurso) (2009, p.278). Sendo “[...] es la clave para entender los processor por los cuales se difunde y se discute em una sociedad uma determinada interpretación de la história. <sup>13</sup>” (COSTA, p.204)

Na busca de entender a circulação de narrativas locais se faz necessário buscar os livros sobre a história local existentes na cidade. Em um momento inicial é importante refletir sobre a escrita da história local e elencar as diferentes narrativas que foram produzidas ao longo do tempo sobre o passado do município de Araruama, e, a partir daí, refletir sobre o lugar destinado aos indígenas nessas narrativas que discorrem sobre a história da cidade. Nesse intento realiza-se um levantamento bibliográfico sobre os livros que foram escritos com a temática principal a história da cidade de Araruama. Salienta-se que dentro dos debates atuais da geografia e da história, esse recorte espacial, baseado em critérios políticos

<sup>9</sup>O trecho correspondente na tradução é: “Configuradores da cultura histórica.”

<sup>10</sup>O trecho correspondente na tradução é: “A mensagem da cultura histórica.”

<sup>11</sup>O trecho correspondente na tradução é: “Os meios da cultura histórica.”

<sup>12</sup>O trecho correspondente na tradução é: “Os receptores da cultura histórica.”

<sup>13</sup>O trecho correspondente na tradução é: “[A] chave para entender os processadores pelos quais é disseminado e discutido em uma sociedade ou uma certa interpretação da história”.

administrativos, devem ser entendidos como construções históricas, e não algo dado naturalmente.

Em Araruama, esses diferentes autores ao escreverem suas narrativas se propuseram a pensar a região a partir dos marcos políticos administrativos que marcam o território araruamense e que assim delimitam aquela unidade política que é o município de Araruama na Região dos Lagos. As escolhas se guiam pensando assim na produção dessas narrativas específicas sobre Araruama e objetivando o público da cidade de Araruama e consumidor dessas leituras sobre o passado local.

Esses livros em sua totalidade são enquadrados dentro de um modelo de escrita que foi nomeada durante muito tempo de história memorialista. Dentro da perspectiva de uma história pública, nesta pesquisa trataremos esses escritos sobre a cidade de Araruama realizados ao longo do século XX por historiadores não acadêmicos, como uma forma de narrativa histórica. A historiografia sobre a cidade de Araruama será dividida em dois momentos para ter uma percepção sobre a relação entre essas narrativas e as pesquisas arqueológicas que se desenvolveram a partir da década de 1970 na cidade. Desta forma há os primeiros escritos entre as décadas de 1930 a 1970, e os escritos entre os anos 1970 e 1990 que já foram escritos em um momento na qual já estavam sendo desenvolvidas as primeiras pesquisas arqueológicas na cidade.

Em Araruama, não obstante a existência de uma historiografia local que delineou a história da cidade entre 1930 e 1990, entende-se diante das colocações descritas nos parágrafos anteriores, a construção de outras narrativas sobre o passado da cidade. Narrativas que se utilizaram de outros suportes narrativos e que devem ser compreendidas dentro da perspectiva de uma cultura histórica e história pública. Afinal, como salienta José Newton Coelho Meneses;

[...] o usos da história e a construção de narrativas memorialísticas, divulgação da compreensão da história em suportes múltiplos, são questões pertinentes á reflexão sobre as leituras públicas da história, sobre a história pública (2016, p.330, 2011)

Entendendo que os livros de história e outros meios narrativos não devem ser ingenuamente tirados como verdadeiros e na qual o historiador “[...] limitavam-se à colheita das informações diretas que estes textos lhes podiam proporcionar.” (BASTOS, 2011, p3). Dentro de uma perspectiva que se ampliou nas últimas décadas diante dos debates e avanços historiográficos, entende-se que esses livros e os outros meios narrativos que serão analisados ao longo da pesquisa, são [...] sempre portador de um discurso que, assim considerado não

pode ser visto como algo transparente.” (BARROS, 2011, p.3). Mesmo o patrimônio arqueológico e as exposições devem ser entendidos como “[...] estruturado pelos discursos que enunciamos.”(GONÇALVES, 2002, p.112). Portanto,

Quando me refiro, portanto, aos discursos do patrimônio, estou na verdade referindo-me ao conjunto de concepções de patrimônio, às concepções de tempo, espaço, subjetividade etc. Em outras palavras, na medida em que o pensamento não é anterior às palavras, frases e nem mesmo à entonação com que escrevemos ou falamos. (GONÇALVES, 2002, p.112).

Todo discurso carrega “[...] visões de mundo que são parte integrante dessas linguagens e se opõem as outras. Não há visões de mundo, formas de pensamento, separadas dos discursos que as veiculam.” (GONÇALVES, 2002, p.112). Nesse sentido, utilizaremos a metodologia da análise do discurso, uma ferramenta que nos permite observar esses discursos e assim se compreender e relacionar o texto e o contexto, como bem salientando por Flamarion:

Trata-se, antes, de relacionar texto e contexto, de buscar os nexos entre as ideias contidas nos discursos, as formas pelas quais elas se exprimem e o conjunto de determinações extratextuais que presidem a produção, a circulação e o consumo dos discursos. Em uma palavra, o historiador deve sempre, sem negligenciar a forma do discurso, relacioná-la ao social (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 378)

Sendo que “De acordo com esta visão complexa e multidimensional do texto que se mostra a mais adequada para o historiador [...]” (BARROS, 2004, p.136), pode-se acrescentar uma análise do ‘intertexto’, que se refere “ao relacionamento de um texto com outros textos”. Para melhor direcionar a pesquisa, a análise será dividida em duas etapas. Na primeira será feita a transcrição e a interpretação dos elementos textuais das narrativas, atendo-se a parte textual. Para tanto, a análise foi balizada na metodologia adotada pelos historiadores Mauro Cezar Coelho e Helenice Aparecida Bastos Rocha na análise do papel dos indígenas nas narrativas dos livros didáticos (COELHO; ROCHA, 2012). Nesse sentido, em um primeiro momento serão analisados os atores envolvidos e os papéis que lhe são atribuídos nas narrativas e depois verificada a tipologia das ações destinada aos atores específicos, os indígenas. Por fim será levada em consideração os contextos gerais e as visões interpretativas

que marcaram a construção de tais narrativas e acrescentar outras questões consideradas pertinentes a pesquisa e a investigação.

No caso, a hipótese aqui ventilada é que essas novas narrativas e discursos sobre os indígenas estão atreladas ao desenvolvimento das pesquisas arqueológicas na cidade de Araruama. Estas, começaram na década de 70, com trabalhos pontuais ao longo do seu território e que veio a mudar na década de 90, com o início de um grande projeto: *Os Soberanos da Costa*. Este coordenado pela Professora Maria Dulce Gaspar e ligado ao Museu Nacional (MN-UFRJ). Um projeto voltado para o estudo da cultura sambaqueira na Região dos Lagos, mas que acabou se voltando diante de muitas evidências para o estudo dos Tupinambás, com a coordenação da Professora Ângela Buarque (MAGESTE, 2016) e equipe do Museu Nacional (MN-UFRJ).

Desde então, as pesquisas arqueológicas realizadas na cidade, trouxeram a tona, um conjunto de vestígios e artefatos arqueológicos de um passado indígena até então, invisibilizado pela historiografia local. Com essas pesquisas houve a construção de uma nova narrativa sobre o passado indígena local e na qual identifica-se que esses configuradores da cultura histórica (2009, p.278), seriam os arqueólogos ligados, principalmente, ao Museu Nacional (MN-UFRJ), que efetivaram as escavações em Araruama. Em um primeiro momento, capitaneada pela Professora Lina Maria Kneip e depois continuado por outros pesquisadores e na década de 90, pela arqueóloga Ângela Buarque e a equipe interdisciplinar do Museu Nacional.

Em uma perspectiva local, esses arqueólogos, através de inúmeras ações foram selecionando, preservando e destacando o que é patrimônio arqueológico local. Desta maneira, esses arqueólogos foram realizando uma escrita da história de Araruama, pois como salienta o Professor Manuel Salgado “Patrimônio é também uma escrita do passado, submetida evidentemente a uma gramática e a uma sintaxe específicas”. (2012, p.98). Esses arqueólogos no processo de escavação, resgate, limpeza e classificação dos inúmeros vestígios e artefatos encontrados delinearam uma história marcada pela presença dos indígenas Tupinambás em uma linha narrativa que não combinava com as narrativas e os discursos tradicionais, que praticamente tornaram invisíveis esses personagens. Onde essas narrativas diversas trazem embutidas discursos e onde “Cada modalidade de discurso traz consigo uma visão de mundo [...]”(GONÇALVES, 2002, p.112) e um lugar destinado aos indígenas. Entendendo assim, que em uma sociedade não existe uma única narrativa e

discurso sobre o passado, pelo contrário, “Los discursos dominantes hallan sempre contrapuntos em narrativas disonantes y subterráneas <sup>14</sup> [...]”. (COSTA, 2009, p.279).

Ess passado indígena, até então esquecido pela historiografia local e fora do discurso oficial, emergiu pela ação dos arqueólogos que se portaram como configuradores da cultura histórica (COSTA, 2009, p.278). Desta maneira, em uma escala local, compreende-se a arqueologia como uma forma de narrativa atrelada as percepções de história pública e cultura histórica aqui adotada. Para tanto serão examinados a produção desses agentes que são os arqueólogos através do histórico das pesquisas realizadas e da análise dos relatórios de pesquisas, artigos, teses.

Uma das ações desses arqueólogos foi justamente agir no sentido de fazer com que a Prefeitura Municipal reconheça a importância desses artefatos e vestígios. Por conseguinte, eles não apenas elaboram um discurso sobre o passado, mas entende-se a ação dos mesmos no sentido de com que esses materiais indígenas recuperados pelas escavações arqueológicas (urnas, cerâmicas, restos de fogueiras, etc.), tivessem sua importância reconhecida pelas autoridades locais e fossem protegidos e preservados. Portanto essas pesquisas arqueológicas alimentaram uma determinada leitura do passado local e que foi apropriada principalmente pela Prefeitura de Araruama em consonância com outros agentes locais, como o setor de turismo. Esses agentes propagaram através de ações narrativas diversas uma nova leitura sobre o passado indígena local e onde “[...] é necessário reconhecer esta escrita como resultado de disputas entre memórias, de forma a compreendê-la como parte das lutas para dar significado ao mundo”.(GUIMARÃES, 2000, p.25). Esse processo ocorreu, principalmente, durante a gestão do Prefeito Francisco Carlos Fernandes Ribeiro, entre os anos 2000 e 2008, através de inúmeras ações implantadas principalmente pela Prefeitura Municipal de Araruama. O desenvolvimento e apogeu dessas ações se deu no Governo Francisco Carlos Fernandes Ribeiro, com uma tênua continuidade efetivada pelos prefeitos posteriores até o presente momento. Essas ações públicas devem ser pensadas como políticas públicas e na qual usaremos a definição de Oszlak e O'Donnell:

Um conjunto de ações e omissões que manifestam uma modalidade de intervenção do Estado em relação a uma questão que chama a atenção, o interesse e a mobilização de outros atores da sociedade civil. Desta

---

<sup>14</sup>O trecho correspondente na tradução é: “Discursos dominantes sempre encontram contrapontos em narrativas dissonantes e submersas.”

intervenção, pode-se inferir uma determinada direção, uma determinada orientação normativa, que, presumivelmente, afetará o futuro curso do processo social desenvolvido, até então, em torno do tema. (1976 apud LIMA; MEDEIROS, 2012, n.p.)

Essas políticas públicas efetivadas pela Prefeitura Municipal de Araruama através de seus agentes e ou configuradores vão no sentido de emissão de uma determinada leitura do passado da cidade, no sentido de conceder um novo lugar para os indígenas na história. Uma nova leitura do passado que trouxe impactos na própria identidade local, onde entende-se que uma das fontes de formação da identidade é justamente uma determinada leitura do passado (POLLACK, 1992). Essas outras formas narrativas se constituíram através da criação de um Museu Arqueológico Tupinambá, da criação de uma Medalha de honra Municipal denominada Tupinambá, da criação de uma cartilha escolar e dos trabalhos desenvolvidos na Escola Municipal Honorino Coutinho, em Morro Grande, segundo Distrito de Araruama.. Entende-se dentro de uma perspectiva de história pública a construção de narrativas sobre o passado da cidade, na qual se utilizou outros suportes para sua divulgação entre os habitantes.

Em vista disso serão analisados as exposições e os acervos do Museu Municipal e Centro de Memória, os documentos oficiais relativos a criação desses espaços (Museu e Centro de Memória), a Medalha Municipal, juntamente com a cartilha escolar e a Escola Honorino Coutinho. De maneira concomitante, uma pesquisa também sobre os discursos produzidos sobre os indígenas nessas outras formas de narrativas sobre o passado e, assim, refletiremos sobre uma perspectiva de uma nova história indígena. Entendendo que através dessas ações, essa população nativa ganhou visibilidade e que pode levar a alteração da consciência histórica e do senso do passado das pessoas sobre a própria história e passado da cidade, como salienta as professoras Juniele Rabelo de Almeida e Marta Gouveia de Oliveira Rovai:

A prática da história pública como “apresentação popular do passado para uma gama de audiências” se relaciona com a forma como adquirimos nosso senso do passado, colaborando para nosso posicionamento sobre o presente e o futuro frente a questões que dizem respeito a problemas sociais, tradições culturais, hábitos, demandas de gênero e de classe, e a demanda por políticas públicas (2013, p 4)

No sentido de organização desta dissertação a dividimos em três capítulos. No capítulo inicial uma reflexão sobre o conceito e a escrita de uma história local e, para tanto, a mobilização de alguns autores e teóricos que versaram sobre o assunto. E ao refletir sobre a

história local, elencar os diferentes autores e narrativas historiográficas que foram produzidas ao longo do tempo sobre o passado do município de Araruama. Posto que entende-se que esses escritos taxados de memorialistas, se configuram como outra forma de construção narrativa sobre o passado (FERNANDES, 2009). A partir daí, refletir sobre esses escritos e averiguaremos o lugar destinado aos indígenas na história local e suas consequências. Na parte final do capítulo explicitaremos as possibilidades de uma história indígena no município de Araruama com o levantamento de dados pertinentes ao tema e a história da cidade.

No capítulo dois, em um primeiro momento, objetiva uma breve reflexão sobre o lugar do indígena na escrita da história no Brasil. Um olhar que começará no século XIX quando a arqueologia e a história se organizaram enquanto ciência no Brasil e que proporcionaram um lugar aos indígenas na nossa história que perdurou longamente na cultura historiográfica, mesmo com o advento das universidades e a institucionalização acadêmica de uma ciência histórica, antropologia e arqueológica no Brasil em meados do século XX. E, somente nos anos 1970 e 1980, verifica-se o advento de uma nova história indígena marcado pela aproximação com a antropologia e a arqueologia.

Por consequência há uma breve revisão bibliográfica elencando algumas ideias e conceitos que nortearam o desenvolvimento de uma antiga e de uma nova história indígena na qual a arqueologia e a história têm papéis destacados. Em um segundo momento, traz o entedimento da arqueologia como outra forma de narrativa, atrelada, às percepções de história pública e cultura histórica aqui adotada. Para tanto, uma reflexão sobre o histórico das primeiras pesquisas arqueológicas desenvolvidos na cidade de Araruama nas décadas de 1970 e 1980. Com a análise de alguns documentos (artigos, livros, etc.) produzidos pelos arqueólogos referentes às pesquisas arqueológicas. Entendendo dessa forma, o resultado do trabalho dos arqueólogos, enquanto construções narrativas e discursivas produzidas sobre o passado local. Ao mesmo tempo, foram analisadas a relação dessas primeiras pesquisas arqueológicas com a criação do Centro de Memória Municipal, através do exame dos documentos oficiais relativos à criação desse espaço.

O objetivo central do terceiro capítulo é justamente explicitar como essas pesquisas arqueológicas em paralelo com o contexto nacional, alimentaram uma determinada leitura do passado local que foi apropriada principalmente pela Prefeitura de Araruama que a propagou através de seus agentes através de diversas formas narrativas. Uma nova leitura do passado que concedeu um novo lugar para os indígenas e que trouxe impactos na própria identidade local.

Para isso, foram observados os documentos produzidos pelos arqueólogos referentes às pesquisas arqueológicas, as exposições os acervos do Museu Municipal e os documentos oficiais relativos à criação do Museu Arqueológico de Araruama e da Medalha Municipal, juntamente com a cartilha escolar e a Escola Honorino Coutinho. Entendendo essas ações como narrativas e onde de maneira simultânea, serão analisados os discursos sobre os indígenas contidos nessas múltiplas narrativas, sobre a perspectiva de uma nova história indígena na cidade de Araruama ou a continuidade dos antigos discursos sobre os nativos.

,

## **1 A CIDADE DE ARARUAMA: A CONSTRUÇÃO DE SUA HISTÓRIA E DE UM LUGAR PARA OS POVOS DOS INDÍGENAS**

### **1.1 História local-regional: Algumas considerações**

O território da atual Região dos Lagos foi marcado por uma antiquíssima presença dos povos nativos que iniciaram a ocupação por volta do quarto milênio antes de Cristo e desenvolveram uma intensa ocupação e exploração das terras e recursos naturais da região em torno das lagoas de Araruama e Saquarema. No século XVI, o aporte português marcou um momento de inflexão na história desses povos e da Região dos Lagos. A presença de franceses e portugueses determinou um processo de interação e violência com os povos indígenas e que resultou em conflitos e guerras entre portugueses, franceses e as diferentes



etnias indígenas que povoavam o atual Estado do Rio de Janeiro. Nesse processo de conquista e a colonização, os portugueses saíram vitoriosos e se estabeleceram através da formação de diversos núcleos de povoamento em vários pontos e que com o passar dos séculos deram origem aos municípios que compõem a atual Região dos Lagos.

Todo este passado local foi em diferentes momentos e contextos sociais, narrado por diferentes autores que de alguma forma procuraram retratar a história das localidades da Região dos Lagos, e no caso da cidade de Araruama. Essas narrativas históricas locais são enquadradas pela historiografia como sendo história local ou regional. O historiador Pierre Goubert, traz uma definição básica do que seria história local:

[...] aquela que diga respeito a uma ou poucas aldeias, a uma cidade pequena ou média (um grande porto ou capital estão além do âmbito local), ou uma área geográfica que não seja maior do que a unidade provincial comum (como um county inglês, um contado italiano, uma Land alemã, uma bailiwichy ou pays francês). (1988, pag., 70)

As narrativas sobre o passado de uma determinada cidade ou região não são um tipo recente de escrita da história, pelo contrário, trabalhos sobre a história regional se configuram como uma longa tradição das localidades em registrar seus eventos e tradições. A maior parte desses trabalhos de história regional ou local consistia em um tipo de escrita sobre o passado preocupada apenas em registrar os eventos marcantes, os atos gloriosos da cidade, listagem de nobres entre outros assuntos considerados dignos de registro por essas localidades. Esses escritores eram em sua maioria por personagens com importância local como médicos, advogados, professores e outros, que escreviam sobre o passado na condição de historiadores antiquários, amadores e diletantes. Esta prática continuou na Europa com a virada do século e se intensificou ao longo do século XIX, com o florescimento de associações de eruditos formados por esses historiadores amadores em sua maioria pessoas importantes e abastadas das localidades retratadas. Com isso ressaltamos que,

O século XIX foi a época de ouro da história local, pelo menos na França. Seguindo e ampliando o exemplo dado pelas academias provinciais da segunda metade do século XVIII, apareceram em cena muitas associações que se autodenominavam eruditas ou letradas (e ocasionalmente o eram), durando, por vezes, uns poucos anos. (GOUBERT, 1988, p.71)

Por sua vez, ao longo do século XIX e início do século XX, grande parte desses trabalhos de história regional eram ignorados pelos historiadores profissionais, pois em via de regra não seguiam as regras acadêmicas e científicas de confecção de trabalhos historiográficos que se estabeleceram ao longo do século XIX. Naquele momento a ciência histórica se estabelecia nas universidades e se edificava enquanto uma ciência com teorias e metodologias próprias e voltada para o estudo do geral e do ambiente político (BURKE, 1990). No entanto, ressalta-se que a escrita de uma história local ou regional não era uma temática proibida pelas acadêmicas historiográficas oitocentistas preocupadas com a questão nacional, como salienta o Professor Rui Aniceto, “[...] não via problemas nos estudos das histórias particulares, nacionais, desde que estas levassem à compreensão da unidade.” (FERNANDES, 2009, p.34).

No Brasil a produção de estudos de história local são encontrados desde o século XIX, segundo o professor Rui Aniceto:

“É importante destacar, no entanto, que desde o século XIX firmou-se a interpretação de que os estudos regionais deveriam levar a compreensão dos laços identitários nacionais. Desde esse período, a relação entre a região e nação configurou-se como uma questão importante presente na história do pensamento social brasileiro.” (FERNANDES, 2009, p.41)

Nesse aspecto houve-se a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838, e que “foi um dos principais órgãos do Estado brasileiro do século XIX e a sua função foi promover os estudos sobre os aspectos históricos e geográficos do Brasil.” (SILVA, p.342). Este órgão se inseriu dentro das necessidades políticas do Império em pensar e a construir a sua história, memória nacional e a sua identidade nacional em que “O Instituto contribuiria decisivamente para legitimar esse projeto imperial, colaborando para a centralidade e para o ideal nacional. O Brasil estava se consolidando como Estado, mas precisava se forjar também como Nação.” (SILVA, p.342).

Assim os trabalhos de história local em grande parte estavam interligados com o desejo de construir e moldar uma identidade nacional, em um período marcado pela necessidade da construção de uma nacionalidade para um país que se consolidava como um Estado -Nação independente, o Império do Brasil. Os estudos e enfoques regionais não eram vistos como algo que levaria ou fomentaria o separatismo, pelo contrário, “[...] histórias particulares, mesmo trabalhando com as especificidades, deveriam ser investigadas ressaltando os laços de unidade, os elos integradores que conferiam uma identidade única ao

brasileiro.” (FERNANDES, 2009. P.43). Tendo o IHGB como polo central, foi se edificando ao longo do século XIX uma escrita da história nacional e local efetuada por diferentes autores e onde segundo o Professor Manuel Salgado,

“[...]entendia-se como história uma diversidade temática que poderia ir dos roteiros e descrições de viagem até textos descrevendo as características históricas de uma determinada região, situando-se próxima a um gênero que passaria a ser de extrema importância para descrever a história nacional: as corografias (GUIMARÃES, 2005, p.81)

No intuito de se conhecer e explorar as diversas regiões do Brasil há “[...] associação entre a história e a geografia [...]” (FERNANDES, 2009, p.53), tornou-se popular a produção das chamadas corografias, estudos realizados em grande parte de membros ou correspondentes do IHGB e de outros Institutos históricos que haviam se formado nas várias províncias do Império. As corografias consistiam em [...] descrições geográficas de regiões e localidades associadas aos relatos de fatos históricos destacados e nelas ocorridos.” (MARTINS, s.d, p.02).

A popularização acadêmica de uma escrita histórica local, ocorreu somente no século XX, quando lentamente começou a ganhar espaço dentro do círculo acadêmico com inúmeros trabalhos surgindo sobre algumas regiões e localidades principalmente no continente europeu. A ampliação e as inovações dentro dos estudos de história local ocorreram dentro de um contexto de ampla renovação dos estudos históricos causados pelo movimento dos Annales, e de forma concomitante, como resultado da influência causada pelos desdobramentos das discussões teóricas da ciência geográfica. Afinal, a própria definição do que seria uma região ou cidade, e a sua própria delimitação espacial requer um constante diálogo com conceitos e informações da ciência geográfica. Nesse ponto, salienta-se que muitas das discussões ocorridas dentro da ciência geográfica acabaram impactado e influenciando a escrita de uma história local ou regional. .

Assim como a história vivenciou no final do XIX e início do XX profundas discussões e renovações dos seus quadros teóricos, a ciência geográfica também passou por profundas discussões e questionamentos teóricos e metodológicos. O final do XIX e início do XX foi um período de questionamentos das bases científicas nas ciências humanas como, por exemplo, questões envolvendo o debate entre leis gerais e a valorização do particular. Nessa conjuntura,

a geografia balançava entre seus estudos físicos e leis gerais e seu lado voltado para os estudos sociais e suas particularidades.

Nesse contexto dentro da geografia, os estudos regionais (geografia regional) ganharam força como uma forma de resolver esse impasse, entre o geral e particular segundo a professora Sandra Lencione:

Desse modo, o espectro da cisão da disciplina e o comprometimento de sua identidade se resolviam pelo estudo regional que tentava relacionar os fenômenos físicos e humano de uma dada área (2001, p.189).

Um dos responsáveis pela consolidação e para o desenvolvimento dos estudos regionais foi o geógrafo Frances Paul Vidal de La Blache (1845-1918), suas pesquisas levaram ao desenvolvimento e fortalecimento das pesquisas em geografia regional. Segundo o professor Rui Aniceto

Uma de suas obras fundamentais, o *Tableau de la géographie de la France*, de 1903, instituiu a região como conceito-chave para a ciência geográfica e iniciou a exposição de suas propostas para a área (2009, p.37)

Sendo assim, Paul Vidal de La Blache entendia que “[...] a ciência geográfica deveria observar e compreender a singularidade dos lugares” (LENCIONE, 2001, p.189) e assim, “[...] sem a preocupação com o estabelecimento de leis e princípios gerais no conhecimento da realidade.” (LENCIONE, 2001, p.189). Isso trouxe a ideia de que o meio geográfico seria marcada pelos aspectos naturais inerentes ao local e também como resultado da ação do homem sobre aquele local. Dessa maneira, o meio onde o homem está imerso, não seria visto como um limitador para as suas ações, e sim um campo de possibilidades para o ser humano agir. Nessa interação entre o ser humano e a região natural na qual ele habita, teríamos a formação do que Paul Vidal de La Blache denominou de gêneros de vida (FERNANDES, 2009) ao redor do planeta. Dessa forma, o geógrafo “deveria observar e a singularidade dos lugares.”(LENCIONE, 2001, p.189). Como resultado da interação homem e natureza a “ região podia ser objetivamente distinguida da paisagem” (LENCIONE, 2001, p.189), e assim delimitada e estudada pelo geógrafo.

Com a expansão dos estudos regionais e da relação entre a sociedade e o meio natural na qual ela está inserida, a geografia regional veio ganhando novos contornos e se afirmando

como um campo importante dentro da geografia do XIX. Os estudos de Paul Vidal de La Blache, as monografias regionais e as mudanças e discussões teóricas da ciência geográfica acabaram influenciando a historiografia principalmente a partir dos trabalhos desenvolvidos pelos historiadores ligados aos Annales na França em que Paul Vidal de La Blache, teve forte influência sobre Lucien Febvre como seu antigo professor (BURKE, 1990, p.25). Desta forma, todo um debate envolvendo conceitos e ideias da Geografia acabaram indo ao encontro aos debates historiográficos com a incorporação de muitas dessas teorias e conceitos a escrita da história como região, espaço, paisagem, etc.

Entã, principalmente a partir da década de 1950, as monografias de história regional foram ganhando espaço no ambiente acadêmico com forte influências da perspectiva de Paul Vidal de La Blache.

“Na década de 50, o ressurgimento da história regional na França tem um paralelo no ressurgimento da história local na Inglaterra, vinculada à escola de W.G. Hoskins, um discípulo de Tawney, cujos livros incluem um estudo da construção da paisagem inglesa e uma história socioeconômica, na longa duração, quase novecentos anos [...]” (Burke, 1990, p.122).

Há dessa forma, a consolidação de um modelo de história regional que “[...] combinam estruturas braudelianas, a conjuntura de Labrousse e a nova demografia histórica.” (Burke, 2010,p.72.). E multiplicaram-se estudos regionais que seguiam um modelo na qual:

[...] foi estudada ao estilo dos Annales, numa obra que se iniciava pela geografia da região, descrevia-se em seguida a estrutura econômica, social e mental e concluía-se com uma análise das atitudes políticas e com um balanço das transformações no tempo[...] (BURKE, 1990, p.73)

Nesse contexto, ressalta-se que a expansão dos estudos regionais nas décadas de 1950 e 1960, segundo o historiador José D’Assunção Barros, também se enquadra na perspectiva de validação das grandes teorias explicadoras das questões econômicas e sociais em que “A história local nascia alias, como possibilidade de confirmar ou corrigir as grandes formulações que haviam sido propostas ao nível das histórias nacionais.” (BARROS, 2005, p.117). A consolidação de uma escrita da história local nas universidades não extinguiu uma escrita da história local nomeada de memorialista. Esses escritores eram formados em sua maioria por personagens com importância local como médicos, advogados, professores e outros, que

escreviam sobre o passado na condição de historiadores antiquários, amadores e diletantes. Uma das questões ligadas aos trabalhos de história local ou regional se refere a seu caráter científico e por consequência sua natureza enquanto ciência histórica, pois muitas das vezes, grande parte desses trabalhos de história regional não seguem as regras de confecção de trabalhos historiográficos e nem circulam nos ambientes acadêmicos, sendo assim, denominados pelos historiadores como um modelo de história memorialista, e na quais muitos desses trabalhos eram realizados por ditos historiadores diletantes, amadores ou memorialistas, na qual o “O historiador diletante é aquele que reconstitui o passado tornando-o história, sem formação específica.” (DIHEL, 2002, pg. 22).

Entretanto, pode-se enxergar que em muitos desses trabalhos, de alguma forma, o escritor procurou ter algum tipo de “[...] preocupação com a pesquisa de fontes primárias e com a citação de estudos da época que embasavam tais trabalhos.” (FERNANDES, 2009, p.27). E na escrita de uma história acadêmica temos o “[...] o historiador profissional é aquele que possui formação específica universitária, seja como professor ou pesquisador ou ainda em ambas; é aquele que torna seu trabalho a profissão básica e, como ativo participante de eventos, congressos, trabalha baseando-se em regras metodologicamente orientadas pela vocação científica.” (DIHEL, 2002, pg. 22).

A partir das décadas de 1970 e 1980, em decorrência de fatores que agitaram o mundo historiográfico, a história regional veio ganhando outros contornos dentro da historiografia. Um desses pontos questionados foi a própria concepção do conceito de região disseminada neste tipo de história regional produzida até então e que,

Deixava encoberta a questão essencial de que qualquer delimitação espacial é sempre uma delimitação arbitrária, e também de que as relações entre o homem e o espaço modificam-se com o tempo, tornando-se inúteis (ou não-operacionais) delimitações regionais que poderiam funcionar para um período mas não para outro. (BARROS, 2005, p.110)

Nas últimas décadas novas visões sobre espaço e região foram sendo incorporados pelos historiadores, com as redefinições do conceito de região e a incorporação de outros elementos, indo além da perspectiva de Paul Vidal de La Blache. Este, possuía uma visão que naturalizava um determinado recorte regional e que assim tornava-se objeto de estudo do historiador. Assim, diante dessas novas percepções mais do que nunca ficou evidente de que o recorte geográfico escolhido pelo pesquisador, é sempre uma construção historiográfica e não um recorte natural de um determinado território.

No contexto historiográfico dos últimos anos, para se pensar os estudos locais, segundo os historiadores, Haydée Figueiredo, Luís Reznik e Marcia de Almeida Gonçalves, deve-se ter “[...] necessariamente a uma interseção com a micro-história.” (2000, p.544). Essa aproximação se deu dentro de um quadro de mudanças e debates na historiografia a partir das décadas de 1960 e 1970, em que inseriu-se críticas a uma história regional pautada em estudos econômicos e sociais com base em análises de dados de longa duração e outros pontos que segundo Jacques Revel levaram,

“[...] a micro-história nasceu como uma reação, como uma tomada de posição frente a um certo estado da história social, da qual ela sugere reformular concepções, exigências e procedimentos. Ela pode ter, nesse ponto, valor de sintoma historiográfico. (1998, p.16 )

Compreendida a micro história não deve ser vista como sinônimo de uma história local e na qual se trabalha apenas com a redução da escala no sentido de se estudar um local específico em oposição ao macro que seria uma história nacional. Deve ser entendido como um recorte local construído pelo historiador e na qual se privilegia os locais, indivíduos ou grupos com novas abordagens capazes de compreender as ações, escolhas e experiências desses diversos grupos ou indivíduos. Com isso, para [...] a história regional e local importa a unidade observada, o espaço socializado, o cotidiano compartilhado, para a micro-história, a escala de observação numa análise intensiva dos indícios, dos detalhes, das ocorrências secundárias.” (NEVES, 2008, p.34). Por outro lado, entende-se que existe a formação de uma relação íntima e enriquecedora que trouxe contribuições, novas abordagens e olhares para o estudo da história local e onde a:

História Regional/ Local na perspectiva da micro- história significa revitalização nas formas de produção histórica com reconstrução do que aconteceu perto de nós, buscando respostas a problemas que se impõem no presente, em diferentes esferas e âmbitos. (CONSTANTINO, 2004, p.177)

Os estudos regionais passaram por um processo de crescimento no Brasil a partir da década de 70 com o incremento exponencial dos cursos de pós – graduação em história em diversas regiões do Brasil. Como consequência, nas últimas décadas verifica-se um crescimento de revistas, encontros e livros destinados às histórias regionais. Um crescimento decorrente não apenas do crescimento de programas de pós-graduação ligados a temática e das inovações nos quadros teóricos e metodológicos que pautaram as discussões os rumos da

historiografia nos últimos tempos, mas também como resultado da própria dinâmica social e o incremento de políticas culturais e de memória em muitos lugares do Brasil. No mais, ressalta-se que o incremento de uma escrita da história local nas academias não significou o fim de uma escrita de história local enquadrada dentro das tradições memorialísticas. Como na Europa esse modelo de escrita sobre o passado continua a ser realizada em muitos locais do Brasil como forma de apresentar uma determinada leitura do passado local.

### 1.1.1 A construção de uma história local: O município de Araruama

A década de 1920 marcou profundas mudanças no Rio de Janeiro com a ascensão do governo Feliciano Sodré e o declínio do niilismo. Essas “[...] mudanças políticas geravam um momento propício para que novas reflexões sobre o estado surgissem.” (FERNANDES, 2009, p. 73). Uma dessas inúmeras reflexões era justamente a construção de um espaço historiográfico que buscava resgatar a tradição e a grandeza do Estado do Rio de Janeiro e que ficou conhecido como a Renascença Fluminense. Nesse ponto, segundo o professor Rui Aniceto (2009), ocorreu o desenvolvimento de inúmeras políticas públicas voltadas para o reerguimento político econômico do Estado do Rio de Janeiro:

Os renascentistas propunham que esse novo momento deveria ser alicerçado na tradição histórica local, revalorizando o período imperial. Visava-se a construção de um sentimento cívico de patriotismo em que seriam reverenciadas a memória dos fatos e heróis que levaram à construção da história nacional, destacando-se o papel dos fluminenses nesse processo. (FERNANDES, 2009, p.75)

Foi nesse contexto que os estudos da história local e dos aspectos geográficos estiveram atrelados aos projetos de desenvolvimento do Estado e um reforço da identidade fluminense (FERNANDES, 2009). Assim, tivemos o desenvolvimento de uma historiografia atrelada aos debates geográficos e aos debates políticos sobre o processo de desenvolvimento do Estado em seus variados aspectos. Desenvolveu-se um campo de estudo denominado de estudos regionais que interligava os estudos históricos e geográficos como forma de conhecer a região estudada, mas também como uma forma intervenção no espaço e na realidade social e econômica do Brasil.



A historiografia regional produzida na primeira metade do século XX dialogava com outras áreas do saber, em especial com a geografia. Estabeleceu-se um diálogo irmanado em que o fazer história estava indissociável de outros campos, pois se pretendia dar conta de uma globalidade em uma escala menor. (FERNANDES, 2009, p.56)

Os estudos regionais ligados à história e geografia ganhavam espaço, não apenas como forma de conhecer a região estudada, mas também como uma forma intervenção no espaço e na realidade social e econômica do Brasil. Desta maneira, foram se desenvolvendo no Rio de Janeiro uma escrita da história local sob égide de “[...] apresentar historicamente a região em suas variados aspectos.” (FERNANDES, 2009, p.56) e na qual a história juntamente com a ciência geográfica, se habilitava como uma das formas de conhecer a realidade do Brasil. Juntamente tivemos nesse contexto a institucionalização acadêmica da ciência histórica e geográfica com a criação dos primeiros cursos superiores e a organização de associações e instituições como o IBGE em 1938 no Rio de Janeiro.

Em tal contexto houve o desenvolvimento dos primeiros trabalhos destinados exclusivamente ao estudo da história local de Araruama, com os trabalhos publicados de Arthur Valle Junior e Argemiro Ribeiro de Macedo Soares. O primeiro autor escreveu e publicou em 1937, o livro “*Araruama, ensaio de levantamento estatístico de município Rio de Janeiro*” e o segundo autor escreveu e publicou o livro “*O Município de Araruama: Monografia geográfica*” em 1945. Escritos no momento da institucionalização da ciência histórica nas universidades brasileiras e onde consolidou-se uma escrita da história dentro de padrões historiográficos que não reconheciam esses escritos locais enquanto produções redigidas dentro de uma escrita dita científica. Por outro lado, muitos desses escritos locais segundo o Professor Rui Aniceto (2009), demonstravam uma qualidade teórica e metodológica que as distanciavam dos escritos da maior parte dos memorialistas. No caso de Araruama, os diversos livros de história da cidade produzidos ao longo do tempo, foram realizados por historiadores não profissionais e com textos que circulam fora do espaço acadêmico em um tipo de escrita da história que não possui reconhecimento pelos historiadores profissionais. Esses textos produzidos a margem da academia, não seguem os padrões de uma operação historiográfica (DE CERTEAU, 2002), preconizada para os estudos de uma história dita científica e atualmente atrelada a uma,

[...] relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura). É admitir que ela faz parte da “realidade” da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada “enquanto atividade humana”, “enquanto prática”. Nessa perspectiva,

gostaria de mostrar que a operação histórica se refere à combinação de um lugar social, de práticas “científicas” e de uma escrita. (DE CERTEAU, 2002, p. 66)

Entende-se que esses livros de história produzidos em Araruama, apesar de não fazerem parte da cultura historiográfica atrelada aos cânones acadêmicos, dentro da perspectiva de história pública se configuram como outra forma de construção narrativa sobre o passado local (FERNANDES, 2009). Em uma “[...] produção de materiais para a circulação e consumo de uma audiência mais ampla do que nossos pares acadêmicos.” (MAUAD, DE ALMEIDA, SANTHIAGO, p.12) e respondendo a questões próximas e imediatas das populações locais acerca de seu passado. Entende-se que não apenas os historiadores, mas também esses autores taxados de diletantes ou memorialistas também são agentes que participam da construção de uma determinada representação do passado, pois “elaboram um discurso sobre la misma y proyectan em el espacio publico”<sup>15</sup> (COSTA, 2009, p 178). Inclusive sendo “[...] uma produção com raízes profundas na tradição {cultura} historiográfica brasileira.” (FERNANDES, 2009, p.24). Afinal, como já salientado anteriormente a partir da ótica da cultura histórica adotada, os livros de história redigidos dentro das regras científicas, torna-se apenas uma das inúmeras formas de acessar o passado juntamente com a existência de outras formas de construção narrativas e na qual Manuel Luiz Lima Salgado Guimarães (2007) chama atenção para três formas: a acadêmica, a escolar e a pública (revistas, mídia, etc.). A forma pública é justamente dirigida ao grande público e em formato popular e acessível.

Como objetivo desta parte da pesquisa, há uma análise das diferentes narrativas que foram produzidas ao longo do tempo sobre o passado do município de Araruama, e a partir daí, uma reflexão de como os indígenas foram representados por essas narrativas e discursos que procuraram construir uma história para a cidade de Araruama. Para tanto, a análise será balizada na metodologia adotada pelos historiadores Mauro Cezar Coelho e Helenice Aparecida Bastos Rocha na observação do lugar dos indígenas nas narrativas dos livros didáticos (COELHO; ROCHA, 2012). Em um primeiro momento um olhar para os atores envolvidos e os papéis que lhe são atribuídos nas narrativas e depois verificaremos a tipologia

---

<sup>15</sup>O trecho correspondente na tradução é: “Elaborar um discurso sobre ele e projetar no espaço público.”

das ações destinada aos atores específicos, os indígenas. Levando em consideração os contextos e visões interpretativas que balizam a construção de tais narrativas e discursos.

Em relação à Araruama, o seu território foi ocupado por milhares de habitantes nativos e que também passaram por um processo de conquista pelos portugueses nos séculos XVI e XVII e que resultaram em processos históricos diversos que levaram a formação do atual município de Araruama. Os estudos ligados aos povos indígenas durante muito tempo foi praticamente ignorado pela comunidade dos historiadores, sendo ligados ao ambiente acadêmico dos arqueólogos e antropólogos, pois muita pesquisas sobre indígenas são contemplados apenas em pesquisas arqueológicas e antropológicas e neste caso principalmente no período posterior. Nesse cenário acadêmico, durante muito a história desses povos nativos ficou em segundo plano no campo historiográfico em que a história do Brasil e de suas regiões foi contada a partir da chegada dos portugueses e suas ações subsequentes:

A nossa história tem sido sempre descrita como a história da colonização, como a narrativa da transferência de pessoas, instituições e conhecimentos para um novo cenário, não-europeu, sobre o qual estas vieram a estabelecer um progressivo controle, dando origem ao marco territorial atual. (FREIRE & OLIVEIRA, 2006, p. 17)

No caso de Araruama as pesquisas arqueológicas mais recentes desenvolvidas na cidade pelos arqueólogos do Museu Nacional, trazem datações bem antigas para a ocupação desse município. No sítio arqueológico Aldeia Tupinambá de Morro Grande, os arqueólogos obtiveram as mais antigas datações encontradas no sudeste (PROUS, 1991). Este sítio arqueológico araruamense mostra que por volta 2600 AP, essa região já era ocupada por grupos Tupinambás (BUARQUE, A.; RODRIGUES-CARVALHO. C.; SILVA, E.C, 2003). Uma ocupação Tupinambá antiga na região de Araruama, e que nos séculos XVI e XVII sofreu um violento processo de submissão aos portugueses, mas que se estendeu até o século XIX, com a presença de indígenas nesta cidade.

## **1.2 Araruama como objeto da história: Os indígenas e as primeiras narrativas**

Ao longo de sua história política, a cidade de Araruama foi alvo de alguns escritores que de maneira diversa escreveram alguma narrativa sobre o passado local. No caso dessa

pesquisa, nos concentraremos apenas nos livros que se destinaram exclusivamente sobre a história local. Os primeiros estudos históricos tendo como alvo central a história do município de Araruama são datados da primeira metade do século XX. É importante ressaltar as visões desses trabalhos, dentro da perspectiva do conceito de Cultura Histórica e História Pública, na qual enquadraremos esses trabalhos diversos sobre a história local e que são muitas das vezes taxados de memorialísticos e redigidos fora dos padrões acadêmicos de escrita e devem ser entendido como formas narrativas na qual o passado pode se apresentar para as pessoas.

No contexto das décadas de 1930 e 1940 de se repensar a história fluminense, foram surgindo vários pequenos estudos de história local voltado para os municípios do interior do Estado do Rio de Janeiro. Dentro dessa conjuntura surgiram os primeiros trabalhos destinados ao exclusivamente ao estudo da história de Araruama. Nessa circunstâncias, o Prefeito de Araruama, Mário dos Santos Alves, que governo de 1930 até 1936, encomendou ao pesquisador Arthur Valle Junior, um trabalho que envolvia levantamentos de dados geográficos e históricos da cidade. O resultado final foi publicado no Boletim de Informações Econômicas e Estatísticas de 1936 (VASCONCELLOS, 1998).

Durante o mandato do prefeito seguinte, Antônio Joaquim Alves Branco, que governou a cidade entre 1937 e 1945, o mesmo solicitou que esse artigo fosse editado como um livro sobre a cidade de Araruama. Antônio Joaquim Alves Branco era uma figura da política local que fora nomeado prefeito pelo Interventor do Rio de Janeiro, Ernani Amaral Peixoto, com quem tinha relações próximas (CAMPOS, 2018, p.45). Ficou no cargo por quase dez anos o que demonstrou uma forte afinidade com o projeto político de Ernani Amaral Peixoto. O livro de Arthur Valle Junior foi resultado de uma encomenda do Prefeito da cidade e assim contou com o endosso do poder público para a sua publicação e alcance social daquela narrativa sobre a história de Araruama. O trabalho realizado por Arthur Valle Junior naquele momento se enquadrava na visão política que enxergava e valorizava o papel dos dados geográficos para pensar o desenvolvimento do Estado e conhecer suas potencialidades, e que também envolvia a busca de dados históricos do local.

Diante disso, em 1937, Arthur Valle Junior entregou o livro “*Araruama, ensaio de levantamento estatístico do município*”. Impresso no Rio de Janeiro pela gráfica do Jornal do Commercio, o livro pode ser dividido em duas partes, com a primeira sendo um apanhado geral da história da cidade e a segunda parte um levantamento dos aspectos geográficos, econômicos e sociais do município.

Na parte histórica, o início de sua narrativa faz referência apenas ao início da ocupação portuguesa na Região dos Lagos:

O território que constitui hoje o município de Araruama, foi parte integrante da Capitania de São Vicente, doada a Martim Afonso de Sousa em 1534. As primeiras notícias sobre a exploração desse território datam de 1575, ano em que os franceses foram expulsos da cidade de Cabo Frio pelo Dr. Antonio Salema, então Governador Geral do Rio de Janeiro. (VALLE JUNIOR, 1937 p. 7).

Os únicos atores envolvidos são os portugueses e franceses. Os portugueses em um papel ativo e os franceses desempenhando um papel passivo na história. Em sua narrativa o autor salienta que o território de Araruama começou a ser ocupado com os portugueses, “Acreditamos contudo, que só depois de 1615 foi que começaram a aparecer os primeiros colonos nas terras de Araruama” (VALLE JUNIOR, 1937 p. 7). Depois o autor vai prosseguindo descrevendo os eventos políticos e os principais personagens políticos do município, até chegar ao século XX. Nesse processo, o qual o autor se refere como ocupação, não existe referência a presença de povos indígenas na região, reforçando uma ideia que foi durante muito tempo replicada pela historiografia nacional, a de que [...] o início da história se dá a partir da ‘civilização’, ou seja, reproduzindo a história do ponto de vista de determinados grupos, interessados em propagar a visão de ‘progresso’.” (FERNANDES, 2007, p.26)

O único momento na narrativa em que existe alguma referência aos indígenas e mesmo assim de forma ausente no contexto local, acontece quando o autor realiza o estudo toponímico sobre o nome da cidade. Neste momento o autor descreve a origem indígena do nome Araruama e com o significado de ‘Bebedouro das Araras’. Da mesma forma, o autor enfatiza que os moradores de Araruama, usando sua imaginação, criaram uma lenda para embelezar a origem do nome da cidade. Segundo a lenda, o nome Araruama é resultado do amor da índia de nome Arara, que apaixonada disse as palavras “Arara o ama” e daí surgiu o nome Araruama. (VALLE JUNIOR, 1937 p. 7).

O segundo livro sobre a história de Araruama foi escrito por, Argemiro Ribeiro de Macedo Soares que “O Município de Araruama: Monografia geográfica” em 1945. O autor, Argemiro Ribeiro de Macedo Soares era morador de Araruama, formado em direito e que exerceu cargos públicos na Prefeitura de Araruama por vários anos como o de Secretário do Diretório Municipal de Geografia (VASCONCELLOS, 1998). Este órgão surgiu como resultado da valorização da geografia naquele momento no Brasil e em especial no Rio de Janeiro, visto enquanto forma de promoção do progresso. Nesse contexto, em 1938 foi criado pelo governo de Getúlio Vargas o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), e como resultado da estruturação do IBGE, foi criado meses depois os diretórios regionais

espalhados pelos estados brasileiros, a fim de fazer avançar o conhecimento geográfico sobre o território nacional (FERNANDES, 2009).

No Estado do Rio de Janeiro, o Diretório estadual como forma de promover o avanço do conhecimento regional promoveu um concurso anual:

Em 1942, o Diretório deu início ao *Concurso de Monografias de Aspectos Municipais*. Conforme divulgou Luiz de Souza, estes concursos atraíam participação de homens de letras de todo o estado, apresentando trabalhos sobre as mais diversas regiões fluminenses. (FERNANDES, 2009, p.149)

Nessa conjuntura, Argemiro Ribeiro de Macedo Soares, escreveu o livro, *Município de Araruama: Monografia Geográfica*, e participou do concurso e obteve o quinto lugar em 1943. Como já salientado anteriormente, as décadas de 30 a 50 fora um período de valorização do papel da geografia para se pensar o desenvolvimento e também conhecer as potencialidades do território nacional, e que, neste caso, também envolvia a busca de dados históricos e a construção de histórias locais. Como era comum nos livros corográficos, o livro possuiu uma parte dedicada a história local e a outra parte, aos dados geográficos referentes ao município.

Em sua narrativa, os indígenas aparecem como os atores ausentes, pois apesar de se reconhecer a sua existência, o lugar destinado é em um passado distante, “A sede Municipal, cidade de Araruama, levanta-se a margem da Lagoa de que tira o nome, no antigo povoado de Mataruna, que foi em tempos idos um aldeamento dos índios tamoios.” (SOARES, 1945 p.10). O uso da expressão em “tempos idos” segundo António Nogueira dos Santos (1990) traz o significado de ser um passado distante. O que é reforçado na continuidade do texto onde o autor salienta que “De quando em vez, nas escavações para construções, são encontrados grandes vasos de barros cheios ainda de ossos, o que prova de maneira insofismável, que eles aqui viveram.” (SOARES, 1945 p.10). Reforçando a clássica frase de Varnhagem “povos na infância, não há história: há só etnografia” (VARNHAGEN, 1978 [1854]. p.30). Assim, se entende que não existe uma ligação direta com a cidade ou que contenham algum tipo de elemento identitário com a população que habita o município atualmente, cuja existência aconteceu em tempos antigos, em uma pré-história local. Ao longo do restante de sua narrativa o autor Argemiro Ribeiro de Macedo Soares vai descrevendo os principais eventos e personalidades locais até chegar a emancipação e o século XX.

Os trabalhos realizados por Arthur Valle Junior e Argemiro Ribeiro de Macedo Soares, abriram espaço para a construção e consolidação de uma história e uma identidade araruamense em consonância com uma historiografia nacional acerca da invisibilidade indígena. Essas leituras sobre o passado local estavam de alguma maneira sintonia com o poder político, através de ligações com a Prefeitura Municipal que financiou a obra “*Araruama, ensaio de levantamento estatístico do município*” e o outro livro estava atrelado de alguma maneira a um órgão estadual através da publicação do livro premiado no concurso do Diretório estadual “*O Município de Araruama: Monografia geográfica*”. O contexto estadual das décadas de 1930 e 1940, foram marcadas por um repensar da história e identidade do Estado do Rio de Janeiro. Inserido nessa perspectiva, o Prefeito Mário dos Santos Alves, que fomentou a edição do primeiro livro de história araruamense, através do Ato de número 91 de 10 de junho de 1935, criou o primeiro brasão da cidade de Araruama. Os brasões devem ser entendidos segundo Chevalier e Gheerbrant, como “[...] uma figura visível adotado convencionalmente para representar uma ideia, um seu físico ou moral.” (1994, p.12 apud NOGUEIRA, 2012, p.6). Uma tradição que vem da Idade Média, quando era usado para identificar pessoas e grupos e se perpetuou no tempo. A ciência que estuda os brasões é a heráldica. Os brasões se dividem em vários tipos e o que nos interesse são os de domínio. Estes representam lugares, cidades, etc.

Em relação aos municípios, ele é usado com “com a finalidade de identificar o município, o estado e a federação.” (TORRES, 2015, n.p.). E sendo “[...] aplicado nos documentos oficiais dos órgãos da administração pública brasileira.” (TORRES, 2015, online), Desta forma, deve ser entendido como um elemento visual oficial, representativo daquela cidade e daquele povo. Neste primeiro momento, o Brasão de Araruama continha:

Figura 4 – Primeiro Brasão



Fonte: RODRIGUES, 1992, p.28

Fazendo parte deste brasão, aquilo que naquele momento era usado como elemento de identificação do local e de sua população, a agricultura, a lagoa e a tradição salineira. O Brasão refletia a leitura do passado local e onde os indígenas estavam ausentes. Um reflexo da própria historiografia local erguida com a total invisibilidade indígena. São narrativas que carregam em seus discursos uma visão que “[...] expulsar o índio e qualquer resquício indígena dessa representação do Brasil [Araruama]. (FREIRE,2016, p.35). Nesse intento, acabaram refletindo uma visão historiográfica que entendia a história da nação, e no caso daquela localidade como que iniciada com os portugueses, que ocuparam e trouxeram a civilização para aquela região (FREIRE & OLIVEIRA, 2006, p. 17).

### 1.2.1 Araruama como objeto da História: Os indígenas e as narrativas das décadas de 1980 e 1990

Nas últimas décadas em âmbito nacional verificamos o desenvolvimento de um ambiente favorável, não apenas a luta dos povos indígenas em busca de seus direitos, como também o retorno da democracia. Ao mesmo tempo, essas mudanças se complementaram com novas posturas teóricas e metodológicas no campo das ciências humanas e em especial na ciência histórica praticada na academia.



Nesse contexto, houve a ampliação das pesquisas e o aparecimento do que foi denominado pelo historiador John Monteiro (2001), como uma nova história indígena, na qual os indígenas ganhavam espaço enquanto agentes históricos e com um papel ativo importante na construção da história do Brasil. Ao mesmo tempo tivemos o desenvolvimento e a consolidação da ciência arqueológica no Brasil, do ponto de vista institucional, metodológico e teórico (PROUS, 1991).

Em nível local, atrelado a esses fatores citados acima, ocorreu o desenvolvimento das primeiras pesquisas arqueológicas em Araruama com as escavações no sítio arqueológico denominado de Três Vendas, localizado em um bairro com o mesmo nome no ano de 1977 (KNEIP, 1983 p.46). Ao mesmo tempo a cidade vivenciou um crescimento populacional e de turistas em um fenômeno que atingiu a Região dos Lagos como resultado de inúmeros fatores e dentre os quais a abertura da Ponte Rio-Niterói (VIEGAS, 1997).

Nesta conjuntura de mudanças nacionais e locais, em 1989, o Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro (CIDE), órgão do Estado do Rio de Janeiro responsável pelas pesquisas e informações geográficas (economia, ambiental, etc.), lançou uma coleção de livros, intitulada “Perfis Municipais”, e na qual dedicou um dos seus livretos ao município de Araruama. Existe assim, a replicação de um tipo de narrativa histórica atrelada a escrita geográfica, e que vem de longa data no Estado do Rio de Janeiro. Os indígenas, portugueses e franceses são os atores envolvidos no início da narrativa e na qual inicia seu texto reconhecendo a primazia do povoamento da região aos povos indígenas:

Os primeiros habitantes do território que hoje compõe o município de Araruama foram os índios Mataruna, que bem antes da chegada dos europeus, já conheciam os depósitos naturais de sal e os exploravam para consumo próprio. (verificar página).

Com o desenrolar do texto o autor descreve o processo de conquista portuguesa e a luta pela conquista contra os franceses na região dos Lagos. Os indígenas aparecem como aliados dos franceses na luta contra os portugueses na região: “ Nos séculos XVI e XVII, os franceses se estabeleceram em Cabo Frio, aliando-se aos índios Tamoios e, provavelmente, mantiveram algum ponto estratégico de defesa nas terras de Araruama.” (VERIFICAR PAGINA). A iniciativa da ação pertence aos franceses e onde os indígenas aparecem de forma passiva; Com a reprodução de um discurso bem antigo na historiografia nacional, onde os indígenas sempre são retratados em uma posição secundária do processo, quase que como expectadores do processo de colonização como salienta a historiadora Maria Regina Celestino de Almeida, “os índios tem tido participação inexpressiva em nossa história, na qual, em

geral, aparecem como atores coadjuvantes, agindo sempre em função de interesses alheios” (2013, p. 25). No restante da narrativa o autor discorre o processo político que culminou com a criação do Município no XIX sem mais qualquer menção aos povos indígenas.

No esteio da redemocratização e de uma nova Constituição que trazia para o cerne dos debates a questão das minorias e dos direitos civis e sociais, os municípios foram afetados com uma grande autonomia fiscal e política. Sendo assim, destaca-se que “Um dos aspectos inovadores da Constituição Federal de 1988 foi a elevação dos Municípios à categoria de entes federativos, atribuindo-lhes ampla autonomia política, financeira e administrativa.” (BRANDT, 2010, p.59). Como resultado desses avanços, muitos municípios foram desmembrados e novos municípios surgiram por todo o Brasil, “Ao mesmo tempo, a nova Carta alterou as normas para a sua emancipação o que, entre outros fatores, propiciou excepcional incremento do número de municípios no país entre 1988 e 1996.” (BRANDT, 2010, p.59). Assim, nos anos seguintes por diversas motivações políticas, econômicas e históricas, foram criados centenas de novos municípios em todo o Brasil.

Nesse cenário, em 1989, assumiu como Prefeito de Araruama, o cidadão Altevir Vieira Pinto Barreto. Durante o seu governo, a cidade de Araruama presenciou inúmeras ações do Poder Público Municipal em relação à memória e a história do município. Segundo o historiador Cássio Ricardo Hipólito Silva Campos (2018), o Prefeito Altevir Barreto tinha como objetivo estabelecer uma história e memória oficial para Araruama e acabar com as disputas políticas locais. E destaca-se:

[...] seu governo, contemporâneo das mudanças motivadas pela [construção da] ponte Rio-Niterói e do conseqüente aumento do fluxo de pessoas 'de fora' da cidade, é identificado como um tempo de transformações e de abertura do acesso ao poder a pessoas que não faziam parte das elites locais. Daí em diante, alternaram-se prefeitos 'filhos de Araruama' com esse mesmo 'forasteiro'. (VIEGAS, 1997, p. 32),

Entende-se que nesse momento a Prefeitura de Araruama, através dessas ações diversas, buscou enaltecer a unidade municipal e identidade local (DONNER, 2012) através de ações no sentido de configurar e propagar uma determinada leitura do passado local daquela localidade, no sentido de reforçar uma identidade local em um contexto de fragmentações políticas com o surgimento de novos municípios, do fluxo de ‘forasteiros’ com a construção da Ponte Rio-Niterói. O prefeito Altevir Barreto foi responsável por promover políticas públicas relacionadas à memória e a história de Araruama diante das quase inexistentes narrativas históricas locais, como retrata Ana Claudia C. Viegas, Coordenadora

do Centro de Memória Municipal na época, “A vontade de produzir esse trabalho se origina, primeiramente, da constatação da quase inexistência de registros históricos sobre nosso município” (VIEGAS, 1992, p.13.).

Foram ações que resultaram na criação no dia 5 de Fevereiro de 1992, de um Centro de Memória Municipal e na edição e lançamento de três livros relacionados história da cidade de Araruama (VASCONCELLOS, 1998). Em relação aos livros editados e publicados pela prefeitura local, dois deles são livros de entrevista com moradores da cidade. O intuito foi o de recuperar e preservar as antigas memórias locais através da recuperação das lembranças desses moradores. O primeiro deles foi dedicado às mulheres e o outro dedicado aos moradores idosos e antigos da cidade. Essas narrativas orais trazem um reflexo de uma memória individual e local sobre o passado da região, que silenciou e esqueceu por séculos os povos nativos e por conseguinte inviabiliza os indígenas enquanto parte da memória e da história da cidade e seus moradores.

O terceiro livro editado nesse momento pela prefeitura foi o “Araruama: Panorama de Uma Cidade”. Este livro, diferentes dos dois primeiros não se constitui de entrevistas com os moradores locais e suas memórias, e sim um apanhado geral com a história e geografia do município e possuía uma parte dedicada à história local e a outra parte, aos dados geográficos referentes ao município. A parte inicial do texto é baseado no livro publicado pelo CIDE em 1989 e na qual os atores arrolados no momento inicial são os indígenas, portugueses e franceses. Nesse início o texto reconhece a primazia do povoamento da região aos povos indígena “Bem antes dos europeus, os Mataruna, primeiros habitantes das terras que hoje formam o município de Araruama, já conheciam e utilizavam o sal, através das salinas naturais que existiam na região.” (VIEGAS; BARBOSA; SOARES; SALGUEIRO, 1992, p.15). Na parte subsequente da narrativa, os protagonistas são os portugueses, que exercem de forma ativa uma conquista da região e na qual os indígenas e franceses são retratados de forma totalmente passiva ao serem dizimados sem qualquer ação ou reação.

As primeiras notícias sobre a exploração do território datam de 1575, quando se deu a expedição do Governador Antonio de Salema do Rio de Janeiro, a região de Cabo Frio, onde foram dizimados centenas de franceses e índios Tamoios (VIEGAS; BARBOSA; SOARES; SALGUEIRO, 1992, p. 16)

Assim se reforça uma ideia propagada durante muito tempo pela historiografia na qual o indígena aparece sempre agindo de forma secundária e de acordo com os interesses alheios (ALMEIDA, 2010). Prossequindo com a história local, o autor se refere ao início da ocupação

na região de Araruama como resultado da ação direta dos portugueses, “Pelas cartas de sesmarias, o primeiro proprietário das terras compreendidas no perímetro do atual município de Araruama foi Miguel da Silva Riscado (VIEGAS; BARBOSA; SOARES; SALGUEIRO, 1992, p.16). Assim, se reforça uma visão historiográfica na qual John Monteiro denomina de “as crônicas da destruição e despovoamento” (2001a, p.142) e que acaba reforçando uma ideia de que a conquista levou ao extermínio dos indígenas em Araruama e em toda a Região dos Lagos.

O livro foi editado pela Secretaria Municipal de Araruama e contém nesse sentido um endosso do poder público local no sentido de propagação de uma determinada leitura do passado do município (CAMPOS, 2018). Ressalta-se o papel executado por diversos atores profissionais da história o qual Fernando Sanchez identifica a importância da atuação dos configuradores da cultura histórica (2009, p.278), que seriam agentes (pessoas, instituições, etc.) emissores de uma determinada leitura que se faz do passado. No caso, a prefeitura de Araruama, através de seus agentes envolvidos na confecção e edição dessas obras, agiu como emissor de uma leitura do passado e na qual os indígenas locais desempenhavam papéis marginais na história local.

Por fim, nesse segundo momento de desenvolvimento de trabalhos sobre a história da cidade de Araruama, destaca-se aquele que é o trabalho mais extenso e que virou referência na cidade (CAMPOS, 2018), o livro *Apontamentos sobre Araruama*, de autoria do Sylvio Lamas de Vasconcellos. Um livro dedicado à história de Araruama lançado em 1998 e com quase 300 páginas e no qual o autor, pertencente a uma tradicional família local (LOPEZ, 2004), discorre sobre a história de Araruama em capítulos dedicados a temas diversos como as fazendas, os casarões, a Câmara Municipal, a imprensa local e outros temas sobre a cidade.

A formação da cidade se deu em um processo conduzido principalmente pelos portugueses. Os indígenas aparecem apenas ligados a um passado local distante:

“Data de tempos imemoriais a retirada do sal em nossa região. Já os índios o obtinham, para seu consumo, dos depósitos naturais em depressões de terreno à beira da lagoa ou em áreas toscamente revestidas de conchas e tabatinga.” (VASCONCELLOS, 1998, p.233).

Os indígenas aparecem em um papel passivo e arrolados em uma cena descritiva, na qual se “situa, o sujeito fora do tempo. Eles [o escritor] ocupam com a descrição dos sujeitos e não com suas ações e os desdobramentos.” (COELHO; ROCHA, 2018, p.478). Neste mesmo capítulo, Sylvio Lamas de Vasconcellos cita os indígenas pela segunda vez ao relatar sobre a

origem do nome Mataruna que era o nome da Freguesia que deu origem a cidade de Araruama. O mesmo salienta que a origem desse nome para alguns especialistas é decorrente de uma tribo indígena denominada de Mataruna, e que seriam os primeiros habitantes locais. Entretanto, Sylvio Lamas de Vasconcellos não concorda com essa afirmação “nas minhas pesquisas, entretanto, nada encontrei que confirme a existência de alguma tribo indígena com tal nome” (1998, p.42). Assim, para validar sua opinião, o autor se utiliza de outros autores, como Alberto Ribeiro Lamego e Pedro Guedes Alcoforado, que sustentam que os primeiros habitantes locais, foram os indígenas Tamoios e não outro grupo étnico, no caso o grupo Mataruna, a ocuparem aquela região. (VASCONCELLOS, 1998).

Por fim, em outro momento do livro, os indígenas são arrolados quando o autor discute os topônimos locais. No caso do nome da cidade, Araruama, o autor Sylvio Lamas de Vasconcellos, considera que o vocábulo Tupi, Iriruama ou Iraruama, com o passar do tempo e das influências, sofreu alterações e deu origem a palavra atual, “Tenho para mim que a palavra araruama não é Tupi; é, sim, derivada do Tupi, tendo sofrido alterações fonética e gráfica” (VASCONCELLOS, 1998, p.22). Nesse momento os indígenas não exercem qualquer tipo de ação e são meramente relacionados enquanto um aspecto linguístico sem qualquer relação a temporalidade.

Entende-se assim que nessas narrativas advindas das duas últimas décadas do século XX em Araruama e materializados nos livros analisados acima, os indígenas têm lugares bem demarcados. Uma historiografia local que reproduz perspectivas antigas advindas do século XIX e onde se tem uma visão essencialista sobre a cultura dos povos indígenas e marcada por identidades étnicas fixas. Em contraponto com novos olhares da historiografia indígena contemporânea e onde se busca compreender as sociedades nativas como dinâmicas e vivas (ALMEIDA, 2010). Por sua vez, esses trabalhos em sua maior parte estão centrados em documentação e bibliografias já existentes, não existindo um diálogo com as pesquisas arqueológicas desenvolvidas na região desde a década de 1970. Uma escrita da história pautada em um olhar sobre as realizações políticas e no uso de cronistas em detrimento de outras fontes de informação como as arqueológicas.

Apesar dessas obras estarem arroladas dentro de um momento histórico marcado pela emergência de uma nova história indígena, elas trazem em seus discursos um olhar dentro de uma perspectiva de uma antiga história indígena. Nessa historiografia araruamense os indígenas aparecem enquanto sujeitos passivos e com suas ações sempre direcionadas em função dos outros, sejam os portugueses ou os franceses, como salienta a historiadora Maria Regina Celestino de Almeida, “os índios têm tido participação inexpressiva em nossa história,

na qual, em geral, aparecem como atores coadjuvantes, agindo sempre em função de interesses alheios” (2013, p. 25). Ao mesmo tempo são arrolados em uma posição de fósseis, presos em um passado bem distante em uma pré-história local e desconectada do tempo presente da cidade de Araruama e seus moradores.

Onde essas narrativas ao lidar com o passado local, acabaram disseminando uma visão ainda muito forte na historiográfica que entende a história do Brasil, e no caso daquela localidade como que iniciada com a chegada dos portugueses, que ocuparam e trouxeram a civilização para aquela região (FREIRE & OLIVEIRA, 2006, p. 17). No próximo capítulo há uma reflexão sobre essa antiga escrita da história sobre os indígenas e que marcaram um modelo de escrita sobre os mesmos, e no qual os trabalhos de Araruama devem ser enquadrados. Também serão destacados mudanças que varreram a história nas últimas décadas e que permitiram a construção de uma nova história na qual o indígena ganhou destaque como elemento ativo na construção de sua história e da sociedade brasileira.

### 1.3 UMA HISTÓRIA [TAMBÉM INDÍGENA] DE ARARUAMA

Ao longo das últimas décadas, a história do município de Araruama foi sendo escrita por diferentes autores que procuraram de alguma forma construir e forjar uma história local. Nas linhas acima, foram relatadas essas primeiras narrativas construídas entre as décadas de 1930 e 1990 e na quais esses escritores locais agiram como configuradores ( COSTA, 2009, p.278). E construíram discursos que consolidaram uma história e uma memória para a cidade de Araruama, além de forjaram uma identidade araruamense. Ressalta-se que esses escritos locais possuem um valor importante na formação identitária local, pois “[...] ajuda a tomar consciência da comunidade através do conhecimento da sua gênese e da sua evolução por um lado, e do conhecimento da sua identidade específica, por outro [...]” ( MATTOSO, 1988, pg. 180).

Na cidade de Araruama, esses autores estavam de alguma forma atrelados ao poder político local ou eram das famílias tradicionais. Essas ligações conferia a esses escritos um forte “[...] apelo junto a comunidade [...]”(DONNER, 2012, p.223), e assim “[...] torna[va]-se um espaço [importante]para a formação de identidades e memórias coletivas” (DONNER, 2012, p.223) entre os habitantes do município. Nesse intento, esses escritores com suas narrativas propagavam uma leitura do passado na qual ao lidar com o surgimento do município, reforçaram a ideia de que os acontecimentos fundadores foram o povoamento

português e a posterior ocupação por Miguel Riscado no século XVII até a emancipação política no século XIX.

Nessas narrativas históricas, a afirmação de uma identidade para a cidade de Araruama, perpassou o século XX, chegou até o início do século XXI, que passava por uma visão historiográfica e entendia a história da nação e, no caso daquela localidade, como que iniciada com os portugueses, que ocuparam e trouxeram a civilização a região, ao fundar a atual cidade de Araruama:

A nossa história tem sido sempre descrita como a história da colonização, como a narrativa da transferência de pessoas, instituições e conhecimentos para um novo cenário, não-europeu, sobre o qual estas vieram a estabelecer um progressivo controle, dando origem ao marco territorial atual (FREIRE; OLIVEIRA, p. 17, 2006).

Segundo as narrativas propagadas em Araruama, os indígenas “[...] quase não mereciam a atenção dos historiadores” (ALMEIDA, 2010, p.9) e quando ganhavam um lugar, era “[...] como força de trabalho ou como rebeldes que acabavam vencidos, dominados, escravizados, aculturados ou mortos. Suas ações não eram, absolutamente, consideradas relevantes para a compreensão dos rumos da história.”(ALMEIDA, 2017, p.18-19). Observa-se que em Araruama foi sendo forjada uma identidade local na qual os indígenas eram “[...] como coisas do passado [local]. (FREIRE, 2016, p.34) e pertencentes a uma pré-história local.

No caso de Araruama torna-se necessário “[...] desfazer da invisibilidade forjada ao longo da história a respeito destas comunidades silenciadas pelo discurso oficial” (SANTOS; MANO, 2015, s.p.) e propalados pelos escritores locais de Araruama em sintonia com o poder político acerca do passado da cidade, como verificado nas análises realizadas nas páginas acima. É importante empreender uma escrita da história da região que conceba aos indígenas um lugar ativo na construção desses espaços ao longo dos séculos e não apenas enquanto espaço de ação de um único ator, os portugueses.

Pensar a colonização da região não começou com os portugueses e sim há milhares de anos quando a região começou a ser ocupada por seres humanos. De forma genérica essas populações hoje são denominadas de índios, mas “[...] o nome índio esconde centenas de nações independentes, que falam línguas diferentes [...]”(FREIRE; MALHEIROS, 2009, p.11). E “Poucas vezes disseram como se autodenominavam. Quando o fizeram, nem sempre eram compreendidos.” (FREIRE; MALHEIROS, 2009, p.11). Nesse ponto “[...] os europeus batizavam, ‘as vezes, o mesmo povo com vários nomes, como é o caso dos tupinambás, conhecidos também como tamoios”. (FREIRE; MALHEIROS, 2009, p.12).

No século XV, “Os povos tupis, que habitavam o litoral, foram os primeiros a entrar em contato permanente com os colonizadores portugueses e com as expedições francesas vindas ao Brasil.”(FREIRE; MALHEIROS, 2009, p.25). O antropólogo Carlos Fausto salienta que utilizando algumas diferenças linguísticas e culturais, os pesquisadores dividiram esse grupo em dois blocos que ocuparam regiões distintas do território brasileiro ao longo do tempo:

“[...] ao sul, os Guarani ocuparam as bacias dos rios Paraná, Paraguai, Uruguai e o litoral, desde a Lagoa dos Patos até Cananéia (SP); ao norte, os Tupinambá dominavam a costa desde Iguape até, pelo menos, o Ceará, e os vales dos rios que deságuam no mar” (2014, p. 69).

As pesquisas arqueológicas desenvolvidas em Araruama desde a década de 1970, e de forma sistemática ao longo dos anos 90 e início de 2000, conseguiram a recuperação de variados artefatos e vestígios materiais ligados aos primeiros colonizadores da região. A pesquisadora responsável pelos trabalhos desenvolvidos pela equipe do Museu Nacional, Ângela Buarque, classificou esses vestígios e artefatos materiais recuperados como pertencentes aos indígenas do grupo étnico Tupinambá e que estavam presentes no momento do aporte português:

[...] a pesquisadora percebeu a recorrência entre a distribuição dos sítios arqueológicos e a localização de aldeias Tupinambá apresentada pelos cronistas quinhentistas e seiscentistas. Essa similaridades mostravam-se mais evidentes perante a morfologia cerâmica e os acabamentos plásticos de superfície e pintura, que também se apresentaram congruentes com ilustrações presentes na documentação iconográfica. (MAGESTE 2017 p.121-122)

Segundo a arqueóloga Ângela Buarque existe uma continuidade cultural entre os vestígios do período pré-contato e do período pós-contato (histórico). Uma das facetas ligadas as tendências da arqueologia atual é o de procurar estabelecer uma longa história indígena (CORRÊA, 2013). Nessa corrente de pensamento, se possibilita através de metodologias específicas, validar uma continuidade entre os vestígios arqueológicos do período pré-colonial a determinados povos indígenas do período colonial. Essa perspectiva segundo o pesquisador Ângelo Alves Corrêa, permite “[...] entende[r] os grupos indígenas como partícipes da história americana” (2013, p.26). No caso de Araruama, as pesquisas arqueológicas levaram a percepção de que os inúmeros sítios arqueológicos (MAGESTE, 2016 p.90) encontrados na



cidade são resultados de uma longa ocupação indígena Tupinambá e que se manteve na região por milhares de anos até o século XVII (BUARQUE, A.; RODRIGUES-CARVALHO, C.; SILVA, E.C, 2003).

A partir do aporte europeu na região efetuada por franceses e portugueses, teve o início de um período de contato entre os nativos e os europeus evidenciado pelos achados arqueológicos recuperados em Araruama. Nesse momento inicial dos contatos empreendidos entre os Tupinambás e europeus, Ângela Buarque identificou o sítio arqueológico do Serrano, em Araruama como sendo a antiga Aldeia Tupinambá denominada de Syrizi, e que aparece em um mapa do século XVI do francês Jacques de Vau de Claye (BUARQUE, 2010, p. 156).

Nesse sítio arqueológico do Serrano, os arqueólogos conseguiram recuperar inúmeros artefatos e objetos advindos da Europa como uma cota de malha e também material cerâmico com nítida influência de técnicas europeias. Assim, inserido em novas perspectivas da arqueologia se tem compreendido essas trocas culturais refletidas nos elementos arqueológicos presentes em aldeias Tupinambás, como resultado do próprio agenciamento dos Tupinambás, no sentido de “absorver o outro, transformá-lo e transformar-se, mesmo quando o outro não assume a forma humana” (RIBEIRO;JACOMÉ, 2014, p.479). Afinal, “[...] é necessário considerar que os grupos sociais em contato vivenciavam, junto as transformações culturais, um processo contínuo de mudança e construção de interesses e motivações que se alteravam conforme as circunstâncias e a dinâmica de suas relações.” (ALMEIDA, 2013, p.57)

Essas novas perspectivas tem provocado o rompimento de concepções que enxergam as “[...] mudanças no aparato material indígena [...]” (RIBEIRO;JACOMÉ, 2014, p.484), como prova para a “[...] metanarrativa do devastador impacto ocidental sobre populações nativas culturalmente estáticas e socialmente passivas.” (RIBEIRO;JACOMÉ, 2014, p.465) diante do europeus.

Acredita-se que mais pesquisas são necessárias para o melhor entendimento do contexto de contato entre indígenas e europeus na região de Araruama, principalmente porque em outros sítios arqueológicos do município também foram encontrado artefatos e vestígios materiais que evidenciam trocas culturais provenientes dos contatos estabelecidos entre indígenas e europeus no momento inicial da colonização. A arqueologia tem permitido a obtenção de informações daquele momento histórico e na qual as poucas “[...] informações sobre as sociedades ágrafas da América portuguesa nos chegam, grosso modo, através dos registros europeus [...]” (ALMEIDA, 2013, p.38).

Ao longo do século XVI esses primeiros contatos entre portugueses, franceses e tupinambás logo se converteu em um conflito envolvendo esses diferentes grupos e que resultaram em conflitos violentos e no extermínio sistemático de boa parte dos Tupinambás ou como também são designados os Tamoios, na região e em Araruama. Não é objeto deste subcapítulo e nem desta dissertação, desenhar um quadro etnográfico das populações indígenas locais ou refletir sobre o processo de conquista o desenvolvimento da colonização na Região dos Lagos e em especial, Araruama. Nestes parágrafos apenas foram levantando alguns dados importantes no sentido de se reafirmar as possibilidades de edificação da história de Araruama, que tenha nos povos indígenas um elemento presente e ativo. Pois entendemos que:

Cabe, então, perguntar como era (e ainda é) possível explicar tais processos sem levar em conta o protagonismo indígena. Como entendíamos a vitória e o domínio dos portugueses sobre milhares de povos guerreiros?[...] Como podiam alguns degredados ocupar postos-chaves nas sociedades nativas, que lhes permitiram fornecer o imprescindível auxílio aos portugueses?[...] Como explicávamos essas e tantas outras questões de nossa história sem considerar o protagonismo indígena? (ALMEIDA, 2017, p.19).

Após esses contatos iniciais, os portugueses criaram o Governo Geral em 1548, que passou a regular e controlar o processo de ocupação permanente destas terras americanas. Neste ponto, o processo de conquista ganha força e “[...] o segundo momento do processo de colonização refere-se a conquista propriamente dita, tendo como resultado a instalação dos colonizadores nos novos sítios.” (MORAES, 2000, p. 277). As aldeias Tupinambás que pontilhavam toda a Região dos Lagos vivenciaram na segunda metade do século XVI as expedições devastadoras do Governador Antônio de Salema e ao violento processo que se seguiu de colonização levada a cabo pelos portugueses, através de diversas formas como guerras, remanejamentos, catequese e que resultou na “[...] submissão das populações locais e da apropriação dos lugares, envolvendo a pioneira edificação dos assentamentos europeus na América” (MORAES, 2000, p. 277.).

A chegada dos portugueses a região e o processo de conquista e colonização que a partir daí se efetivou, alterou completamente a vida dos nativos e trouxe grandes profundas alterações para os povos que habitavam a região entorno da Lagoa de Araruama. Os dados arqueológicos levantados pela Professora Ângela Buarque em consonância com a historiografia local, corrobora a visão de que as aldeias tupinambás sucumbiram diante do

processo de colonização e a ocupação tupinambá não foi além dos séculos XVI e XVII na região e em Araruama: “a pesquisa em documentos históricos relativos à região não confirmou a existência de aldeias posteriores ao século XVII” (BUARQUE, 2010, p. 156).

Na qual,

Pode-se aventar a hipótese de que nessa aldeia, após o contato com o europeu, tenha havido alta mortalidade decorrente do contágio de novas doenças, o que justificaria a grande quantidade de urnas funerárias” (M.D.GASPAR, M.C.TENÓRIO, A.BUARQUE, M.BARBOSA-GUIMARÃES, J.C.OLIVEIRA & R.SCHEEL-YBERT, 2004, p. 118)

A conquista da região se inseria no processo de colonização e que “[...] exigia, pelo menos, duas alterações básicas de consequências dramáticas para os povos nativos do litoral: a expropriação de suas terras e o uso de sua força de trabalho de forma compulsória.” (FREIRE; MALHEIROS, 2009, p.48). Como parte da consolidação do domínio da região, houve a criação em 1615 da cidade de Cabo Frio e dois anos depois, em 1617, a criação da Aldeia de São Pedro (CARNEIRO; MOREIRA, 2010). Nesse cenário pode-se ressaltar que a presença indígena na região não chegou ao fim com a conquista e a colonização português, a qual se levou a cabo ao longo dos séculos XVI e XVII. Os estudos da Professora Maria Regina Celestino de Almeida efetuou em relação aos aldeamentos fluminense salienta que.

[...] os povos indígenas incorporados a colonização através do ingresso nas aldeias coloniais, longe de terem desaparecido, diluindo-se entre os despossuídos da colônia ou entre os escravos, como costuma ser sugerido pela historiografia, transformara-se e misturaram-se, mantendo-se porém como índios aldeados, condição com o qual se identificavam e eram identificados até o século XIX. (ALMEIDA, p.219)

No caso do Aldeamento de São Pedro tivemos a participação indígenas tupinambás ou tamoios remanescentes e indígenas de outras etnias e localidades como evidência a Professora Maria Regina Celestino, “A maior parte deles veio da Aldeia de Reritiba e, entre eles, com certeza, havia muitos goitacazes, aos que se juntaram os seguidores de Constantino Menelau, que deviam incluir alguns tamoios[...].” (2013, p.94). A criação da Aldeia de São Pedro se deu

dentro da perspectiva para garantir a defesa da região, ainda ameaçada por grupos hostis e estrangeiros, e também para fornecimento de mão de obra para o projeto de colonização (ALMEIDA, 2013). Com a progressiva consolidação e estabilização do controle político sobre a região iniciou, de forma sistemática, de um processo de efetiva ocupação das terras em torno da Lagoa de Araruama.

Nessa conjuntura, no ano de 1629, as terras em torno da Lagoa de Araruama e compreendidas dentro do atual perímetro da cidade de Araruama foram doadas ao português Manuel da Silva Riscado, através de uma Carta de Sesmaria. Como resultado, houve a edificação da Fazenda Parati, que foi o primeiro núcleo de ocupação colonial no território de Araruama. Em seu entorno se deu a exploração agrícola e a exploração de madeira com a criação de uma serraria (VASCONCELLOS, 1998).

Com o passar do tempo se consolidou um pequeno povoado próximo da lagoa de Araruama e foi conhecido como Mataruna em referência ao rio que corta o local e denominado de Mataruna. Segundo Sílvia Lamas de Vasconcellos, em seu livro, discorre que a primeira referência ao rio Mataruna é de um documento de 1683, que faz referência ao rio Anhanga Mataruna (1998, p.44). Esse povoado com o passar do tempo foi denominado de Maratuna e estava localizado junto ao rio de mesmo nome e a beira da Lagoa de Araruama.

Em 1732 o pequeno povoado ganhou uma capela dedicada a São Sebastião e que foi erguida a beira da lagoa de Araruama. Em 1799, diante do seu crescimento populacional, o povoado de Mataruna foi elevado a categoria de Freguesia com a capela de São Sebastião de Araruama. Como salientado pelo viajante francês, Augustin François César Prouvençal de Saint-Hilaire, “Nenhum arraial se chama Araruama; mas esse nome foi dado a uma vasta paróquia que se estende às margens da lagoa [...] (p. 287).

Surgia, então, a Freguesia de São Sebastião de Araruama no Povoado de Mataruna e atrelada a Província Eclesiástica de Cabo Frio (VASCONCELLOS, 1998). Nesse período a localidade de Mataruna fazia parte da cidade de Cabo Frio e que nos séculos XVII e XVIII, consistia em uma região de pouco destaque em comparação com outras áreas dinâmicas da economia colonial (ALMEIDA, 2013; CARNEIRO; MOREIRA, 2010). Mesmo assim, a economia araruamense prosseguiu em torno da produção de produtos agrícolas como cana de açúcar, milho, mandioca e com alguns engenhos localizados nas fazendas espalhadas pelo interior da localidade. No século XIX houve a expansão do cultivo de café em Araruama que se tornou um produto importante na economia local (VASCONCELLOS, 1998). Em sua passagem pela região, Augustin François César Prouvençal de Saint-Hilaire descreveu que os produtos cultivados nas fazendas que prosperavam pelo interior do território de Araruama

eram levados até o porto do Mataruna e onde eram despachados eram barcos até Cabo Frio, onde navios maiores que levavam para o Rio de Janeiro.

Inseridos no contexto econômico, é importante destacar como os indígenas se constituíam como uma mão de obra importante principalmente nos anos iniciais e continuaram sendo até mesmo depois do estabelecimento de uma forte rede de tráfico negreiro no Brasil:

O trabalho dos gentios, entre os séculos XVI e XIX, sempre foi muito importante, mesmo após a introdução maciça dos negros africanos. Embora os índios aldeados fossem considerados livres e senhores de suas terras (aldeamentos), podiam ser requisitados, e eram, para trabalhar para os colonos, mediante ao pagamento de salários e com bom tratamento. (CARNEIRO; MOREIRA, 2010, p.53).

Destaca-se que o próprio Miguel Riscado, o pioneiro na ocupação portuguesa na região da atual cidade de Araruama, declarou em seu testamento a posse de cinquenta indígenas (ALMEIDA, 2013, p.221). Em seus estudos sobre os aldeamentos indígenas no Rio de Janeiro, a Professora Maria Regina mostrou como os indígenas aldeados eram fundamentais como força de trabalho no Rio de Janeiro até o século XIX. Por outro lado, nesse mesmo estudo mostrou como a relação de trabalho não era tão simples e pacífica. Autora Maria Regina Celestino mostrou conflitos e desarranjos relacionado a questão da mão de obra indígena entre os moradores de Cabo Frio e os padres superiores da Aldeia de São Pedro, na qual entraram em conflito, pois os indígenas aldeados não estavam trabalhando nas lavouras locais, pois preferiam trabalhar em outros lugares que ofereciam um pagamento melhor. Um exemplo de como os indígenas assumiam um papel ativo nas relações e na muitas das vezes faziam valer seus interesses (ALMEIDA, 2013).

Nesse contexto, em Cabo Frio, na qual se inclui Araruama, apesar das questões levantadas acima, esses indígenas se constituíam como mão de obra e trabalhavam nas lavouras, pastagens, como carregadores, no corte de pau-brasil e outros serviços. Ressalta-se que não apenas se constituíam como mão de obra local, como também circulavam e ocupavam aqueles espaços. Portanto, esses indígenas aldeados e que circulavam naqueles espaços, permaneciam se identificando como indígenas e como salienta a historiadora Maria Regina Celestino de Almeida, o que “importa constatar que os grupos diminutos de índios, por mais misturados que estivessem, mantiveram-se, até meados do século XIX, vendo-se e sendo vistos como índios “ (ALMEIDA, 2013, p.108).

No caso da Freguesia de Araruama, o relatório do Presidente da Província Antônio Nicolau Tolentino de 1858 (VIEGAS; BARBOSA; SOARES; SALGUEIRO, 1992, p.74)

atesta a presença de uma população de cerca de 200 indígenas entre homens e mulheres em um total de quase 8980 habitantes livres nas Freguesias de São Sebastião de Araruama e Freguesia de São Vicente de Paula (incorporada dois anos depois).

Em 1872 temos a realização do primeiro censo “efetivado de forma sistemática e com relativo rigor em âmbito nacional” (SILVA, 2018, p.100). O município de Araruama já emancipado indicou a existência de 13.416 indivíduos livres e a presença de 112 caboclos nas duas Freguesias que compunham o território de Araruama: São Sebastião e São Vicente. Segundo José Pacheco de Oliveira, “a categoria “caboclo” se está falando dos índios” (1997). Comparando os dados expostos verifica-se que em pouco mais de uma década houve uma redução de quase metade no número de indígenas no município. Uma tendência generalizada em toda a Província do Rio de Janeiro. Ressalta-se “[...] que na segunda metade do século XIX o processo de apagamento dos indígenas no território fluminense constará na pauta do governo central e de políticos regionais.”(SILVA, 2018, p.103). Assim, salientamos como os discursos oficiais estão atrelados aos interesses econômicos locais no sentido de:

É interessante notar o discurso de “pobreza” e decadência indígenas, constantes nesses relatórios. Juízo que somado à ideia de “extinção e perda “identitátia” serão fortes argumentos utilizados por autoridades, doreiros contra os índios para, entre outros objetivos, negar-se e garantir seus direitos, principalmente a posse de seus territórios. (SILVA, 2018, p.93)

Esses dados citados mostram claramente que Araruama foi até o século XIX, um município também indígena e na qual houve a presença física de indígenas circulando por aquele espaço, atuando e vivenciando a história da cidade de Araruama. E como esse passado indígena se integrou nas memórias subterrâneas (POLLAK, 1989), que circulam entre as famílias mais antigas da cidade. No livro editado em 1992 pela Prefeitura de Araruama e intitulado “Araruama: no tempo das histórias”, há uma coletânea de entrevistas com moradores idosos da cidade e no qual é possível localizar algumas dessas lembranças desse passado indígena. No depoimento do senhor Bráulio Quintanilha de Bragança, na época da edição do livro um senhor de 67 anos e morador do atual distrito de São Vicente, são evidentes os indícios dessa presença indígena. Esse senhor inicia sua fala exaltando essa memória familiar, pois “O que eu sei é por tradição de família.” (BRAGANÇA, 1992, p.159) sobre a história do lugar. E o Senhor continuou sua fala evidenciando como a origem do local, São Vicente, ficou marcado na memória familiar juntamente com a presença de indígenas na

localidade, “[...] é que havia, na época do Império, uma divisão dos municípios [...]. Uma parte de onde, hoje, está localizada a cidade era dos índios, e a outra parte estava sendo colonizada.” (BRAGANÇA, 1992, p.159).

O depoimento carrega não apenas a presença dos indígenas na localidade, mas carrega a própria origem do lugar São Vicente. Por sua vez, ressalta-se que o surgimento do distrito de São Vicente de Paula, relatado pelo depoimento acima, foi resultado da divisão da Aldeia de São Pedro em 1854. Uma parte foi transformada no Curato de São Vicente de Paula:

Em 1872, outro documento sobre a aldeia [de São Pedro] informa ela ter sido desmembrada, criando-se como parte da Conservatório dos Índios a Freguesia de São Vicente de Paulo no município de Araruama[...]. (ALMEIDA, 2007, p.227)

Em 1857 o curato fôï elevado a Freguesia de São Vicente de Paula e que por sua vez foi integrado ao município de Araruama em 1860, deixando assim de pertencer a Cabo Frio (VASCONCELLOS, 1998). Por fim, em outro momento de seu depoimento o Senhor Bráulio destaca que “[...] houve uma epidemia, que morreu muita gente e ficaram as fazendas abandonadas. Então a civilização já estava misturada aí com os índios.” (BRAGANÇA, 1992, p.159). Ou seja, evidencia-se na memória relatada a percepção de que com o avançar da “civilização” marcada pela presença de fazendas, esses indígenas locais foram sendo absorvidos. Uma memória que carrega o processo em que esses indígenas estão disputando terras e sofrendo pressões políticas e econômicas oriundos de diversos interesses em seu apagamento enquanto indígena (ALMEIDA, 2013).

Por sua vez, em outros locais da cidade essas memórias familiares carregam lembranças dessa Araruama indígena. No relatório que foi elaborado como resultado do salvamento realizado na Escola Honorino Coutinho em 1987, há uma síntese de algumas entrevistas com moradores locais. Uma dessas entrevistas foi realizada com o Senhor Honorino Marins de Ciqueira, nascido em 1903 em Morro Grande (Distrito de Araruama). Na síntese de seu depoimento, Honorino Ciqueira relatou que ,

Ali também havia casas de alvenaria rudimentar, com tijolos de barros pesados. Abandonados pelos antigos moradores. Neste local morou um senhor chamado Jerônimo Fabrício (na terra dos índios como disse) com sua esposa Dona Dulíndia. Seu Lo ouviu dizer que ele era gente dos antigos Fabrícios, gente índia, da raça índia. (1988 apud GIORGIO, 1988, p.19).

O morador relata como esses indígenas estavam inseridos na localidade a ponto de ser reconhecido um local para eles e ao mesmo tempo sua antiguidade local. Não se tem mais informações no sentido de esclarecer outros detalhes sobre o caso, até porque não se pode afirmar se esses membros da família dos Fabrícios se reconheciam enquanto indígenas apesar de serem reconhecidos pela comunidade como indígenas.

São memórias familiares que em conjunto com as evidências documentais reforçam a percepção de que Araruama foi também uma cidade indígena. Da mesma forma, existem inúmeros outros documentos passíveis de serem analisados e estudados pelos historiadores interessados em reconstruir a história indígena de Araruama. Como exemplo, o trabalho efetuado pela pesquisadora Ana Claudia de Souza Ferreira, em sua dissertação de mestrado em História e intitulado “*Caminhos, Mudanças e Resistências indígenas: Identidade e Territorialidade dos índios da Aldeia de Itaguaí – século XIX*” (2016). Nessa pesquisa, a autora analisou os registros paroquiais de batismo, óbito e inventários para evidenciar as experiências dos índios e suas famílias, na qual através da micro-história. Ana Claudia de Souza Ferreira foi desenhar a rede de alianças, proteção, migrações e a aquisição de bens desses indígenas. Reconstruindo assim, o agenciamento desses indígenas e ao mesmo dando visibilidade ao seu papel ativo na construção da história de Itaguaí.

Por fim, entende-se que durante a construção de uma historiografia araruamense ao longo do século XX, a leitura do passado propagada sobre a história da cidade foi marcada pela ausência ou uma gradativa invisibilidade dos povos indígenas diante do colonizador português. Entende-se que diante dos avanços no campo da história e que levaram a uma nova história indígena (MONTEIRO, 2001a), que será alvo de discussão no próximo capítulo. Importante considerar as novas possibilidades para o estudo dessas populações na cidade de Araruama que rompam com essa invisibilidade construída e os reconheça enquanto atores ativos na construção da cidade de Araruama.



## CAPÍTULO 2: OS INDÍGENAS NA HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA DO BRASIL E DE ARARUAMA

### 2.1. UMA ANTIGA HISTÓRIA INDÍGENA: O LUGAR DOS INDÍGENAS NA NASCENTE HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA BRASILEIRA

No ano de 1822 o Brasil sacramentou sua independência e ingressou no círculo de jovens nações independentes e que naquele momento despontavam por toda a América do Sul. A formação desses novos Estados trouxeram inúmeras questões a serem discutidas e pensadas e uma delas logo se colocava como imperativo, a construção de identidades nacionais. Na Europa o cenário não era muito diferente, a Revolução Francesa e as Guerras Napoleônicas sacudiram o continente e redesenharam o mapa político com a propagação de ideias liberais, nacionalistas e as discussões sobre a formação e a consolidação de novos Estados. Nesse horizonte surgia a necessidade de se construir uma história, memória e uma identidade nacional que se enquadrasse dentro dos projetos políticos e a “história surge, desse modo, na perspectiva oficial, como legitimadora das novas bases do poder.” (DANTAS, 2007, s.p.).

Ao mesmo tempo em que a história era arremetida como uma importante ferramenta ideológica destaca-se que a ciência histórica também era atingida por profundas discussões e mudanças filosóficas, metodológicas e epistemológicas. Essas diversas mudanças varreram a Europa e não apenas estiveram no cerne dessas revoluções políticas, mas trouxeram discussões que também atingiram as diversas narrativas e formas de apreensão sobre o passado que circulavam pela Europa naquele momento (BARROS, 2011). Esse tipo de conhecimento que versa sobre o passado humano e que tem simbolicamente como pai fundador o grego Heródoto de Halicarnasso, no século final do XVIII e início do século XIX “passa a ser concebida, tendencialmente (e não exclusivamente), de uma nova maneira” (BARROS, 2011, p.30).

O conhecimento sobre o passado torna-se um saber científico e, “naquele momento, a história era tornada disciplina autônoma, aparentemente afastando-se da literatura e da filosofia, estabelecendo seus princípios de métodos” (KARVAT, 2005, p.50) e se institucionaliza nas Universidades da Europa em um movimento que ao longo do XIX e se espalhou para outras regiões do planeta. Consolidou-se para esses historiadores uma história

que “era mais objetiva e mais científica que as de seus predecessores” (BURKE, 2011, p.21) e que se baseava segundo Peter Burke em “uma revolução nas fontes e métodos, que deixavam de usar as histórias mais antigas ou crônicas, substituindo-as pelos registros oficiais dos governos.”(BURKE, 2011, p. 21).

Constituiu-se uma ciência histórica alinhada com perspectiva essencialmente política e baseada em uma história (BURKE, 2011) dos grandes acontecimentos e dos grandes homens que eram obtidos pelo historiador através da análise de documentos oficiais. Temos assim a institucionalização e organização da ciência histórica na Europa como resultado desses múltiplos movimentos que marcaram o século XIX em que ressalta-se principalmente que “a tarefa de disciplinarização da história guarda íntimas relações com os lemas que permeiam o debate em torno do nacional.”(GUIMARÃES, 1988, p.5). Um debate nacional na qual a história e os historiadores tiveram um papel de destaque e de fundamental importância política, pois “a busca da identidade de uma sociedade passava pelo sentimento nacional, portanto pela pesquisa de suas origens, pela história e pelo historiador” (NORA,1978, p.424 apud SCHREINER, 2013, p.56 ).

No caso do Brasil, essas questões também marcaram profundamente o processo de desenvolvimento e consolidação de uma escrita sobre o passado (GUIMARÃES, 1988). Uma escrita sobre o passado que perpassava por diferentes campos de conhecimento que produziram narrativas e que estavam atreladas as necessidades de se construir uma história, memória e uma identidade nacional. Nesse ponto destaca-se o importante papel desempenhado por esses “campos do saber que explicassem a existência de uma nação ao longo do tempo formada por brasileiros” (CEZAR, 2006, p. 29) e entre os quais “À história e à geografia, em companhia da literatura e posteriormente da etnografia, caberia a função de legitimar este discurso e evitar sua dispersão” (BAULLER; KEIM, 2011, p.69).

Foi nesse contexto amplo que tivemos a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838, e que “foi um dos principais órgãos do Estado brasileiro do século XIX e a sua função foi promover os estudos sobre os aspectos históricos e geográficos do Brasil.”(SILVA, p.342). Este órgão se inseriu dentro das necessidades políticas do Império em pensar e a construir a sua história, memória e a sua identidade nacional. Assim, “O Instituto contribuiria decisivamente para legitimar esse projeto imperial, colaborando para a centralidade e para o ideal nacional. O Brasil estava se consolidando como Estado, mas precisava se forjar também como Nação.” (SILVA, p.342). Nesse processo de construção e desenvolvimento de uma história nacional, interessa justamente pensar como os indígenas foram interpelados por essas áreas de conhecimento, tornando-se seu objeto de estudo e com

discursos específicos que foram sendo construídos durante a tarefa de edificação de uma história e identidade nacional.

E havia no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro através de suas sessões, livros e etc, a materialização de inúmeros discursos ligados ao desenvolvimento de um projeto nacional imperial que eram escritos e difundidos por meio de seus inúmeros membros: Não se deve pensar a ação desses historiadores, literatos, arqueólogos e outros pensadores da época de forma autônoma. Eles estão inseridos dentro de redes de sociabilidade e de uma estrutura que em suas mais diversas instâncias estavam ligadas ao poder dominante da época. Produzem um discurso científico e que lhes davam uma legitimidade perante a sociedade, respaldando, portanto, a visão de mundo da classe dominante:

[...] por meio de procedimentos específicos, como a legitimação de seus pares – escolhendo seus membros como sócios-correspondentes, outorgando medalhas ou lançando pareceres –, e como a eleição e a seleção de temas de estudo, a instância referida como o lugar do saber acadêmico no país (KODAMA, 2010, p.259, 260)

No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro também se delineava os métodos e práticas historiográficas a serem seguidas pelos historiadores na estruturação de uma história nacional, como salienta o historiador Rodrigo Turim:

A busca da historicidade da nação implicava, em primeiro lugar, a delimitação dos procedimentos técnicos necessários para tal tarefa. Nesse sentido, uma das diretrizes principais do IHGB era formalizar a pesquisa histórica, dando-lhe um viés programático. Como destacou José Honório Rodrigues, logo nos primeiros estatutos da instituição fixava-se claramente a finalidade de coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a história e geografia do Império do Brasil (TURIN, 2011, p.32)

Desta maneira os seus membros propagavam através de revista, de livros, exposições, etc, uma representação do passado comprometida com a construção de uma história, memória e nacionalidade que atendesse aos interesses da elite do Império (GUIMARÃES, 1988) e colocada como “continuadora de uma certa tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa” (GUIMARÃES, 1988, p.6). Entretanto, a construção de discursos sobre a história do Brasil “tomando como modelo uma história de vultos e grandes personagens sempre exaltados tal qual heróis nacionais” (SCHAWARCZ, 1998, p. 127), necessitava delinear os contornos da nação e que a história tinha um papel a desempenhar, pois “uma de las funciones de la narrativa historica es delinear los límites de la comunidad” (2009, p.278).

Essa delimitação trazia em si uma necessidade vital que era “pensar o lugar das populações indígenas no projeto em construção, definindo um saber sobre estes grupos, para ser tornado memória, a fixar e transmitir” (GUIMARÃES, 1988, p. 20). Nesse intento não se pode negar o envolvimento de várias áreas do conhecimento que direta ou indiretamente, em seus discursos lidavam com a questão nacional (CEZAR, 2006, p. 29). O Professor Antonio Candido ressalta que no período pós-independência os intelectuais brasileiros buscaram uma autonomia literária e a edificação de uma literatura nacional com uma adesão ao movimento romântico advindo da Europa:

“Um elemento importante nos anos de 1820 e 1830 foi o desejo de autonomia literária, tornado mais vivo depois da Independência. Então, o Romantismo apareceu aos poucos como caminho favorável à expressão própria da nação recém-fundada, pois fornecia concepções e modelos que permitiam afirmar o particularismo, e portanto a identidade, em oposição à Metrópole, identificada com a tradição clássica. Assim surgiu algo novo: a noção de que no Brasil havia uma produção literária com características próprias, que agora seria definida e descrita como justificativa da reivindicação de autonomia espiritual.”(CANDIDO, 2002, p.20)

Na construção da nacionalidade, os literatos buscaram no movimento romântico europeu suas fontes de inspiração para a construção de uma literatura não apenas nacional, mas também que contribuísse no processo de edificação de uma nacionalidade a esta jovem nação. Nesse ponto a historiadora Koari Kodama (2009) discerniu que no período pós-independência os escritores e literatos imbuídos da tarefa de edificar uma literatura nacional, acabaram focalizando os indígenas, inseridos num olhar amplo sobre a natureza e a paisagem brasileira. Esses elementos destacavam nossas particularidades frente ao mundo:

O primeiro a dar forma a esta aspiração latente foi Ferdinand Denis (1798-1890), francês que viveu aqui alguns anos e depois se ocupou das nossas coisas pela vida afora. No *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal* suivi du *résumé de l'histoire littéraire du Brésil* (1826) ele fundou a teoria e a história da nossa literatura, baseado no princípio, então moderno, que um país com fisionomia geográfica, étnica, social e histórica definida deveria necessariamente ter a sua literatura peculiar, porque esta se relaciona com a natureza e a sociedade de cada lugar. Os brasileiros deveriam portanto concentrar-se na descrição da sua natureza e costumes, dando realce ao índio, o habitante primitivo e por isso mais autêntico, segundo Denis. (CANDIDO, 2002, p.21)

Na busca de particularidades nacionais esses pensadores foram incorporando em seus discursos, a natureza e seus elementos constituintes como símbolos na construção de uma alteridade frente aos elementos externos e estrangeiros. Nesse ponto “ O próprio espaço físico foi utilizado pela elite imperial para dar credibilidade a uma idéia de nação ” (LANGER, 1998, p.65).

Segundo a historiadora Koari Komona, a partir dos discursos sobre a paisagem proferidos por esses letrados, o indígena enquanto parte da natureza, foi sendo incorporado, e torna-se passível de estudo por parte da geografia, da história e de outras áreas do conhecimento:

Ao mesmo tempo que se elegia a natureza do Brasil e seus representantes diretos – os índios – como emblemas nacionais, passava-se também a conhecer esta mesma natureza como um *aprendizado material e científico* daqueles elementos mesmos desta paisagem natural evocada, implicando este processo em uma via de mão-dupla. É dentro deste processo que se abria a possibilidade de transformação do índio em um objeto de conhecimento específico: objeto que se via reportado à história e à geografia do país. (KODOMA, 2009, p.160)

Em um cenário em que esses agentes literatos e historiadores estavam engajados em um mesmo projeto político e circulando pelos mesmos espaços sociais:

[...] diversos outros do primeiro Romantismo estiveram ligados a uma importante associação erudita fundada em 1838 pelo General Cunha Matos e Januário da Cunha Barbosa, o Instituto Histórico, que em 1839 começou a publicar uma revista ainda existente. O Instituto contribuiu para dar cunho respeitável à renovação literária, inclusive porque a partir dos anos de 1840 era freqüentado assiduamente pelo Imperador Pedro II, que patrocinou generosamente atividades intelectuais e, sendo ele próprio homem culto, deu-lhe uma espécie de legitimidade. (CANDIDO, 2002, p.31)

Nesse movimento foi emergindo a visão de um indígena idealizado, em uma posição mítica que estaria “ligada as origens do que viria a ser a nação brasileira”(KODOMA, 2009, p.28). Foi se construindo e se consolidando ao longo do século XIX nos discursos históricos, literários e políticos que circulavam pelo Império em diversas instâncias e principalmente no IHGB, uma visão sobre os indígenas denominada pela Professora Maria Regina Celestino de Almeida de “idealizados no passado” (ALMEIDA, 2010). Em relação aos indígenas do presente, restavam em seus discursos as imagens sobre os povos indígenas que percorreram o Brasil no século XIX “idealizados no passado”, “bárbaros do sertão” e “degradados” (ALMEIDA, 2010).

Naquele momento de construção de uma história nacional configurada pelos historiadores ligados em larga escala ao IHGB, destaca-se que uma das figuras mais importantes foi o alemão Karl Friedrich Phillipp Von Martius (1794-1868). Sua obra sobre os indígenas de certa maneira marcaria a concepção predominante no IHGB, de um indígena idealizado do passado e marco da nacionalidade (ALMEIDA, 2010, p). Formado em medicina e botânica, Karl Friedrich Phillipp Von Martius chegou ao Brasil em 1817, acompanhando o séquito de Dona Leopoldina da Áustria por ocasião de seu casamento com Dom Pedro de

Alcântara, futuro Imperador do Brasil. Em sua estada no Brasil realizou inúmeras viagens pelo interior, que o levou a escrever sobre a natureza e sobre os povos indígenas do Brasil. Essas viagens e estudos acabaram aos poucos edificando uma visão sobre os nativos (SILVA, 2013, p. 12).

A sua dissertação intitulada “Como se deve escrever a história do Brasil foi a ganhadora do concurso idealizado em 1840, pelo secretário do IHGB Januário da Cunha Barbosa (1780-1846) ao oferecer um prêmio a quem escrevesse um guia sobre a escrita da história do Brasil (RODRIGUES, p. 438). Em sua concepção sobre a história do Brasil, os nativos aparecem como uma das três raças formadoras dessa nação e, assim, como um dos componentes da história da nação brasileira. Entretanto, Von Martius exalta o elemento português, visto como superior e enxerga os indígenas e principalmente, os africanos, de forma diminuta e inferior na formação do Brasil. Como,

A proposta do autor vinculava o desenvolvimento do país ao aperfeiçoamento das três raças, cada qual com características próprias: o branco era o agente civilizador que deveria ajudar o índio a resgatar sua dignidade original através da civilização, enquanto o negro era detratado e visto como empecilho ao progresso (ALMEIDA, 2010, p.138-139)

Apesar de sua obra reconhecer os indígenas como parte integrante da nação brasileira, a sua visão passava pela ideia de um índio mítico que estava preso em um passado distante e que ao longo do tempo tinha se degenerado até resultar nos índios da época:.

Não podemos duvidar que tôdas as tribos, que nela sabem fazerse inteligíveis, pertençam a um único e grande povo, que sem dúvida possuía sua história própria, e que de um estado florescente de civilização, decaiu para o estado atual de degradação e dissolução. (MARTIUS, 1845, p.445).

Os povos indígenas degenerados deveriam ser assimilados e integrados a civilização brasileira, pois “O sangue português, em um poderoso rio deverá absorver pequenos afluentes das raças índia e etiópica.” (MARTIUS, 1845, p.443). Uma concepção bem ilustrativa sobre o pensamento de muitos intelectuais do IHGB no XIX e que ia ao encontro com inúmeras políticas públicas desenvolvidas no Império de assimilação do indígena a sociedade brasileiro como cidadãos. (ALMEIDA, 2010).

Em relação aos indígenas do presente, restavam nos discursos proferidos pelos membros do IHGB e outros pensadores, às imagens de “bárbaros do sertão” e “degradados” (ALMEIDA, 2010). E se os indígenas do século XIX “[...] ocupavam terras, ameaçavam colonos, recusavam-se ao trabalho e lutavam para conservar suas aldeias.” (ALMEIDA, 2010,

p.136), não seriam estes a se tornarem símbolos de nossa nacionalidade. Há, então, o desenvolvimento de uma escrita do passado na qual se entendia que “O lugar dos índios nessa história só poderia estar no passado” (ALMEIDA, p.138). Naquele momento era a busca de um passado que desse um sentido histórico e trouxesse lastros antigos a jovem nação brasileira. Esses lastros antigos estariam presentes na natureza, símbolo de nosso território e unidade nacional e em um índio mítico, os primeiros habitantes e na qual a historiografia brasileira incorporou a imagem idealizada do indígena como um dos pilares da nacionalidade (KODOMA, 2009 e “agora apresentados como parte da *história* deste território.” KODOMA( 2007, p.167)

Sendo um tema recorrente em diferentes instâncias pelo Brasil e no IHGB no qual os estudos sobre os indígenas não era algo restrito ao âmbito da ciência histórica, pois outros campos de saberes, que também estavam passando por esse processo de disciplinarização naquele momento, elaboraram discursos relacionados aos povos nativos. Ocorreu a produção de discursos advindos de vários saberes e emaranhados com o projeto político de se edificar de uma história, memória e identidade nacional e que “À história e à geografia, em companhia da literatura e posteriormente da etnografia, caberia a função de legitimar este discurso” (BAULLER; KEIM, 2011, p.69).

Os saberes articulados pelo IHGB, portanto, formavam uma rede epistemológica lançada sobre o Brasil. Campos de saber correlatos a campos de poder, cujos objetivos eram fomentar o debate sobre os problemas nacionais, encaminhar propostas para a definição do perfil da Nação, ou até mesmo viabilizar a estabilização do poder Monárquico e de seu projeto centralizador.

Em uma das primeiras reuniões do IHGB em 1839, foi apresentada a dissertação “Acerca do sistema de escrever a História Antiga e Moderna do Império do Brasil” de autoria do marechal Raimundo José da Cunha Matos sobre a periodização da história do Brasil e na qual pela primeira vez foram colocadas as palavras etnologia e arqueologia como vinculadas ao estudo da primeira época da história do Brasil relativa aos povos indígenas os primeiros habitantes do território do Império. A historiadora Koari Kodoma enfatiza como naquele momento foi se configurando uma ordenação da história do Brasil que encontrou eco na própria proposta de Von Martius de “Como se deve escrever a história do Brasil”, e na qual “apresentava-se primeiramente o afluente indígena, pois sua presença no território era anterior a vinda dos portugueses.”(KODOMA, livrp p. 178).

Hoje o estabelecimento de uma ordenação da narrativa histórica brasileira que refletia na própria divisão entre os diferentes campos de saberes que estavam se disciplinando naquele momento no tocante aos estudos indígenas (KODOMO, p.181). Na reforma do Estatuto do

IHGB realizada em 1851, foi criada oficialmente uma seção conjunta de etnografia e arqueologia. Apesar de sua criação oficial ter acontecido apenas em 1851, as duas áreas já se circulavam no IHGB desde antes da sua oficialização (KODOMA, p.260). Verificou-se a institucionalização da ciência arqueológica no Brasil através do IHGB. Na Europa, a ciência arqueológica foi se estruturando ao longo do século XIX e se consolidando enquanto um campo de saber com seus objetos, teorias e métodos próprios nas décadas de 1840 e 1850. Essa consolidação se deu diante dos avanços das discussões sobre as mudanças culturais humanas, através de trabalhos como os do dinamarquês Christian Jurgensen Thomsen (1788-1865) e das pesquisas sobre a pré-história humana como as de Jacques Boucher de Crèvecœur de Perthes (1788-1868).

Estruturava-se uma ciência com o seu objeto de estudo as coisas materiais criadas pelos homens (FUNARI, 2003). Uma definição que nos dias atuais se ampliou diante dos debates e mudanças teóricas e metodológicas e que assim pode ser pensada como a ciência que “estuda, diretamente, a totalidade material apropriada pelas sociedades humanas, como parte de uma cultura total, material, sem limitações de caráter cronológico”. (FUNARI, p.15).

No continente americano, os estudos dos povos nativos fizeram com que a arqueologia se desenvolvesse principalmente em consonância com os estudos etnográficos em seu momento inicial (TRIGGER, ). Ao longo de seu desenvolvimento disciplinar, a arqueologia em vários momentos realizou um movimento pendular de aproximação ora com a história, ora com a antropologia, sendo por muitos como uma ciência ou técnica auxiliar da história e antropologia (FUNARI, 2003, TRIGGER). Foi nesse contexto que a arqueologia brasileira se desenvolveu e na qual “Etnografia, assim, desaguaria na Arqueologia” (FERREIRA, p.21). E para os homens do Império, as únicas formas para compreensão do passado dos povos indígenas e ágrafos, seria através do estudo e do levantamento de seus elementos não textuais, que seriam a língua, os mitos, as construções e outros elementos. Como salienta um dos principais pensadores do império Varnhagen, “de tais povos na infância não há história: há só etnografia” e com a incorporação do indígena a história nacional, a “etnografia caberia trazer à visibilidade novamente aquilo que os indígenas, por si sós, não poderiam resgatar através de uma memória: seu passado.” (TURIN, 2012, p. 783). Para tanto se tornava necessário:

[...] lançar mão dos conhecimentos arqueológicos, lingüísticos e etnográficos seria a forma de se ter acesso a urna cultura estranha – a dos indígenas existentes no território -, cuja inferioridade em relação à "civilização branca" poderia ser, através de uma argumentação científica, como pretendiam, explicitada GUMARAES p.11



Naquele momento buscava-se enquadrar o passado nacional dentro da história universal em que para os pensadores e políticos do Império, o Brasil também se encaixaria lado a lado na marcha das grandes nações com o seu passado grandioso e mítico. Passado que seria revelado através dos estudos arqueológicos que permitiriam “lançar luzes sobre um tempo remoto, onde esta terra estaria fixada de par com as antigas civilizações do mundo”(KODOMA, 2009, p.167). Com isso,

Os estudos materiais do passado pré-histórico passaram a ser legitimados como uma das principais finalidades da instituição. Em congruência com a *imagem idealizada do indígena*, veiculada pela literatura e a serviço da elite imperial. (LANGER, dis, p.110)

Os estudos refletiam indagações sobre se esses grupos que aqui se encontravam tinham sempre permanecido num estado de natureza ou, ao contrário, eram formas decaídas de civilizações anteriores”(TURIN,2012. p.783) e ao mesmo tempo guiava discussões sobre “à possibilidade ou não de se catequizar a população que ainda habitava o território, e que seria o melhor método a se adotar” (TURIN,2012. p.783). Entende-se que os discursos circulavam pela etnografia e arqueológicas e estavam atados as discussões sobre as populações indígenas e os debates sobre a formação da nação e a incorporação dessas populações, a dita civilização brasileira:

Para a maioria dos sócios do IHGB, a formulação de um discurso etnográfico se dava por meio de um esquema conceitual cuja efetividade estava centrada em sua capacidade de incluir a alteridade indígena, de forma hierarquizada, ao corpo da nação. (turin, P.784)

Uma das primeiras discussões era justamente pensar a origem desses povos se seriam aborígenes ou autochtones e segundo Langer isso levantava questões na qual os membros do IHGB se debruçavam:

“A primeira palavra apontou para uma origem monogenista, enquanto que a segunda relacionava uma procedência claramente poligenista. Ou seja: o antigo brasileiro foi descendente de civilizações do Velho Mundo ou teria surgido diretamente em solo brasileiro? “LANGER, p.16 tese)

Em um primeiro momento, a visão que ganhou espaço entre os membros do IGHB, foi a perspectiva monogenista e que entendia os povos indígenas “conforme as escrituras bíblicas, a humanidade era una, (...) sendo os diferentes tipos humanos apenas um produto da maior degeneração ou perfeição do Éden” (SCHWARCZ, 1993, p. 48). Esses primeiros discursos

proferidos pelos pesquisadores se desenvolvia numa perspectiva em que essas populações indígenas tinham se degenerado ao longo do tempo (LANGER, di) e no olhar da época, caberia ao Estado Imperial “o ato de civilizar com a missão catequética” (TURIN, 2012, p.799) e “adotando como premissa básica a conversão linguística, da escrita e pela escrita.” (TURIN, 2012, p.800). Os estudos arqueológicos contribuiriam com o “sentido de civilização que se pretendia criar nos trópicos durante o império, [e que] foi baseada em um modelo situado na aurora dos tempos, uma sociedade sofisticada, mas que decaiu e cujos resquícios deveriam ser resgatados a todo custo” (LANGER, di, p94).

Dentro dessa perspectiva, há um caso na Região dos Lagos, na cidade de Cabo Frio, onde sulcos gravados em uma pedra despertavam a curiosidade de moradores e pesquisadores. Esses sulcos suscitaram alguns debates entre moradores e alguns membros do IHGB, mas naquele momento não ocorreu nenhuma expedição a Região dos Lagos para averiguação e mais estudos (LANGER). Essas expedições e debates são apenas alguns exemplos de como “essa questão encontrava-se sedimentada no imaginário erudito: existem monumentos no interior brasileiro, que atestam nossa superioridade arcaica.” (LANGER. P22.) e que reforçavam “a idéia de uma civilização muito mais adiantada, que teria degenerado para a forma das tribos contemporâneas.” (LANGER, di). No caso citado, esses sulcos entalhados supostamente seriam inscrições de povos antigos e civilizados que teriam habitado a Região dos Lagos em épocas anteriores ao surgimento da cidade de Cabo Frio.

Figura 4 – Pedra Sulcada em Cabo Frio



Fonte: <https://www.geoparquecostoeselagunas.com/cabo-frio/>

Nos anos iniciais de sua edificação a arqueologia nacional ainda não tinha um balizamento teórico ou metodológico claro, e estava ainda distante dos avanços que a arqueologia enquanto campo do saber, conquistava na Europa. (LANCER, p.98). Em suas décadas iniciais não ocorreram escavações sistemáticas arqueológicas no território brasileiro praticado por membros do IGHB, apenas algumas expedições pelo interior do Brasil em busca de ruínas, artefatos ou monumentos.

Os inúmeros artefatos e vestígios recolhidos eram tratados como curiosidades ilustrativas sobre os indígenas não havendo qualquer tipo de estudo ou análise pormenorizada por parte dos arqueólogos (SCHWARCZ, 1993, p.92) Esses artefatos e vestígios materiais indígenas recolhidos eram alocados preferencialmente no Museu Nacional e em alguns casos eram enviados para o IHGB, que nas suas décadas iniciais ainda não possuía um Museu próprio (LANGER, dis, p.98). Os inúmeros artefatos e vestígios acabavam sendo agregados em acervos e alguns acabavam exibidos nas exposições museológicas como “uma curiosidade ilustrativa sobre a vida dos selvagens nessas regiões” (langer, diser, p. 16). Segundo a pesquisadora Lilian Moritz Schwarcz, em seu primeiro momento, as coleções expostas no Museu Nacional se constituíam de inúmeros objetos e dentre eles, os artefatos indígenas exibidos como “curiosidades, expostas sem qualquer classificação” (SCHWARCZ, 1993, p.92).

Nesses anos iniciais um dos primeiros a tentar delinear de forma breve uma metodologia a ser usado em estudos etnológicos e arqueológicos para o estudo dos povos indígenas no Brasil, foi o alemão Karl Friedrich Phillipp Von Martius em seu livro “Como se deve escrever a história do Brasil”. Nesta obra, por exemplo, recomendava a visita às construções e vestígios arqueológicos dos povos vizinhos para melhor compreender o homem americano: “Não poderá o historiador brasileiro deixar de perscrutar igualmente as ruínas de Papantla, México, Uxmal, Copan, Quito, Tiaguanaco, etc se quiser formar um juízo geral sobre o passado dos povos americanos” (MARTIUS, 1845, p.447). Em sua obra principal, Karl Friedrich Phillipp Von Martius, delineia algumas diretrizes metodológicas para que se consiga “desvendar quais eram suas origens, seus parentescos, suas divisões, em que estado se encontravam quando da chegada dos portugueses” (TURIM, 2012, p. 783) desses povos indígenas que não tinham deixados documentos textuais para o estudo acerca de seu passado pelos historiadores.

Ao longo do século XIX edificou-se uma arqueologia nacional em consonância com a construção de uma história nacional e comprometida com um projeto político que gravitava em torno do IHGB. Entende-se, nesses aspectos que a arqueologia (objeto, teoria e metodologia) enquanto ciência, está submetida ao contexto social na qual ela está inserida, como salienta o arqueólogo Bruce Trigger:

[...] arqueólogos acreditam que, porquanto os achados de suas disciplinas são consciente e inconscientemente, vistos como tendo implicações quer para o presente, quer para a natureza em geral, as condições sociais variáveis influenciam não apenas as questões abordadas como também as respostas que os arqueólogos se dispõem a considerar aceitáveis. (2004, p.12)

Essa fase inicial da arqueologia nacional se estendeu até a década de 1870, quando segundo o arqueólogo André Prouss (1992), teve início, de fato, uma ciência arqueológica brasileira ancorada com as teorias, metodologias e discussões acadêmicas advindas da Europa e que influenciaram os brasileiros a partir de 1870 e 1880 (PROUSS, 1992). Na Europa, a ciência arqueológica estava se consolidando enquanto campo de saber ligada aos estudos sobre a pré-história e influenciada pelos pensamentos ligados ao evolucionismo que se consolidava com a publicação do livro “A Origem das Espécies” de Charles Darwin (TRIGGER, 2004.). Todo esse movimento também se refletiu na arqueologia brasileira com a incorporação de novas teorias e metodológicas que ocorreram dentro de um movimento mais amplo na qual o discurso científico ganhava cada vez mais espaço entre as elites dirigentes do Brasil como forma de modernizar a sociedade e realizar o progresso na nação (LANGER, dis).

Os museus brasileiros sofreram o impacto dessas mudanças decorrentes dos movimentos amplos e tornaram-se palco para a incorporação das novas discussões científicas advindas da Europa. A partir de então, o IHGB continuou sendo um espaço de arqueologia, mas, perdeu espaço enquanto local primordial do pensamento arqueológico com o advento da denominada “Era dos Museus” (SCHWARCZ, 1992). Nesse período, o Museu Nacional vivenciou um nova era na sua história com a vinda de novos profissionais, maior contato com as pesquisas realizadas na Europa e Estados Unidos e que resultaram em novas teorias e metodologias para a arqueologia (SCHWARCZ, 1992). Uma das figuras mais importantes do período para as mudanças no Museu Nacional e para o desenvolvimento da arqueologia foi Ladislau Netto, diretor do Museu Nacional a partir de 1870. Este, promoveu uma reformulação do Museu Nacional e em 1876 publicou uma Revista de arqueologia e estabeleceu conexões e intercâmbio com Museus e Instituições científicas da Europa.

A arqueologia nacional também encontrou outros espaços científicos com a fundação do Museu Paraense e o Museu Paulista. Entretanto, a arqueologia brasileira encontrou no Museu Nacional o seu principal ponto de desenvolvimento a partir de 1870 e principal repositório do patrimônio arqueológico recolhido no Brasil a partir desta data, suplantando o IHGB:

“O Museu Nacional tornou-se o grande depositário de objetos retirados no território nacional, por meio de doações esporádicas ou por resultado de expedições sistemáticas. Essa mesma função havia pertencido ao IHGB nas primeiras décadas do segundo império. Todas as relíquias arqueológicas encontradas no Brasil deveriam ser enviadas a um novo destino – o Museu Nacional do Império -, mais apropriado para os homens de ciência” (LANGE CEOMp.93)

Em consonância com os debates arqueológicos e antropológicos que aconteciam na Europa, novas visões arraigadas ao pensamento do evolucionismo social e Darwinismo social (SCHWARCZ, 1992) foram incorporadas aos debates arqueológicos nacionais. O evolucionismo social entendendo “como se o conjunto da humanidade estivesse sujeito a passar pelos mesmos estágios evolutivos” (SCHWARCZ, 1992, p.76) e por sua vez, o Darwinismo social entendia a existência de uma diversidade humana como resultado das diferenças raciais entre os homens (SCHWARCZ, 1992).

No caso do Brasil, essas ideias nem sempre convergentes se combinavam e se mesclavam e as “novas teorias raciais tiveram que conviver com o discurso tradicional” (LANGER, dis). Por

exemplo, citamos as divergências entre João Lacerda e Ladislau Netto. O primeiro entendia a origem dos indígenas no próprio continente americano, era um poligenista e Ladislau Netto por sua vez, era um monogenista e acreditava em uma origem única para os homens e na qual se enquadrava os indígenas brasileiros. Apesar da convivência dessas múltiplas visões de maneira geral “as suas características primitivas, inferiores em alguns casos degenerada – tuteladas sob o prisma da evolução, foram genericamente aceitas” (LANGER, dis) em relação aos povos indígenas do Brasil.

Os povos indígenas apareciam como povos primitivos na linha da evolução humana e eram “como fósseis vivos que testemunhavam o passado das sociedades ocidentais.”(CUNHA, 1998 ou 1992 p.11). O estudo dos elementos da cultura matéria nativa permitiria evidenciar e explicitar o processo de evolução humana. Nesse momento de reestruturação teórica e também metodológica da arqueologia nacional, Ladislau Netto a frente do Museu Nacional organizou expedições para várias regiões do Brasil. Materiais eram recolhidos e enviados ao Museu Nacional como fruto do trabalho de correspondentes presentes no Brasil (PROUSS, 1992). Essas descobertas eram notificadas e relatórios escritos em “Um procedimento muito distante das primeiras notícias veiculadas pelo IHGB, na década de 40, onde achados de objetos indígenas apenas mereciam uma ou duas linhas de notificação” (LANGER, dis, p.134).

Os artefatos e vestígios materiais recolhidos passaram a ser analisados e classificados seguindo os parâmetros arqueológicos. Nos museus “as coleções arqueológicas materializavam um passado cuja memória era agora controlada e domesticada, tornada tangível através de datações e seriações de artefatos” (FERREIRA, 2007) por parte dos especialistas. Na Revista do Museu Nacional de 1877, saiu um artigo intitulado “Apontamentos sobre os tembetás”, de autoria de Ladislau Netto (LANGER, dis). No artigo o autor realizou um grande estudo sobre tembetás, uma artefato que o Museu Nacional tinha uma vasta coleção em seus acervos. A intenção era de explicar a origem e o uso do artefato pelos indígenas. No estudo concluiu que o uso de tembetá “recordaria suas antigas feições por meio de adereços corporais” (LANGER, dis, p.139). Alguns artefatos acabavam exibidos nas exposições museológicas na qual “as coleções arqueológicas refletiam a identidade nacional em contraposição ao mundo colonial classificado como “primitivo” (FERREIRA, 2007). A descrição de uma das salas de exposição do Museu Nacional realizada por João Lacerda e recuperada em sua tese de Doutorado em história pelo

historiador lager, evidencia a visão evolutiva sobre os artefatos arqueológicos e o lugar destinado aos povos nativos:

“O espirito do visitante, absorto na contemplação daquela peça anthropologica, remonta ás idades passadas e transporta-se pela imaginação ao teatro do descobrimento. Então, meditando, elle diz consigo mesmo: Quão longa não foi a evolução humana, que, partindo de tão modestos principios, chegou por gradações infinitas até produzir as maravilhas e grandesas da civilização actual! (...) até transformar inteiramente o homem primitivo, tão chegado aos brutos, sem moral, sem lei, sem organização social, no homem civilisado.” (Lacerda, 1882e, p. 146)

Durante muito tempo, o Estado brasileiro e os diversos configuradores da cultura histórica, no caso, os historiadores e arqueólogos, privilegiaram a história e os vestígios e artefatos arqueológicos dos segmentos dominantes da sociedade (FUNARI, 2003). A história do Brasil a ser escrita por esses configuradores, era entendida como “continuadora de uma certa tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa” (GUIMARÃES, 1988, p.6) e “tomando como modelo uma história de vultos e grandes personagens sempre exaltados tal qual heróis nacionais” (SCHAWARCZ, 1998, p. 127).

Estas abordagens acerca dos povos nativos dentro da arqueologia e historiografia continuaram a se replicar nas décadas iniciais do século XX. No caso de Araruama, destacam-se relatos de moradores antigos (VIEGAS; BARBOSA; FILHO, 1992), que durante os serviços no campo ou obras, encontraram vasos e urnas e esses artefatos materiais eram tratados como curiosidades, exibidos nas casas ou descartados como lixo. Processou-se a manutenção de uma longa perspectiva na qual segundo a historiadora Maria Regina Celestino de Almeida, “os índios têm tido participação inexpressiva em nossa história, na qual, em geral, aparecem como atores coadjuvantes, agindo sempre em função de interesses alheios” (2013, p. 25). Somente na década de 1970 houve o desenvolvimento de novos olhares, visões e metodologias que impactaram os estudos indígenas e marcaram o desabrochar de uma nova historiografia e arqueologia e que será objeto de verificação mais adiante.

## 2.2 AS PERMANÊNCIAS DO SÉCULO XX (1930-1960): OS INDÍGENAS E O INÍCIO DA ARQUEOLOGIA EM ARARUAMA

O Brasil vivenciou a partir dos anos 30 e 40, uma série de mudanças políticas e sociais que de certa forma influenciaram uma profunda renovação das ciências sociais e humanas em

todo o Brasil. Foram décadas marcadas pela ascensão do nacionalismo varguista, os inúmeros debates entre nacionalistas e liberais, o processo de industrialização, a urbanização e êxodo rural, a abertura econômica do Presidente Juscelino nos anos 50 e inúmeros outros fatores que alteraram profundamente a configuração política, social e econômica a partir dos anos 30 e 40 do século XX (FAUSTO, 1994).

Essas renovações e alterações no campo da história, também refletiam debates teóricos e metodológicos que a própria ciência histórica vinha enfrentando pelo mundo afora e que também se desdobravam em profundas mudanças na maneira de se pensar e escrever sobre o passado. Em um contexto mais amplo, desde os anos 20 e 30, a historiografia foi sacudida por uma série de inúmeras mudanças que acabaram colocando abaixo um projeto de escrita da história que vinha se afirmando desde o século XIX (BURKE, 1990).

Ocorreu, nesse momento, o surgimento e a consolidação de um movimento que ficou conhecido como a Escola dos Annales (BURKE, 1990). Um movimento de origem francesa que promoveu grandes mudanças na escrita da história ao afrontar vigorosamente um tipo de ciência histórica narrativa, centrada na Política e nas ações dos grandes homens que se consolidou ao longo do XIX. Introduziram-se na ciência histórica, novos objetos, métodos e abordagens, alargando o campo de trabalho do historiador e diversificando a escrita da história a ponto de alguns historiadores a denominarem a Revolução dos Annales (BURKE, 1990; BARROS, 2012).

Todo esse cenário de mudanças também se refletiam no desenvolvimento da ciência história e da arqueologia no Brasil (ROIZ, 2007), com a institucionalização dos cursos de história e ciências sociais (sociologia e antropologia) e o desenvolvimento da moderna ciência arqueológica e sua consolidação com a implantação do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) nos anos 60 (FUNARI, 2003). Desta forma, novas teorias e metodologias passaram a ser aplicadas por inúmeros pesquisadores e que começaram a trazer novos olhares e percepções sobre a sociedade, história e cultura do Brasil.

A temática indígena não passou ilesa, e atrelada a essas mudanças tivemos novas discussões sobre os povos indígenas e o crescimento de um ativismo político que corroborou a luta dos indígenas pelos seus direitos a partir de então. Neste ponto, foi à sociologia e principalmente a antropologia que veio a se constituir como um campo dedicado a pensar e a refletir sobre os indígenas no campo intelectual brasileiro. Isto refletiu uma divisão que já vinha se costurando desde o século XIX com os estudos dos povos indígenas, da primeira época do Brasil, sendo efetuada pela etnografia, antropologia e arqueologia. No caso da Antropologia destacamos que o seu desenvolvimento institucionalmente foi efetivado, como



na história, com a vinda e a influência de pesquisadores estrangeiros como o próprio Lévi-Strauss. Enquanto área do saber, a antropologia desenvolveu-se fortemente associada aos estudos das sociedades indígenas vivas:

“enquanto o campo da antropologia e o estudo das sociedades indígenas vivas floresceriam no Brasil a partir dos anos 40, com a vinda de pessoas como Lévi-Strauss ou alunos diretamente treinados por Radcliff-Brown”. (BARRETO, 1999-2000, p.41)

Destacam-se os trabalhos de pesquisadores estrangeiros como Levi-Strauss e Alfred Métraux Ni muendaju e brasileiros como Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Este último teve um papel ativo na formação do Museu do Índio que foi criado em 1953 no Rio de Janeiro. O Museu do Índio surgiu principalmente como resultado da ação de diversos ativistas-intelectuais e o seu objetivo era o de valorizar esses povos nativos e sua história (MARTINEZ, 2012) em uma perspectiva de combater os preconceitos para com os povos nativos e humaniza-los (CHAGAS, 2003). O sociólogo Florestan Fernandes, apesar de seus estudos ainda carregarem muitas visões antigas, “[...] procurou desmistificar algumas visões equivocadas da historiografia quanto ao comportamento passivo dos índios frente a colonização.”, (ALMEIDA, 2013, p.26).

Os indígenas que se tornaram alvo dos antropólogos naquelas circunstâncias eram os imersos em uma cultura pura ou original e ainda intocada pelos valores de outros povos e em processo de aculturação (ALMEIDA, 2013). Importante, voltar as questões colocadas em parágrafos mais acima sobre um discurso separando a pré-história do período histórico e com os povos indígenas sendo enquadrados como parte da pré-história nacional e assim alijados do período histórico ou incluídos dentro de uma perspectiva de aculturação (SOUZA, 2017).

No campo da arqueologia as pesquisas ligadas aos povos nativos ganharam força lentamente à medida que a arqueologia se estruturava no Brasil. E, em um momento posterior a história e antropologia, a arqueologia começou a se organizar institucionalmente nas universidades brasileiras. Um dos pioneiros foi Paulo Duarte da USP, que já vinha realizando trabalhos nessa área e em 1952 fundou Comissão de Pré-História, e que se tornou o Instituto de Pré-História anos mais tarde, com a forte influência teórica e mesmo financeira de pesquisadores franceses como Paul Rivet (BARRETO, 1999-2000, p.42).

Em 1954 ocorreu na cidade de São Paulo, o Congresso Internacional de Americanistas. Este evento pode ser considerado um ponto de virada no estabelecimento da moderna arqueologia nacional, com a vinda de pesquisadores americanos e franceses e a

participação de brasileiros como Paulo Duarte da USP, Castro Faria do Museu Nacional e José Loureiro da Universidade do Paraná. A partir desse fato aconteceu a vinda de inúmeros especialistas estrangeiros como Anette Emperaire, Wesley Hurt que não apenas se debruçaram sobre o tema como, ainda, claboraram na formação de especialistas brasileiros, trazendo novas metodologias e orientações técnicas (BARRETO, 1999-2000).

Tendo um forte intercâmbio entre arqueólogos estrangeiros e brasileiros, as pesquisas arqueológicas ganharam um novo espaço. Por exemplo, Joseph Emperaire e Annette Laming, escavaram sambaquis do Paraná e São Paulo e pela primeira vez no Brasil, usaram a técnica de rádio carbono para datar com precisão a idade de artefatos arqueológicos. No esteio da institucionalização universitária da arqueologia, na década de 60 efetivou-se a criação do PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas), um programa criado em 1965 pelo Governo Federal e com o apoio do Smithsonian Institution e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Este projeto que marcou uma forte influência norte americana na arqueologia brasileira com a vinda de especialistas para efetuar o treinamento de arqueólogos brasileiros, como o casal Clifford Evans e Betty Meggers (PROUS, 1992).

O PRONAPA tinha como objetivo realizar um levantamento da cultura matéria (arqueológica) e de identificar e definir as principais culturas dos povos nativos que habitaram o território nacional (PROUS, 1992). O modelo teórico - metodológico que embasava a arqueologia era o histórico-cultural e que entendia “que cada nação seria composta de um povo (grupo étnico, definido biologicamente), um território delimitado e uma cultura (entendida como língua e tradições sociais)” (FUNARI, 2013, p.48). Assim, esses artefatos materiais recuperados nas escavações deveriam ser catalogados e classificados em tradições, fases e subfases, pois eram vistos enquanto produto de um povo imerso em uma cultura estática. As discussões atuais na arqueologia e antropologia não passam mais pela união automática entre artefatos, língua e identidade. As identidades são vistas como fluidas (ALMEIDA, 2010).

Entende-se que esses elementos da cultura material recuperados pelos arqueólogos, eram percebidos dentro de uma visão acrítica e com a preocupação desses pesquisadores em edificar uma classificação dos artefatos e vestígios materiais (LINO; BRUHNS, 2011, p.97). Por exemplo, na Região Sul-Sudeste, os membros do PRONAPA classificaram com base no material cerâmico encontrado os povos agrícolas em seis tipos principais, caracterizando as tradições Una, Itararé – Taquara, Uru, Aratu, Tupiguarani e Neobrasileira (PROUS, 1992)..

Nas décadas de 60 e 70, com a ciência arqueológica brasileira mais estruturada academicamente e em um processo de crescimento em todo o Brasil, começaram alguns projetos e escavações em algumas áreas da Região dos Lagos. Mesmo diante da expansão das pesquisas em todo o Estado do Rio de Janeiro, a cidade de Araruama ficou de fora de qualquer projeto arqueológico nas décadas de 1960 e 1970 como atesta a professora Lina Maria Kneip:

O município de Araruama, no Estado do Rio de Janeiro, apesar da riqueza arqueológica em sítios cerâmicos (figura 1), ficou algum tempo à margem das pesquisas arqueológicas e interdisciplinares desenvolvidas por instituições científicas oficiais e particulares. (1983, p 46)

A partir daquele momento, se verificou na Região dos Lagos o início de uma série de prospecções, escavações e salvamentos de sítios arqueológicos localizados ao longo de todo o Complexo Lagunar de Araruama e Saquarema. A cidade de Araruama foi apenas contemplada por uma escavação de salvamento, “uma escavação total de um sítio já parcialmente destruído ou ameaçado” (SOUZA, 1997, p.50). Esse trabalho aconteceu em 1961 e foi efetuado pelo americano David A. Baerreis em parceria com o arqueólogo do Museu Nacional, Luís de Castro Faria em dois sítios arqueológicos que afloraram e trouxeram alguns artefatos que estavam sendo destruídos pelo avanço urbano (BELTRÃO, 1978).

Com os trabalhos de David A. Baerreis e Luís de Castro Faria, iniciaram as atividades arqueológicas em Araruama. Apesar de serem apenas ações de salvamento de sítios arqueológicos parcialmente afetados e em vias de destruição total, foi um momento em que os vestígios e artefatos indígenas começaram a contar a história de Araruama através da ação dos arqueólogos. Os artefatos indígenas salvos pelos pesquisadores foram classificados como de “provável filiação Tupinambá”, (BELTRÃO, 1978, p. 9).

No cenário de reorganização da arqueologia nacional na década de 1960, aconteceu um grande enfoque na arqueologia indígena e na ocupação do território nacional. Entretanto, segundo o arqueólogo Marcos André Torre de Souza (2017) “[...] o conceito de pré-história coloca a identidade indígena em outro campo discursivo, associado a tudo aquilo que diz respeito aos momentos anteriores ao contato e, dessa forma, destacados da realidade colonial.” (SOUZA, 2017, p.145). Com isso, muitos dos trabalhos arqueológicos empreendidos nas décadas de 1970 e 1980 acabaram perpetuando à percepção dos povos indígenas como atrelados a pré – história e assim deslocados do período colonial, o que acabou reforçando os velhos discursos de degeneração e aculturação recorrentes na

historiografia. Essa dicotomia entre pré-história e história na arqueologia indígena “criou, na interface entre os dois campos, uma espécie de limbo, onde residem os estudos sobre os grupos indígenas que viveram à época do contato e em momentos posteriores a ele.” (SOUZA, 2017, p.145).

No esteio do desenvolvimento da arqueologia nacional, aconteceu à aprovação da primeira lei sobre bens pré-históricos, a Lei 3924 de 26 de Julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos e sítios arqueológicos e pré-históricos, determinando que tais monumentos existentes no território nacional e todos os elementos que nele se encontram ficam de guarda e proteção do poder público

No caso de Araruama o desenvolvimento de uma historiografia dos povos indígenas estava associada a um passado remoto da cidade. Uma visão compartilhada pela arqueologia das décadas de 1960 e 1970, que trazia um discurso sobre a cultura material dos povos nativos dentro de uma concepção ainda muito disseminada em consonância com a historiografia e na qual os indígenas estavam “[...] excluídos como protagonistas na história nacional” (CORREA, 2013, p.26). Em Araruama o resultado da escavação de salvamento levada a cabo na década de 1960, nunca foi conclusivo e tão pouco houve artigos e trabalhos publicados sobre o tema (BELTRÃO, 1978). Apesar das críticas pela sua visão em relação às questões sociais, este projeto do PRONAPA, juntamente com a vinda de especialistas e os debates gerados foram importantes, pois ajudaram a desenvolver e a consolidar a ciência arqueológica no Brasil, do ponto de vista institucional, metodológico e teórico (PROUS, 1992).

### 2.2.1 OS PRIMEIROS PROJETOS E ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS EM ARARUAMA

No contexto de desenvolvimento e da expansão da arqueologia nas décadas de 1960 e 1970, destaca-se o trabalho da professora Lina Maria Kneip em toda a Região dos Lagos. A Professora deu atenção especial ao complexo lagunar de Saquarema, criando o Projeto Saquarema em 1976, que resultou amplos trabalhos sobre a ocupação pré-histórica da Região dos Lagos. Nos anos seguintes, continuou seus trabalhos na região de Saquarema com mais dois projetos: “Saquarema-Rio de Janeiro: Pré História e Paleoambiente” e “Culturas Pré Históricas do Município de Saquarema”. Suas pesquisas na região de Saquarema levaram a professora Lina Kneip, a obter no sambaqui da Beirada, a datação mais antiga da presença

humana na Região dos Lagos, com cerca de 4520 anos Antes do Presente (AP<sup>16</sup>), obtidos em 1984 (LIMA, 1999).

Em Araruama, as décadas de 1970 e 1980 foram de crescimento urbano com a construção de casas e a abertura de estradas. E nesse período surgiram “[...] relatos sobre achados arqueológicos da região e eram dos mais diversos: vasos e tigelas ricamente pintados, às vezes enfileirados. Os artefatos foram encontrados por moradores nos trabalhos de remoção de terra para plantio, construções e aberturas de estradas” (KNEIP, 1983, p.46). Diante desses relatos, em 1976 uma equipe do Museu Nacional fora enviada a cidade para realizar uma visita técnica e a Professora Lina Kneip comprovou que: “a visita mostrou a necessidade urgente de desenvolver um projeto de pesquisa sistemática em Araruama” (KNEIP, 1983 p.46). Foi a primeira escavação arqueológica, entendendo o mesmo como “trabalho intensivo e sistemático num sítio” (SOUZA, 1997, p.49), na cidade de Araruama.

No ano de 1977 uma equipe do Museu Nacional em colaboração com o Museu Paulista (ligado a Universidade de São Paulo), realizaram entre julho e novembro de 1977, escavações no sítio arqueológico denominado de Três Vendas, localizado em um bairro com o mesmo nome. O sítio está registrado no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos<sup>17</sup> com o nome oficial de Sítio Arqueológico de Venda Grande e com o número de registro RJ 00021. A equipe que participou dessa escavação pioneira em Araruama era composta de nomes importantes da arqueologia nacional, como Luciana Pallestrini e a própria Lina Maria Kneip.

No artigo “A Aldeia Pré-Histórica de Três Vendas” publicado na Revista do Museu Paulista em 1980, a arqueóloga responsável pelas escavações, Professora Lina Kneip, realizou um grande esboço dos trabalhos desenvolvidos no sítio arqueológico de Três Vendas (KNEIP, 1983). A escavação arqueológica trouxe um conjunto de vestígios e artefatos diversos os quais foram utilizados nas análises laboratoriais, posteriormente, pela equipe do Museu Nacional. Efetuaram coletas de mais de 1.300 fragmentos de cerâmicas, 663 peças líticas e outros vestígios como restos de fogueira (KNEIP, 1983 p.46). As peças cerâmicas analisadas revelaram duas urnas do tipo escovado e duas tigelas pintadas e, a partir de suas características tipológicas e morfológicas foram enquadradas à tradição TupiGuarani e NeoBrasileira<sup>18</sup>.

---

<sup>16</sup> Em arqueologia a sigla AP significa Antes do Presente e é utilizada como marco referencial nas datações. Usa como base o ano de 1950.

<sup>17</sup> Site com todos os sítios arqueológicos pesquisados e registrados no Brasil. Disponível em [http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa\\_detalhes.php?8627](http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_detalhes.php?8627). Acesso em 14 de maio de 2018.

<sup>18</sup> NeoBrasileira são artefatos que evidencia trocas culturais resultados de contato e com características indígenas e europeias.

O sítio arqueológico revelou três camadas de ocupação através da observação de suas camadas geomorfológicas: a primeira camada geológica identificada a partir de camadas de deposição de areias brancas, foram recuperados os artefatos e vestígios materiais classificados como à tradição TupiGuarani; na segunda camada de ocupação foram encontrados artefatos classificados como a tradição NeoBrasileira, e na terceira camada temos uma correspondência com o período subatual e atual de ocupação da região (KNEIP, 1983).

Os resultados da pesquisa apresentados no referido artigo, apresentaram uma primeira faixa de ocupação humana ligada a um sítio denominado de pré-histórico com cerca de sete casas de planta oval e a população estimada em 150 pessoas. As datações realizadas mostram dados conflitantes. A análise em radiocarbono das amostras de carvão encontradas na primeira camada de ocupação humana mostraram uma datação entre 200 a 120 AP (KNEIP, 1983). Ou seja, no período considerado histórico para a região, pois contava com a presença portuguesa já implantada no local. Por sua vez, os dados geomorfológicos levantados pela equipe estimam uma ocupação bem anterior à presença europeia na região o que é reforçado pelas estruturas morfológicas que não são próximas as descritas pelos cronistas do século XVI. Esses fatos somados levaram os pesquisadores a considerarem a primeira ocupação humana do sítio arqueológico de Três Vendas, como resultado de uma ocupação pré-contato (KNEIP, 1983).

Os arqueólogos lentamente, através de suas atividades foram promovendo uma determinada leitura do passado local disseminados por meio da organização de uma narrativa materializada em um acervo arqueológico local e com a publicação de artigos, etc. (GUIMARÃES, 2012; COSTA, 2009; MENESES, 2018). Foram atuando como “configuradores de la cultura histórica” (COSTA, 2009, p.280) através da edificação de uma narrativa sobre o passado da região. Entendendo que esse passado, pela ótica da História Pública, se utiliza e “adopta y se sirve de diversos formatos” (COSTA, 2009, p.280) que não se limita ao trabalho do historiador.

Nessa direção destaca-se que nas narrativas arqueológicas edificadas a partir das escavações efetuadas no sítio de Três Vendas, os arqueólogos identificaram a presença de uma cerâmica classificada como Neobrasileira. Esse discurso proveniente da narrativa efetuada pelos arqueólogos, verificou-se a reprodução de uma antiga história indígena ao entender essas cerâmicas classificadas como Neo brasileira “como indicativos da assimilação de práticas europeias e perda de referenciais próprios (SOUZA, 2017, p.146). Uma cerâmica classificada como aculturada, resultante da combinação de técnicas indígenas e técnicas europeias.” (KNEIP, 1980, p.284). Uma cerâmica classificada como Neo Brasileira que

demonstraria um processo de aculturação dos povos indígenas locais diante do avanço do colonizador. Nesse momento da arqueologia nacional, a maior parte dos trabalhos efetuados pelos arqueólogos entendia que com a chegada dos portugueses, os indígenas “integrados à colonização perdiam, junto a guerra, suas culturas, identidades étnicas e todas as possibilidades de resistência, passando a constituir massa amorfa e inerte à disposição de missionários, colonos ambiciosos e autoridades corruptas” (ALMEIDA, 2013, p. 26). Em uma dobradinha com uma antiga visão da historiografia, que apenas enxergava esses povos sob a tónica da crônica do desaparecimento, os quais perdiam sua liberdade e cultura frente ao português em uma marcha inexorável a extinção ou ao isolamento total da dita civilização.

As primeiras pesquisas e escavações arqueológicas realizadas em Araruama se deram dentro de uma perspectiva teórica de uma arqueologia histórica- cultural (FUNARI, 2003). Os arqueólogos envolvidos enquadravam os artefatos recolhidos dentro de determinadas tradições, fases e subfases, de acordo com o povo ou nação. Uma visão da arqueologia histórica cultural que nos últimos anos sofreram críticas diante do seu olhar estático sobre cultura e que procurou relacionar os elementos da cultura material a um determinado grupo étnico como salienta o arqueólogo Marcos:

“A busca, por exemplo, por “marcadores étnicos” é um perigo que mora ao lado. Esse tipo de recurso, que fixa determinados tipos de artefatos ou categorias materiais como diagnósticos de certos grupos, vem sendo criticado por se utilizar de correlações simplistas e, muitas vezes, baseadas em estereótipos. É criticado também por considerar as práticas materiais pretéritas como estáticas e inflexíveis.”(SOUZA, 2017, p.146)

Na década de 1980 aconteceram alguns salvamentos em Araruama. Por exemplo, em 1987, no Segundo Distrito de Araruama, Morro Grande, na Escola Municipal Honorino Coutinho, durante a execução de algumas obras, os pedreiros que trabalhavam no local encontraram uma urna cerâmica. As obras paralisaram e a arqueóloga Maria Luiza de Luna Dias foi chamada até o local. Ela coordenou os trabalhos e a recuperação da urna e alguns artefatos. A pesquisa no local não foi aprofundada, foi feita apenas recuperação deste material e escritos alguns relatórios técnicos (BUARQUE, 2009).

Os arqueólogos que trabalharam nessas pesquisas desenvolvidas nas décadas de 1970 e 1980 de Araruama, atuaram como “configuradores de la cultura histórica” (COSTA, 2009, p.280) ao promoverem uma determinada leitura do passado local. Uma leitura sobre o passado local que foi disseminada através da organização de um acervo arqueológico e em forma de

artigos e outros meios textuais (GUIMARÃES, 2012; COSTA, 2009). Por sua vez, como no exposto nos parágrafos acima, o discurso construído pelos arqueólogos sobre os indígenas reforçou uma perspectiva historiográfica que já era presente na historiografia local. Uma leitura na qual a conquista portuguesa levou a progressiva perda de identidade étnica e ao extermínio dos indígenas em Araruama (MONTEIRO, 142). Entende-se que uma continuidade em relação às visões e perspectivas propagadas acerca do indígena em consonância com a historiografia tradicional sobre o tema.

### 2.3. UMA NOVA HISTÓRIA INDÍGENA: UM LUGAR PARA OS INDÍGENAS NO CENTRO DE MEMÓRIA DR. SYLVIO LAMAS DE VASCONCELLOS

O município de Araruama é um dos mais importantes da Região dos Lagos, sendo o de maior extensão territorial, segundo em números de habitantes<sup>19</sup> e possuidor de inúmeros sítios arqueológicos, resultado de uma ocupação humana antiquíssima (BUARQUE, 2009). No ano de 1977, uma equipe de profissionais do Museu Nacional desenvolveu a primeira escavação arqueológica em um sítio arqueológico que foi denominado de Venda Grande (Três Vendas) em Araruama. Como resultado a coordenadora do projeto a professora Lina Maria Kneip, recomendou não apenas o tombamento do sítio arqueológico, mas também a criação de um museu local relacionado ao sítio arqueológico. Nesse intento, em uma carta dirigida a Prefeitura de Araruama, no dia 23 de novembro de 1977, a professora Lina Maria Kneip, orienta a Prefeitura de Araruama sobre as ações a serem realizadas:

A iniciativa da desapropriação tem que partir da Prefeitura e a solicitação deve ser encaminhada ao Diretor do IPHAN. No processo a Prefeitura tem que esclarecer que se responsabilizará pela manutenção e guarda do museu assim se terá recursos pela desapropriação. Caso não tenha deverá solicitar ao IPHAN e, se o mesmo não tiver, ao Congresso. Deverá acompanhar o processo, o ante-projeto, ou o estudo preliminar sobre o museu, assim como o relatório sobre a importância do sítio arqueológico.<sup>20</sup>

Um documento redigido logo após o período de escavações no sítio arqueológico, que revela a preocupação da Professora Lina Kneip em orientar os agentes da Prefeitura de Araruama sobre as etapas e as ações necessárias para o tombamento e preservação do referido

---

<sup>19</sup> O site do IBGE possui dados básicos sobre os municípios brasileiros. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/araruama> > Acesso em 23 de novembro de 2017.

<sup>20</sup> KNEIP, Lina Maria. Carta endereçada a Senhora Gracinha da Prefeitura de Araruama. 23 de Novembro de 1977. Acervo do Centro de Memória de Araruama.



sítio arqueológico. Em suas palavras, a Professora deixa bem claro a postura de iniciativa que a Prefeitura tem que tomar para tal feito. Ao mesmo tempo, a Professora Lina Kneip cita as medidas necessárias para a criação de um museu e revela a preocupação com a preservação do patrimônio local. Esta postura de iniciativa na defesa desses vestígios materiais e sítios arqueológicos relacionados aos povos nativos, tornou-se uma marca registrada da Professora Lina Maria Kneip. Ressalta-se o papel desempenhado pela Professora em vários municípios da Região dos Lagos, na sua luta pela preservação deste vasto patrimônio ligado às populações nativas. E atuando não apenas como arqueóloga, mas junto às comunidades e aos poderes públicos locais e onde:

[...] sua conduta firme e perseverante salvou muitos sítios da destruição de tal forma que seu nome viria a se tornar, especialmente em alguns municípios do litoral fluminense, sinônimo de preservação e respeito aos testemunhos do nosso passado mais remoto. (LIMA, 2000, p.8)

Da mesma forma seus trabalhos em torno do Complexo Lagunar de Saquarema levaram a professora a identificar inúmeros sambaquis no município de Saquarema, cidade vizinha de Araruama. O sítio arqueológico que ganhou mais destaque foi o “Sambaqui da Beirada”, que na última camada de ocupação, obteve-se a datação mais antiga da presença e da ocupação humana na Região dos Lagos, com cerca de 4520 anos (AP), em 1984 (LIMA, 1999) revelando pela professora Kneip. Os trabalhos realizados em Saquarema resultaram não apenas em escavações, mas também em projetos de preservação e educação. No caso do Sambaqui da Beirada, em 1997, depois de longas lutas efetuadas pela arqueóloga Lina Kneip, fora tombado através do Decreto Número 043-93188-89, que incluía os lotes 211 e 212 das Ruas C e L do Bairro de Barra Nova. O tombamento veio através da criação de praça municipal a qual em 1997, se transformou na Praça Museu Sambaqui da Beirada (GUIMARÃES, 2013).

A Praça Sambaqui da Beirada, o mais antigo sambaqui de Saquarema se transformou em praça museu e na primeira exposição arqueológica ao ar livre. Um trabalho pioneiro de divulgação e preservação de um sítio arqueológico no Brasil. A Praça Sambaqui é mantida com recursos da Prefeitura de Saquarema e com a orientação técnica dos arqueólogos do Museu Nacional. Com o falecimento da Professora Lina Kneip, quem passou a supervisionar os trabalhos no Sambaqui da Beirada foi a Professora Filomena Crancia (BARCELLOS, 2011), também ligada ao Museu Nacional (UFRJ).

Ao longo da década de 1980 aconteceram outras escavações visando o salvamento de sítios arqueológicos ameaçados pela expansão da cidade (VECCHI, 2018). Esse passado local

indígena começou a se materializar através dos vestígios e artefatos recuperados e que permite que uma determinada leitura do passado consiga ser conservada, comunicada e compartilhada (COSTA, 2009). O material arqueológico proveniente das escavações da Lina Kneip foi incorporado ao acervo do Museu Nacional, localizado a mais de 100 km de Araruama (KNEIP, 1983) e o material proveniente do salvamento de Morro Grande ficou de posse da Prefeitura sem maiores informações sobre o seu uso ou guarda até a sua incorporação ao acervo do Centro de Memória em 1992.

Por sua vez, a narrativa sobre o passado proveniente dos arqueológicos “Se trata de una lectura del pasado menos existencial y más cognitiva, más científica [...] más orientada al contenido del pasado em si mismo [...] (COSTA, 2009, p.279), não foi capaz de mobilizar os moradores e por sua vez os agentes da Prefeitura Municipal de Araruama pois “as políticas públicas, foram moldadas e definidas por condições locais” (MORAES, 2009, p.55). Mesmo com as inúmeras ações de arqueólogos e principalmente da Professora Lina Kneip, junto ao poder público de Araruama (LIMA, 2000), não houve naquele momento as condições para a criação e o funcionamento de um museu ou políticas relacionadas aos indígenas. E “O bem como valor de patrimônio, qualquer que seja sua natureza, tem menos a ver com as interpretações de historiadores, etnólogos, arqueólogos, arquitetos e etc.” (MENEZES, 2016, p.329). É necessário desnaturalizar-se a falsa percepção de que as memórias e as histórias de uma sociedade emergem de um trabalho objetivo, afinal, essas histórias e memórias da sociedade são resultados de negociações, conflitos e os interesses de grupos e pessoas (POLACK, 2009).

Ao longo da década de 1980 as questões indígenas passaram por profundas mudanças em um contexto social e político marcado pelo retorno à normalidade democrática no Brasil e a forte atuação de movimentos sociais e ativistas dos direitos indígenas. Em um primeiro momento houve a expansão e a atuação dos movimentos sociais dos povos indígenas, que lentamente foram ganhando espaço e obtendo vitórias políticas e simbólicas importantes para os povos indígenas. A marca simbólica que denota o início do moderno movimento indianista brasileiro é a realização em meados da década de 1970, da Primeira Assembleia Indigenista Nacional, em Mato Grosso. Uma grande assembleia que reuniu “as principais lideranças indígenas do país se reuniram para discutir os seus problemas e traçar estratégias políticas objetivando a garantia dos seus direitos bem como lutar por novos.” (CAVALCANTE, 1996, p.20). Uma assembleia que contou com a participação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) da Igreja Católica e que resultou anos depois na criação da União das Nações Indígenas (UNI).

A importância na UNI é que foi uma primeira tentativa de se criar uma organização indígena de abrangência nacional, apesar dela ter sido suplantada por outras organizações com o passar do tempo. Na década de 1980 “Ela constituiu um interlocutor fundamental na constituinte, e seu líder, Ailton Krenak, teve papel destacado no Congresso” (CUNHA, 2018, p. 434) na defesa e na conquista dos direitos indígenas presentes na Constituição de 1988.

Segundo o historiador Fernando Roque Fernandes, o movimento indígena desenvolvido nesse período tinha como uma característica que o seu caráter étnico e no qual se deu pelo “fortalecimento étnico das próprias etnias” e na “a luta das associações e organizações indígenas frente ao poder político e a comunidade não indígena” (FERNANDES, 2017, p 1 on line). Da mesma forma, junto a essas discussões evidencia-se que a própria construção e valorização das histórias e tradições desses povos passam pela questão de reafirmação e construção de identidades indígenas e também como forma de lutar pelos seus direitos e terras (MONTEIRO, 2001b, p.139).

Em fins da década de 1980, houve o entrelaçamento de um contexto nacional com uma conjuntura local favorável à implementação de ações do poder público municipal em relação à memória e a história do município, e de alguma forma e de alguma forma em sintonia com uma conjuntura nacional mais favorável ao desenvolvimento da temática indígena. Ocorre a eleição do Senhor Altevir Pinto Barreto, que governou a cidade entre 1989 e 1992 (VASCONCELOS, 1998). Durante a sua gestão, realizou-se inúmeras ações ligadas à história e a memória da cidade de Araruama. Segundo o historiador Cássio Ricardo Hipólito Silva Campos (2018), o Prefeito Altevir Barreto tinha como objetivo fundar uma história e memória oficial para o município.

Durante sua gestão, a Prefeitura de Araruama, através de seus agentes, buscou promover algum tipo de ação no sentido de propagar, enquadrar ou configurar uma determinada leitura do passado daquela localidade. Fernando Sanchez Costa (2009) identifica o Estado como o principal configurador ou agente que participa da construção de uma determinada interpretação do passado, mas não apenas o único, pois podemos perceber que acabam atuando também a arqueólogos, escolas, museus, professores, jornais, novelas e outros. Cenário diverso daquele encontrado na década de 1970 em que a Professora Lina Kneip tinha que tomar a iniciativa e atuar fortemente junto às autoridades locais em temas relacionais ao patrimônio arqueológico e sua preservação.

No esteio do desenvolvimento de políticas municipais foi aprovado pela Câmara Municipal de Araruama, a lei de número 612,<sup>21</sup> em 7 de Abril de 1989, durante o governo do Prefeito Altevir Barreto. Entre as várias medidas previstas na lei duas, delas fazem referência a questão patrimonial: o artigo “XVI – Proteger o patrimônio cultural, histórico e artístico e natural de Araruama.” e o artigo “XXI – Organizar, manter e supervisionar o Museu Municipal.”<sup>22</sup> Os artigos presentes na referida lei, validam o desenvolvimento de políticas locais relacionadas ao patrimônio e a memória local e que naquele momento estava interessada em promover algum tipo de ação no sentido de propagar, enquadrar ou configurar uma determinada leitura do passado local (CAMPOS, 2018).

Como resultado do desenvolvimento de políticas locais de memória e da aplicação da Lei 612, ações resultaram na criação em 1992 do Centro de Memória Municipal (VASCONCELLOS, 1998). O mesmo foi instalado na Biblioteca Municipal, localizada na Praça Antônio Raposo e estava subordinada a Secretária de Educação e Cultura do Município. No primeiro relatório anual do Centro de Memória, e que se encontra guardado em seus arquivos, consta sobre as atividades realizadas ao longo do ano de informações sobre o seu acervo:

Além desse material para pesquisa, numa das salas destinadas ao Centro de Memória Municipal, montou-se uma exposição permanente, com os seguintes objetos:

- um armário de aço fechado, contendo livros e documentos antigos e raros, álbuns de fotografias, plantas do plano de urbanização de Araruama (1941), partituras do Hino de Araruama para o canto e piano e para a banda e um disco contendo a gravação do Hino;
- dois fichários com o material resultando do projeto “Memória nas Escolas”;
- seis quadros emoldurados e suspensos em trilhos de cortina, sendo: dois mapas das ruas do 1 Distrito, duas plantas do plano de urbanização de Araruama(1941), um mapa do município do IBGE escala 1:50.000 e a ata de inauguração do serviço de canalização de água potável de Araruama (1935).
- material arqueológico originário de Morro Grande: restos cerâmicos fragmentados e uma urna contendo ossos humanos bastante fragmentados;
- cinco pôsteres de fauna e flora brasileiras, contendo espécies típicas da região.<sup>23</sup>

O relatório revela algumas informações sobre o início das atividades do Centro de Memória e ações com relação à história e a memória local, exibindo um pequeno acervo em exposição permanente e com peças variadas, além de citar, a existência de indígenas, com a exibição de alguns fragmentos cerâmicos e uma urna com ossos humanos. Em relação às

<sup>21</sup> Lei Municipal Número 612 de 7 de Abril de 1989. Disponível no Acervo do Centro de Memória de Araruama.

<sup>22</sup> Lei Municipal Número 612 de 7 de Abril de 1989. Disponível no Acervo do Centro de Memória de Araruama.

<sup>23</sup> Relatório das Atividades realizadas no Centro de Memória Municipal do ano 1992. Disponível no acervo do Centro de Memória Municipal de Araruama.

peças expostas no Centro de Memória são indicadas como sendo oriundas do salvamento do sítio arqueológico da Escola Honorino Coutinho (ANDRADE, 2002) realizado em 1987, no Distrito de Morro Grande.

Entende-se essa exposição dentro de uma perspectiva de história pública e configura como uma representação do passado e assim entendido como uma forma narrativa sobre a história local (COSTA, 2009). O Centro de Memória foi realizando uma escrita da história de Araruama e, para isso, usava como suporte narrativo os artefatos e vestígios encontrados na cidade, como salienta o Professor Manuel Salgado, a formação de um “Patrimônio é também uma escrita do passado, submetida evidentemente a uma gramática e a uma sintaxe específicas”. (2012).

Não existem dados ou fotos sobre as exposições montadas relativas aos indígenas ao longo dos anos. A partir da linha narrativa adotada no livro editado pela Prefeitura na mesma época sobre a história da cidade, “Araruama: Panorama de Uma Cidade”, inferi-se que naquele momento a exposição trazia em linhas gerais a perspectiva de que a conquista levou ao extermínio dos indígenas em Araruama e em toda a Região dos Lagos. Assim temos no Centro de Memória em seus anos iniciais uma construção narrativa que reforçou por um lado à perspectiva dos indígenas presos ao passado e que reproduziu as “crônicas da destruição e despovoamento” (MONTEIRO, 142) em relação aos povos nativos da região de Araruama.

Inserido nessas novas percepções acerca dos indígenas na história local, nas décadas de 1970 e 1980 houve uma mudança no Brasão da cidade de Araruama. Outro brasão foi criado e aprovado para uso pelo poder público. Neste novo brasão, identificamos a presença de referência ao elemento nativo.

Figura 5 - Brasão atual



Fonte: PREFEITURA DE ARARUAMA. Disponível em :<http://araruama.rj.gov.br/contracheque/> acesso em 23 de julho de 2018.

Resultado do processo de ampliação dos indígenas nas narrativas locais desde a década de 1970, esse novo brasão incorporou o cocar e as flechas em seu desenho. O desenho de um arco e flecha remete a uma característica importante da sociedade dos tupinambás que é a guerra. Por outro lado, entendemos na medalha a disseminação de uma leitura do passado idealizado e romântico. Um indígena guerreiro e valente estando no cerne da ancestralidade araruamense. Nessas leituras o lugar do indígena é o de “[...] fossilizada e mítica no âmago da invenção da comunidade nacional e regional.”(NETO, PEREIRA, 2007, p.153).

A partir de 1993, com a retomada das pesquisas arqueológicas em Araruama (BUARQUE, 2009), a temática indígena ganhou de alguma maneira uma maior visibilidade local diante de uma ação mais incisiva dos arqueólogos do Museu Nacional junto a comunidade, pela relevância dos achados (BUARQUE, 2009). Identifica-se no relatório anual do Centro de Memória de 1994<sup>24</sup>, uma referência a uma exposição temporária montada com o material arqueológico, para a Semana do índio com fotos, vídeos e cartazes. A partir do cenário da época, supomos que essa exposição temporária possuía um discurso alinhado a perspectiva de se combater os preconceitos e valorizar para com os povos nativos (CHAGAS, 2003), pois somente em fins década de 1990, novos estudos e novos olhares foram se disseminando nos estudos ligados ao patrimônio arqueológico em sintonia com a nova

<sup>24</sup> Relatório das Atividades realizadas no Centro de Memória Municipal do ano 1994. Disponível no acervo do Centro de Memória Municipal de Araruama.

história indígena (OLIVEIRA, 2002; LINO; BRUHNS, 2011). Nesse sentido a Prof. Dr. Maria Cristina Oliveira Bruno chamava a atenção naquela época para os dilemas referentes aos museus e a arqueologia nacional ainda marcada por antigas concepções e visões arqueológicas e museológicas em relação a temática indígena:

“Arqueologia Brasileira ainda aguarda uma discussão, uma revisão e um planejamento, referentes aos problemas da musealização dos indicadores da memória do passado pré-colonial, sobretudo, para conseguir integrá-los na dinâmica da sociedade deste país.”(BRUNO, 1999, p.128)

No contexto do desenvolvimento de novas pesquisas arqueológicas em Araruama a partir de 1993, novos estudos trouxeram olhares diferenciados sobre os povos nativos e que resultaram no que foi denominado por John Monteiro (2001a) como uma nova história indígena. O historiador John Monteiro destaca que esses estudos indígenas se desenvolveram dentro de questões práticas e teóricas que emergiram e que “buscava unir as preocupações teóricas referentes à relação história-antropologia com as demandas cada vez mais militantes de um emergente movimento indígena” (2001b, p. 139). As décadas de 1970 e 1980 trouxeram a luta e o protagonismo políticos dos povos indígenas. Por outro lado a própria historiografia enfrentou profundas mudanças que trouxeram uma série de questionamentos com relação aos padrões historiográficos até então dominantes. Em um cenário de intensas mudanças políticas, econômicas e sociais outras questões foram levantadas pelo giro linguístico, a questão da narrativa, a expansão da antropologia e outros fatores que alimentaram a historiografia e trouxeram novos conceitos, metodologias e temas como identidade, memória, gênero e etc. A antropologia vivenciou sua expansão no campo da história e absorção pelos historiadores de muitas de suas metodologias e conceitos. Essa aproximação se deu segundo André Burguière, em um contexto de perda na crença em um progresso e desenvolvimento linear das sociedades modernas (2001, p.150) uma opinião corroborada pelo historiador britânico Peter Burke, que entende essa expansão dos estudos antropológicos relacionada também a perda na crença em um progresso linear, juntamente com a ascensão dos movimentos anticoloniais e o feminismo (2008, p.60 livro Hist cultural antropo)

Nesse sentido, a aproximação da história e da antropologia que ganhou fôlego no esteio dessas mudanças historiográficas e foram fundamentais para se lançar novos olhares,

perspectivas e metodologias sobre os povos nativos americanos tanto por parte dos historiadores como dos antropólogos e pesquisadores de outras ciências. Durante muito tempo história e antropologia caminharam separadas:

[...] a História sempre surgiu contraposta à Antropologia ou à etnologia (termo em desuso hoje mais reconhecida como antropologia social e cultural, mas utilizado por Lévi-Strauss em ambos os ensaios). Seja por alegações de *método* — pesquisa em arquivos por um lado, pesquisa participante, por outro —; de *objeto* — viajantes no tempo versus viajantes no espaço —; de *procedimento* — a pesquisa da classe dirigente por oposição ao estudo das manifestações populares —; ou de *objetivos* — o evento em lugar da cultura e de seus rituais —; o fato é que divisões mais ou menos frágeis foram sendo estabelecidas no sentido de se constituírem limites evidentes ou identidades particulares a cada uma das áreas. Dicotomias ainda mais rígidas concretizaram-se, guardando para a história o reino da diacronia e do tempo; para a Antropologia o lugar da sincronia e da estrutura. (SCHWARCZ)

Os historiadores ao longo do tempo ficaram absortos em suas preferências pelo período colonial, imperial e republicano e deixavam os estudos indígenas preferencialmente aos antropólogos como salienta John Monteiro com “resistência dos historiadores ao tema, considerado, desde há muito, como alçada exclusiva dos antropólogos (p. 136). A consolidação de um ambiente acadêmico em que os historiadores ficaram fixados nos estudos das sociedades quentes e modernas e com perspectivas diacrônicas, e os antropólogos concentrados nos estudos das sociedades ditas frias e tradicionais e com perspectivas sincrônicas (ALMEIDA, 2012, p.152). Em um movimento que se intensificou principalmente ao longo dos anos de 1970, a história e a antropologia foram se aproximando, como salienta Jacques Le Goff “Após um divórcio de mais de dois séculos, historiadores e etnólogos mostram uma tendência para se aproximar. A história nova, após ter-se feito sociológica, tende a tornar-se etnológica.” (LE GOFF, 1979, p 315).

Uma aproximação disciplinar que enriqueceu a história e antropologia com teorias e metodologias que permitiram uma renovação nos estudos sobre os povos indígenas com novos olhares, metodologias e fontes para o estudo da história indígena, tanto pela antropologia quanto pela história. Como salienta o historiador Marcel Mano, ao escrever sobre os resultados desse processo de entrelaçamento das áreas de conhecimento:

Há pelo menos três décadas, essas duas disciplinas passaram a um encontro renovado e fecundo do qual ambas saíram afetadas. Do lado da história, as tentativas de incorporar em seus discursos parcelas da sociedade ante então silenciadas na historiografia tradicional; tais como os povos indígenas, fizeram-na aproximar-se do objeto da antropologia – a alteridade. Do lado da antropologia, as abordagens atuais, em reação aos estudos funcionalistas e estruturalistas comuns até fins dos anos



1970, têm se preocupado em formular interpretações históricas a partir das categorias nativas e na utilização dos documentos escritos e orais. Assim, no veio de um dos legados da história social de M. Bloch e L. Febvre: a que aproxima história e antropologia, tem-se conseguido iluminar a história a partir de novos atores e sujeitos. (MANO, 2009, p. 2897-2898)

Um dos ganhos dessas pesquisas históricas, como salientou acima Marcel Mano, foi justamente o rompimento desse muro entre a antropologia e a história, em que os antropólogos foram lentamente em seus estudos, incorporando a perspectiva de um olhar diacrônico e os historiadores por sua vez, incorporaram de alguma forma uma perspectiva sincrônico em seus estudos. Na historiografia houve um enriquecimento principalmente em relação ao campo que se constitui na especialização principal da antropologia, e é a área dos estudos sobre a cultura (FLAMARION, curso). Esta área tornou-se o “ principal ponto de encontro entre historiadores e antropólogos e tem se dado basicamente no campo da história cultural e da cultura entendida na perspectiva histórica” (ALMEIDA, 2012, p.153).

Nessa aproximação das disciplinas, os historiadores foram replicando nesses novos estudos indígenas, as diferentes visões sobre cultura, disponíveis entre os vários antropólogos que trabalharam com o conceito de cultura ao longo do tempo, como de Clifford Geertz e Bronislaw Kasper Malinowski. Essa apropriação de diferentes visões sobre cultura advinda da antropologia permitiu a ampliação e assimilação dos conceitos de cultura e identidade étnica entre os historiadores e sua utilização em perspectiva histórica nas suas pesquisas sobre os povos nativos:

“ a compreensão da cultura como produto histórico, dinâmico e flexível formado pela articulação contínua entre tradições e novas experiências dos homens que a vivenciam permite perceber a mudança cultural não apenas enquanto perda ou esvaziamento de uma cultura dita autêntica, mas em termos do seu dinamismo, mesmo em situações de intensa violência (ALMEIDA, 2012, p. 156)

Os estudos históricos carregam a percepção cada vez maior de que os indígenas formam “sociedades dotadas de dinâmicas próprias que transcendem as percepções estáticas” (BARTOLOMÉ, 2006 on line). Ao mesmo tempo os indígenas passaram a ser vistos como agentes históricos que também participavam de forma ativa na construção social e se tem levado em conta que “os povos nativos sempre estiveram ali, não como fósseis vivos do passado, mas sim como sujeitos e participantes da história” (BARTOLOMÉ, 2006 on line).

Em meados de 1990 e nos anos iniciais do novo milênio a cidade de Araruama vivenciou uma segunda onda de pesquisas arqueológicas e que formularam uma narrativa arqueológica através dos agentes participantes sobre o passado local. Nesse novo contexto, essas pesquisas vieram acompanhadas de políticas públicas municipais que através de inúmeras ações tem promovido outras narrativas históricas. No próximo capítulo analisaremos não apenas essas novas narrativas, mas também se as mesmas buscam romper os antigos discursos sobre os indígenas na história do Brasil e que circulam até os dias de hoje em muitas narrativas regionais.

### CAPÍTULO 3: O PASSADO E O PRESENTE INDÍGENA NO MUNICÍPIO DE ARARUAMA:

#### 3.1 UMA NOVA ARQUEOLOGIA INDÍGENA: UMA NARRATIVA ARQUEOLÓGICA DA HISTÓRIA DE ARARUAMA

No esteio de todas essas mudanças políticas, sociais e historiográficas que varreram o Brasil nas últimas décadas, tivemos no Brasil o desenvolvimento de novos olhares sobre os indígenas que não apenas trouxe o protagonismo dos povos indígenas na história, mas

também recuperou os indígenas como agentes importantes na formação da sociedade brasileira. Tivemos o desenvolvimento de uma denominada Nova História Indígena a partir da década de 1990 (ALMEIDA, 2013), e que abarcou várias áreas do conhecimento como a história e antropologia. No caso dos estudos arqueológicos, essas influências tornaram-se perceptíveis em fins dos anos 1990 e início dos anos 2000, quando trouxeram novos olhares arqueológicos sobre os povos indígenas e ajudaram a engrossar as fileiras de uma nova história indígena (LINO; BRUHNS, 2011; OLIVEIRA, 2003; RIBEIRO; JACOMÉ, 2014).

Um dos primeiros fatores que sinalizaram mudanças na arqueologia nacional aconteceu em 1981, através da Lei Federal nº 6.938/81, quando foi instituído o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), um órgão consultivo e deliberativo sobre questões relacionadas ao meio ambiente do Governo Federal. Em 1986, o CONAMA através de sua resolução de número 001 de 22 de Fevereiro de 1986, instituiu a obrigatoriedade dos Estudos de Impacto Ambiental e Arqueológico (EIA-RIMA)<sup>25</sup>. Esta lei obrigava as grandes obras a realizarem uma sondagem para averiguar a existência de material arqueológico e promover o salvamento do material arqueológico encontrando. A partir desse momento tivemos o crescimento da denominada arqueologia de contrato. Um serviço onde profissionais realizam trabalhos arqueológicos de resgate e preservação para que as empresas e o governo consigam obter as diversas licenças para realizar seus empreendimentos:

Foi, portanto, a partir da assinatura da Resolução Conama no 001/86 que a participação do arqueólogo em projetos de avaliação ambiental se tornou freqüente e a arqueologia de contrato passou a crescer em ritmo geométrico, quando comparada ao que ocorria anteriormente (CALDARELLI; SANTOS. 1999-2000, p.55)

O crescimento de uma arqueologia profissional também encontrou um impulso diante do incremento da legislação ambiental como a “assinatura da Lei dos Crimes Ambientais (Lei 9.605/98), regulamentada pelo Decreto 3.179/99” (CALDARELLI; SANTOS, 1999-2000 p.56) que normatizou as punições por crimes ambientais, e na qual se inseriu os crimes contra o patrimônio arqueológico decorrentes de grandes obras e construções. Como resultado nas últimas décadas temos uma ampliação da área de atuação do arqueólogo para além do espaço acadêmico, o que possibilitou o desenvolvimento de um volume considerável de pesquisas fora das universidades e centros de pesquisas.

---

<sup>25</sup>Lei Federal Disponível em: </http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=8902> Acesso em: 10 de junho de 2018.

Ao mesmo tempo em que se desenvolvia no Brasil uma arqueologia de contrato, tivemos também mudanças teóricas, metodológicas e institucionais que atingiram o ambiente da arqueologia acadêmica (PROUS, 1992; FUNARI, 2003). Nesse ponto destacamos a criação da Sociedade de Arqueologia Brasileira, a promoção de workshops para discussões teóricas promovidas pelo IPHAN e o intercâmbio com arqueólogos e universidades estrangeiras (GASPAR, 2000, p. 25-26). Essas ações diversas impactaram no desenvolvimento e colaboraram para o surgimento de novos cursos de pós-graduação e principalmente de graduação em vários estados como o curso de arqueologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Assim,

[...] a partir do anos 1980, o aparecimento de uma segunda geração de arqueólogos brasileiros, agora não só com formação acadêmica especializada no Brasil e no exterior, mas também com projetos teóricos mais bem definidos, começou a mudar o tipo de arqueologia feita no país. (BARRETO, 1999-2000, p.47)

Dos Estados Unidos tivemos a vinda de uma influência teórica e metodológica que atingiu a arqueologia brasileira e que se denominou de Nova Arqueologia ou Arqueologia Processual (FUNARI, 2003, p.49). Esse movimento nasceu como resultado de profundas críticas à arqueologia histórico-cultural na década de 60 e promoveu uma grande renovação da arqueologia principalmente nos Estados Unidos onde ganhou a maior repercussão (TRIGGER, 2004). O seu principal articulador e divulgador foi o arqueólogo americano Lewis Binford, que desejava renovar a arqueologia buscando “transformar a Arqueologia em ciência, atribuindo-lhe um campo específico, com objetivo e método próprios”. (GASPAR, 2003, p. 276).

Um dos pilares da arqueologia processual é a busca de regularidades e de “elementos universais de comportamento humano, que não se limitariam a uma ou outra sociedade” (FUNARI, 2003, p. 50). A arqueologia processual se coloca como “uma abordagem que considera a cultura como um sistema que tem por principal propósito adaptar as comunidades humanas aos seus embasamentos biológicos.”(SYMANSKI, 2009, p.4). Dentro desta perspectiva os arqueólogos processuais estavam sempre buscando o funcionamento dos sistemas culturais através dos registros arqueológicos em uma clara aproximação com a antropologia funcionalista (OLIVEIRA, 2002; GASPAR, 2003). Essas ideias levaram a valorização de estudos etnográficos com grupos atuais a fim de se observar muitos aspectos

presentes nas culturas pré-históricas e que não podem ser diretamente observados no registro arqueológico (TRIGGER, 2004 p.292).

No Brasil a arqueologia processual chegou na década de 1980 (GASPAR, 2003), e segundo a Professora Maria Gaspar, suas teorias e conceitos quando aplicadas no Brasil, não foram capazes de dar conta dos problemas e das questões levantadas pela arqueologia nacional em relação a:

[...] toda diversidade de grupos indígenas, os diferentes contingentes europeus (portugueses, franceses, holandeses) com interesses distintos e contraditórios, que abrangem uma enorme gama de motivações que vão desde aspirações religiosas até a mais pura exploração comercial. Completa, ainda, o panorama a forte presença de diferentes etnias africanas. Toda esta complexidade, dificilmente, poderia ser aprofundada a partir de uma visão normativa de cultura difundida pela Nova Arqueologia. (GASPAR, 2003, p.277)

No esteio do desenvolvimento da arqueologia processual tivemos o desenvolvimento de outra corrente teórica que foi denominada de Arqueologia pós-processual ou contextual. Nasceu como uma reação a arqueologia processual e sua busca de regularidades e leis gerais (FUNARI, 2003). Segundo Pedro Paulo Funari, foi denominado de arqueologia contextual, pois existe uma preocupação por parte dos arqueólogos “com o contexto histórico e social da produção de conhecimento, com a subjetividade e comprometimento dos arqueólogos com os grupos sociais” (2013, p.51). Essa corrente arqueológica é marcada por uma diversidade de abordagens teóricas e metodológicas (OLIVEIRA, 2002), na qual inferimos a forte influencia de três autores considerados os pilares da arqueologia contextual: Ian Hodder, Michael Shanks e Christopher Tilley (FUNARI, 2003) (OLIVEIRA, 2002).

Por sua vez, essa pluralidade teórica não a impediu a formação de algumas bases conceituais, como a percepção de que a cultura material de uma sociedade tem um papel ativo nas relações sociais e assim possui significados e papéis diferentes em cada contexto (FUNARI, 2003; SYMANSKI, 2009). Onde “[ o registro arqueológico é considerado como um texto a ser lido e interpretado, antes do que um laboratório do comportamento humano.” (SYMANSKI, 2009, p.8).

Foi nesse contexto das últimas décadas que a arqueologia nacional lentamente “[...] deixou de ter apenas o propósito de colecionar, descrever e classificar os objetos, para buscar o estudo da cultura material, compreendendo as relações sociais e as transformações na sociedade.” ( OLIVEIRA B, 2009, p.32). Essas reflexões teóricas e metodológicas passaram

a se refletir na arqueologia brasileira nas décadas de 1980 e principalmente a partir da década de 1990 (OLIVEIRA, 2002; LINO; BRUHNS, 2011). Segundo o arqueólogo Luis Claudio Pereira Symanski (2009), apesar dessas contribuições, principalmente da arqueologia pós-processual, a arqueologia no Brasil ainda continua sendo pautada em sua maior parte por estudos ligados a linha histórico-cultural. Por outro lado, mesmo nesse cenário, tivemos a emergência de estudos arqueológicos que mesmo de forma limitada procuravam replicar contribuições advindas das discussões provenientes da arqueologia processual e principalmente da pós – processual (SYMANSKI, 2009; GASPAR, 2003).

Atualmente pode ser pensada como a ciência que “estuda, diretamente, a totalidade material apropriada pelas sociedades humanas, como parte de uma cultura total, material, sem limitações de caráter cronológico”. (FUNARI, p.15). Nesse sentido temos uma forte aproximação com a história e claramente a historicização da cultura, com uma crítica a busca de generalizações da arqueologia processual e a visão de essencialista da arqueologia histórico- cultural (OLIVEIRA, 2002; FUNARI, 2003). Nesse ponto destaca-se que a arqueologia ligada aos povos indígenas, tem procurado “[...] compreender as relações sociais e as transformações da sociedade.” (FUNARI, 2003, p.15).

Contribuições que renovaram os estudos ligados à arqueologia e com reflexos nos estudos sobre a arqueologia indígena. Principalmente no período pós-contato, que até então eram marcado na arqueologia nacional, por uma ótica de progressiva aculturação frente ao colonizador até a sua perda cultural em um processo que se refletia diretamente na cultura material dessas populações (SYMANSKI, 2009; LINO; BRUHNS, 2011). Onde apesar das particularidades inerentes as disciplinas, com relação ao estudo do passado humano,

Os dados arqueológicos são documentos históricos por direito próprio e não meras confirmações de textos escritos. Exatamente como qualquer outro historiador, um arqueólogo estuda e procura reconstruir o processo pelo qual se criou o mundo em que vivemos – e nós próprios, na medida em que somos criaturas do nosso próprio ambiente social (FUNARI, 2003, p. 22).

Esse processo de construção de uma narrativa arqueológica, dentro da perspectiva da história pública se constitui também em um meio no qual as pessoas podem adquirir o senso do passado (LIDDINGTON, 2011). ). Segundo o modelo analítico preconizado por Fernando Sánchez Costa (2009), esses arqueólogos foram se portando enquanto configuradores da cultura histórica, emitindo uma narrativa e um discurso sobre o passado de Araruama e utilizando de diferentes formas narrativas para a transmissão desses discursos (2009, p.278). Uma dessas formas de construção narrativa foi justamente no próprio processo de escavação, resgate, limpeza e classificação dos inúmeros vestígios e artefatos encontrados. Através de

uma leitura de história pública, esses arqueólogos foram se portando como configuradores, através de inúmeras ações foram selecionando, preservando o patrimônio arqueológico e assim delineando o passado local. Em um processo na qual segundo o pesquisador José Newton Coelho Meneses, se “[...] exige uma prévia operação de escolhas e de leituras da história para a definição do que, por que e como conservar” (2018, p. 31).

Nesse momento, os artefatos são novamente reintegrados a sociedade com novas funções e leituras simbólicas onde “[...] aqueles objetos reintegrados pelos arqueólogos passam a possuir novas funções e a exercer mediações no interior das relações sociais em que foram inseridas.” (FUNARI, 2003, p.34). Nesse ponto entendemos que “ não há neutralidade científica na arqueologia, tampouco que os cientistas sociais vivem desligados de seu tempo.”(OLIVERIA, 2003, p.76). A arqueologia (objeto, teoria e metodologia) enquanto ciência está submetida ao contexto social na qual ela está inserida, como salienta o arqueólogo Bruce Trigger:

[...] arqueólogos acreditam que, porquanto os achados de suas disciplinas são consciente e inconscientemente, vistos como tendo implicações quer para o presente, quer para a natureza em geral, as condições sociais variáveis influenciam não apenas as questões abordadas como também as respostas que os arqueólogos se predispõem a considerar aceitáveis. (2004, p.12)

Nas linhas abaixo procuraremos recuperar essas narrativas e analisar alguns pontos dos discursos acerca do passado local produzidos por esses configuradores (COSTA, 2009) e principalmente pensar o lugar dos indígenas nesses discursos que se propagaram de inúmeras maneiras. Nesse sentido ressaltamos a impossibilidade de se analisar todo o material produzido pelos arqueólogos e que resultou em dezenas de artigos, capítulos de livros e outros meios de exposição. Assim, diante da complexidade e do tempo necessário para tal tarefa, procuramos recuperar apenas alguns pontos elaborados pelos arqueólogos ao longo dos últimos anos e ressaltar alguns pontos de seus discursos sobre os tupinambás na cidade de Araruama. Neste contexto amplo de renovação promovida pela Nova História Indígena, na qual a arqueologia adentrou de forma progressiva, é que se desenvolveu um segundo período de pesquisas e escavações arqueológicas em Araruama na década de 1990. As primeiras pesquisas arqueológicas em Araruama remontam a década de 1970, com os trabalhos realizados pela Professora Lina Kneip, mas esse novo período diferiu das primeiras pesquisas, não apenas pelas novas teorias e metodologias que circundavam a arqueologia, mas principalmente pelo volume de pesquisas e de artefatos e vestígios recuperados pelos arqueólogos em vários sítios arqueológicos ao longo de mais de 15 anos de pesquisas. Essas

pesquisas se iniciaram no ano de 1993, quando tivemos a criação do Programa “Estudo da Colonização e Desenvolvimento das Sociedades Ceramistas do Litoral Centro-norte do Estado do Rio de Janeiro”, com a coordenação da arqueóloga Angela Buarque ligada ao Museu Nacional (UFRJ) (MAGESTE, 2017).

As pesquisas arqueológicas tinham objetivo inicial de “estabelecer o padrão de assentamento e a área de captação de recursos das aldeias, através da análise espacial, e a caracterização do espaço intra-sítio” (BUARQUE, 2010, p. 156), através da análise do material cerâmico e de outros artefatos e vestígios arqueológicos recuperados ao longo do projeto. Tivemos assim, ao longo da década de 90 e início dos anos 2000 uma série de escavações arqueológicas e salvamentos de sítios em vias de destruição acontecendo em alguns pontos do território municipal de Araruama. Até o presente momento foram identificados 20 sítios arqueológicos Tupinambás em Araruama (MAGESTE, 2016 p.90). Alguns desses sítios foram escavações de salvamento, diante de avançado estado de destruição causado pela atividade humana, principalmente com a extração de areia e terra (BUARQUE, 2010.).

Os trabalhos realizados em Araruama ao longo dos anos resultaram na elaboração da tese de doutorado na França da Prof. Ângela Buarque e defendida em 2009 na Université Paris 1 Panthéon – Sorbonne. Sua tese foi intitulada “Étude de L’occupation Tupiguarani dans la région sud-est de l’État de Rio de Janeiro, Brésil” e teve como objetivo central de “[...] compreender o modelo de assentamento de grupos ceramistas Tupiguarani que ocuparam o Complexo Lagunar de Araruama, Região dos Lagos, sudetes do Estado do Rio de Janeiro, Brasil.” (BUARQUE, 2009, p.XVIII). O foco das pesquisas em Araruama e os principais atores envolvidos nas narrativas arqueológicas são os indígenas do grupo étnico Tupinambá. Com o aparecimento ao longo das narrativas os franceses, portugueses e outros indígenas de etnias diferentes.

Em sua tese e ao longo de inúmeros trabalhos, a Prof.<sup>a</sup> Ângela Buarque defendeu a ideia de que os vestígios de cultura material encontrados em Araruama são pertencentes aos antepassados do grupo étnico Tupinambá. Com uma continuidade cultural entre os vestígios do período pré-contato e do período pós-contato (histórico). Para tanto, a autora se utilizou de análise comparativa entre os dados obtidos a partir dos materiais escavados como a morfologia, tipologia e pictografia das cerâmicas e da descrição de cronistas e imagens do período colonial e outros dados históricos para embasar o a ideia de que os vestígios materiais são dos antepassados dos Tupinambás que habitavam a região:



La distribution des sites archéologiques correspond à la localisation des villages décrits par les chroniqueurs ; la morphologie céramique, le type de décoration, qu'elle soit plastique ou peinte, montrent une forte similarité avec la documentation iconographique existante, et on note une correspondance entre les structures funéraires rencontrées et les récits faits par les auteurs des XVe et XVIe siècles. Pour ces raisons, nous considérons qu'il est possible d'établir des relations entre les manifestations archéologiques, en particulier des sites post contact, et les populations Tupinambás qui les ont produites. (BUARQUE, 2009, p.1)

A presença do grupo étnico Tupinambá possui em Araruama uma grande profundidade e continuidade temporal. Desde as ocupações mais antigas, como a obtida dentro no sítio de Morro Grande de cerca de 2920 AP (SCHEEL-YBERT ET all, 2008) até as ocupações mais recentes, datadas dos séculos XVI e XVII, como os sítios arqueológicos do Serrano (BUARQUE, 2010, p. 155) e;

*Com base na morfologia cerâmica, na localização de alguns sítios e características de atividades como os rituais funerários, é possível supor que alguns desses sítios podem ter pertencido a populações ancestrais das tribos Tupinambá que conviveram com os europeus no século XV.* (BUARQUE, 2011: 63;

Por sua vez, identifica-se que arqueologia indígena desenvolvida nos últimos anos tem rompido com a utilização de certo conceitos como a divisão entre pré-história e história. Dentro de novas perspectivas se procura incorporar como história da América e dos povos indígenas contemporâneos, o período anterior à chegada e a conquista portuguesa. Uma divisão que segundo o arqueólogo Marcos André Torre de Souza (2017) “[...] coloca a identidade indígena em outro campo discursivo, associado a tudo aquilo que diz respeito aos momentos anteriores ao contato e, dessa forma, destacados da realidade colonial.” (SOUZA, 2017, p.145). Nesse sentido os discursos arqueológicos em Araruama vão ao encontro:

Na arqueologia o termo pré-histórico ou pré-história vem sendo substituído por pré-colonial, reflexo das críticas modernas, que advogam a favor de uma arqueologia menos colonizadora, identificando os vestígios arqueológicos americanos com antepassados das sociedades atuais. Com esta perspectiva, politicamente mais consciente, se entende os grupos indígenas como partícipes da história americana. (CORRÊA, 2013)

Dentro desta perspectiva os arqueólogos e pesquisadores têm procurado “entender o registro arqueológico como vestígios das populações indígenas atuais.” (CORRÊA, 2013). Esses trabalhos buscam entender a história indígena dentro da ótica de uma longa duração e se inserem, segundo o arqueólogo Ângelo Alves Corrêa, dentro da perspectiva da nova história indígena, pois, “Entendemos os trabalhos que utilizam os pressupostos da *longue durée* em arqueologia como inseridos em um movimento ainda maior, denominado por alguns como [nova] *história indígena*” (CORRÊA, 2013). Onde temos o desenvolvimento de uma história indígena “partindo dos vestígios arqueológicos para escreverem uma história profunda dos grupos indígenas atuais.” (CORRÊA, 2013). O que é reforçado pelas palavras do Professor José Proenza Brochado:

A arqueologia do leste da América do Sul deve ser vista como a pré-história das populações indígenas históricas e atuais, pois se não forem estabelecidas relações entre as manifestações arqueológicas e as populações que as produziram, o mais importante terá se perdido”. (1984, p.565)

Nessa perspectiva arqueológica se busca entender a trajetória desses povos ao longo do tempo e assim busca-se resgatar o agenciamento dessas populações através do estudo dos artefatos e vestígios materiais,

[...] nesta perspectiva, possibilita a reconstrução de processos históricos temporalmente extensos e diacronicamente lentos, representados por expansão populacional, territorialização, continuidade, mudança, abandono, ruptura e migração, resultando em uma história cultural dos povos indígenas. (CORRÊA, 2013)

Por sua vez, essa perspectiva dentro da arqueologia indígena também carrega algumas críticas, principalmente diante do seu olhar estático e que procurou atrelar os elementos da cultura material a um determinado grupo étnico principalmente em um período longo de tempo, como salienta o arqueólogo Marcos:

“A busca, por exemplo, por “marcadores étnicos” é um perigo que mora ao lado. Esse tipo de recurso, que fixa determinados tipos de artefatos ou categorias materiais como diagnósticos de certos grupos, vem sendo criticado por se utilizar de correlações simplistas e, muitas vezes, baseadas em estereótipos. É criticado também por considerar as práticas materiais pretéritas como estáticas e inflexíveis.”(SOUZA, 2017, p.146)

Nesse ponto muitos arqueólogos em sintonia com os novos estudos indígenas tem buscado entender as culturas indígenas como “sociedades dotadas de dinâmicas próprias que transcendem as percepções estáticas” (BARTOLOMÉ, 2006 on line). Assim os elementos da cultura material são vistos como produtos de uma cultura dinâmica e não uma cultura estática no tempo. Mesmo diante dessas novas perspectivas, a Professora Angela Buarque sustenta que em relação às pesquisas em Araruama, “ Nénmoins, la densité es la consistance des données sur les Tupinabás historiques et la similarité des images et quelques vestiges rencontrés dans lês pièces nous permettemt de faire quelques rapprochements.” (BUARQUE, 2009, p.41). Alguns debates nos últimos anos dentro da arqueologia nacional tem questionado a associação imediata entre cultura material e identidade muito disseminada pelo PRONAPA (FUNARI, 2003). Nessa linha de argumentação o pesquisador tem que tomar cuidado ao analisar os artefatos materiais e incluir amplos estudos históricos e etnográficos, pois, “Ainda que muitas dessas modalidades materiais pudessem ser informadas pela base cultural dos seus produtores e usuários, podiam estar sujeitas a processos de transformação e ressignificação.” (SOUZA, 2017, p.146) pelas populações indígenas ao longo do tempo. Esse debate dentro da arqueologia tem se enriquecido com as influencias das discussões advindas de pensadores como Edmund Leach e Fredrick Barth, e adotados novas percepções de identidades móveis e subjetivas (FUNARI, 2003; TRIGGER, 2004).

De todo modo, segundo as perspectivas adotadas pela equipe da Ângela Buarque, o processo de ocupação tupinambá na Região dos Lagos é muita antiga ocorreu através da conquista de áreas originalmente ocupadas por grupos de coletores-pescadores, denominados de sambaquieiros, “instalaram-se em áreas originalmente ocupadas pelos construtores de sambaquis, sendo responsáveis por sua extinção, seja por processos de aculturação ou por extermínio” (BUARQUE, 2010, p. 154). Nessa narrativa percebemos como os tupinambás são retratados enquanto executores de uma ação que teve desdobramentos diretos no curso histórico local. Desta maneira, a arqueóloga Ângela Buarque foi reconstruindo uma ocupação do espaço que resultou no surgimento de uma rede de aldeias que se distribuam

pelo território de Araruama. Um processo no qual o território de Araruama, foi sendo apropriada pelos Tupinambás ao longo de mais de dois mil anos,

“A presença de elevações próximas à maioria dos sítios pode ter sido também uma variável importante na escolha do local para o estabelecimento da aldeia. Elas podem ter sido utilizadas como ponto de observação para a localização da caça, para envio de mensagens para outras aldeias ou para a defesa. Desses locais, é possível ter um controle amplo da região, com visualização do litoral, em particular da laguna de Araruama.” (BUARQUE, 2010, p. 151-152).

A localização dos assentamentos tupinambás, durante muito tempo foi tratado pela arqueologia sem levar em conta os “Fatores sociais e históricos” (SENA, 2013, p.86) em sua escolha. A arqueologia privilegiava a

[...] à adoção de abordagens restritivas da cultura, como as teorias do difusionismo e do evolucionismo, que privilegiam os aspectos econômicos, considerado, portanto, a cultura como sendo formada no seio de escolhas influenciadas pelo meio ambiente.” (SENA, 2013, p.86)

Nos estudos sobre os assentamentos tupinambás, Ângela Buarque, manteve em linhas gerais essa perspectiva, por outro lado, entendeu a possibilidade da entrada de outras variáveis na localização das aldeias. A ocupação tupinambá foi intensa e no momento do aporte europeu no século XVI, tínhamos em Araruama uma vasta ocupação Tupinambá e que sofreram diretamente o impacto do contato nessa região. Esse contato é evidenciado pela retirada e análise de inúmeros artefatos e vestígios materiais dos sítios arqueológicos da Barba Couto, Santo Agostinho, Sítio São José, Bananeiras e Serrano. (MAGESTE, 2017).

No sítio arqueológico do Serrano foi encontrado “contas, elementos indicadores de sítios de contato com o europeu”. (BUARQUE, 2010, p. 156). O sítio Serrano começou a ser pesquisado pelos arqueólogos do Museu Nacional em 1997, como resultado das obras de duplicação da Rodovia Via Lagos. Durante os trabalhos de salvamento foram encontrados inúmeros artefatos e vestígios matérias em mais de 300 metros quadrados de escavação e na qual foi encontrados além de contas e fragmentos de cerâmica europeia, uma cota de malha (MAGESTE, 2017).

Esse artefato inusitado e incomum chamou a atenção das pessoas e acabou sendo matéria veiculada no jornal o Globo. Em novembro de 2006 saiu uma reportagem no Jornal sobre as escavações arqueológicas em Araruama e em um trecho a arqueóloga Ângela Buarque onde ela destaca a importância do sítio “[...] Serrano, uma antiga aldeia tupinambá, o contato com o europeu está presente em toda a sua complexidade.” (BUARQUE, 2006). Um dos destaques da reportagem é justamente a cota de malha encontrada no sítio arqueológico do Serrano. Na reportagem a arqueóloga Jeanne Cordeiro que participou das pesquisas em Araruama, levantou a hipótese de que a cota de malha pertencia ao comandante francês morto no combate com base na descrição da batalha que aconteceu nas margens da Lagoa de Araruama pelo jesuíta Vicente de Salvador no livro “O combate das canoas”, de 1564: “Os portugueses venceram. Mas o jesuíta menciona um francês que usava uma cota de ferro” (CORDEIRO, 2006). Temos assim um cenário no qual esses arqueólogos vão se utilizando de diferentes meios e formas narrativas para propagar uma determinada leitura sobre o passado local.

Nesse cenário de contatos entre Tupinambás e europeus, Ângela Buarque identifica esse sítio do Serrano como sendo a Aldeia Syryzi que aparece em um mapa do século XVI do francês Jacques de Vau de Claye:

“Por outro lado, a existência de uma carta desenhada em Dieppe por Jacques de Vau de Claye, de 1579, em que estão representadas aldeias indígenas nas proximidades da laguna de Araruama, com a observação do autor de que se trata da aldeia Syryzi, na “Escalle de Paratitou me leva a supor que se trata da aldeia Serrano, que está situada numa localidade chamada Paracatu.” (BUARQUE, 2010, p. 156).

O sítio Serrano traz evidência materiais de ter sido um ponto de apoio aos franceses na região (BUARQUE, 2009). Nesses momentos iniciais os diversos grupos indígenas se associavam e buscavam alianças de acordo com seus interesses e objetivos. Naquele momento os tamoios ou tupinambás de Araruama se associaram aos franceses o que foi fortemente evidenciado pelos vestígios materiais encontrados no sítio Serrano (BUARQUE, 2010). Essa narrativa arqueológica vai de encontro aos novos estudos indígenas no sentido de se perceber a ação dos nativos, não como mero reflexo das vontades europeias ou vítimas, e sim de acordo com seus próprios interesses (ALMEIDA, 2013). Por sua vez, os vestígios materiais

escavados no sítio Serrano mostram uma forte evidencia dos efeitos negativos desse contato com os europeus:

“Pode-se aventar a hipótese de que nessa aldeia, após o contato com o europeu, tenha havido alta mortalidade decorrente do contágio de novas doenças, o que justificaria a grande quantidade de urnas funerárias” (M.D.GASPAR, M.C.TENÓRIO, A.BUARQUE, M.BARBOSA-GUIMARÃES, J.C.OLIVEIRA & R.SCHEEL-YBERT, 2004, p. 118)

A partir do aporte europeu na região efetuada por franceses e portugueses, temos uma intensificação dos contatos entre os nativos e os europeus ao longo do século XVI evidenciado pelos inúmeros achados arqueológicos em Araruama. Por outro lado com o processo de colonização iniciado pelos portugueses houve a reação dos indígenas ao processo como descrito na tese de doutorado da Prof.<sup>a</sup> Ângela Buarque:

[...]un mouvement connu comme « *Confédération des Tamoios* », conduite par des guerriers Tupinambás, et qui réunit des groupes, antérieurement rivaux, mais qui décidèrent de s’allier contre l’ennemi commun. Elle débute en 1556, mais déjà on enregistrait quelques révoltes en 1554, et elle a duré jusqu’en 1567, infligeant de grandes pertes parmi les Portugais, par l’attaque de bourgs [...] (BUARQUE, 2009, p.104)

Nesse momento na narrativa edificada por Ângela Buarque, os indígenas são inseridos em uma série de ações na qual eles aparecem como elemento ativo, assumindo o protagonismo através de uma série de ações como identificar um inimigo, articular alianças, comandarem ataques, ou seja, reconfigurar o processo histórico na qual estão inseridos. Apesar de ser uma reação a uma ação portuguesa, o discurso evidencia uma ação consciente dos Tupinambás.

Apesar de alguns sítios arqueológicos trazerem datações (KNEIP, 1983) que postergam a ocupação tupinambá para períodos mais recentes, Ângela em acordo com a historiografia local não acredita em uma ocupação tupinambá além dos séculos XVI e XVII na região e em Araruama: “a pesquisa em documentos históricos relativos à região não

confirmou a existência de aldeias posteriores ao século XVII” (BUARQUE, 2010, p. 156). Nesse cenário de avanço do colonizador segundo Ângela Buarque os grupos tupinambás:

[...] fugiam para o interior ou aceitavam o controle dos jesuítas, formando as missões religiosas, onde a igreja ocupava a parte central dos aldeamentos. A submissão, que implicava ao abandono ou na reestruturação de aspectos norteadores de sua cultura, como a antropofagia e as atividades guerreiras, foi a alternativa à escravidão imposta pelo colonizador europeu. (BUARQUE, 1999, p.311).

Em consonância com a historiografia indígena, a narrativa arqueológica desenvolvida em Araruama tem propagado que mesmo aldeados esses nativos procuraram se reorganizar, criando novas identidades e reestruturando sua cultura nessa nova condição de aldeado até século XIX (ALMEIDA, 2010). Por sua vez, pesquisas arqueológicas que vem sendo realizada no interior do Rio de Janeiro e Minas Gerais (MAGESTE, 2017), têm demonstrando que grupos tupinambás diante do avanço do colonizador na Região dos Lagos, procuraram se articular em grupos menores e adotar novas estratégias de sobrevivência. Entende-se “A dinâmica de mobilidade e ocupação territorial pode ser entendida como uma estratégia de resistência para assegurar a continuidade de seu modo de vida frente aos impactos decorrentes do colonialismo [...]” (SILVA, 2015 site)

A narrativa arqueológica desenvolvida na região de Araruama tem pelo menos de maneira parcial, recuperado a condição de protagonismo indígena na história local, e de uma forma que nunca havia sido exposto pela historiografia araruamense. A existência de perspectivas diversas e com permanências em relação ao lugar do índio, marca o próprio momento da arqueologia com os embates e a confluência de teorias (FUNARI, 2003; TRIGGER, 2004). Em alguns momentos dentro de uma perspectiva sociológica que procurou inferir aspectos sincrônicos e em outros momentos reforçando antigas percepções na arqueologia e por fim, procurando em algumas situações entender suas ações e escolhas dentro do agenciamento dessas pessoas. Marcando assim a confluência do desenvolvimento das pesquisas em Araruama e a penetração de uma perspectiva na arqueologia nacional de uma nova história indígena ao longo dos anos 1990 e 2000.

Por fim, a história indígena araruamense, até então marcada pela invisibilidade diante da historiografia local produzido entre as décadas de 30 e 90, ganhou espaço pela ação dos arqueólogos que se portaram como configuradores da cultura histórica (COSTA, 2009, p.278) A arqueologia segundo a arqueóloga do Museu Nacional Madu Gaspar tem procurado “[...] conta[r] a história dos vencidos. Índios e franceses foram derrotados e esquecidos.”

(GASPAR, 2006). Na qual os indígenas se configuram como os derrotados pelos colonizadores e os esquecidos pela historiografia local (ALMEIDA, 2010; MONTEIRO). Em outra perspectiva, os arqueólogos que trabalharam em Araruama de diversas maneiras, tem redigido narrativas que “que incluam as comunidades e as minorias, ausentes da narrativa historiográfica” (LINO: BRUHNS, p.96.).

### 3.2 OUTRA FORMA NARRATIVA: O MUSEU ARQUEOLÓGICO MUNICIPAL

Em relação ao município de Araruama, identificamos desde a década de 1970 o desenvolvimento progressivo de pesquisas arqueológicas em todo o seu território. Em uma perspectiva local, esses arqueólogos foram realizando uma escrita da história de Araruama (COSTA, 2009). Uma narrativa arqueológica marcada pela presença dos indígenas Tupinambás e que por vezes entrava em conflito com as narrativas tradicionais que praticamente tornaram invisíveis esses personagens ao longo história araruamense. Sendo de grande importância acadêmica, os sítios arqueológicos de Araruama ganharam uma visibilidade perante a comunidade científica nacional. As pesquisas em Araruama têm provocado pesadas reflexões na arqueologia sobre a origem e a expansão dos Tupis pelo território nacional, como salienta arqueólogo da USP, Eduardo Neves em uma entrevista: “*Os resultados são bem surpreendentes. Eles complicam um pouco as coisas, talvez até nos levando a rejeitar uma origem amazônica dos tupis-guaranis*”. (apud GERAQUE, 2008).

Ao mesmo tempo em que o debate acadêmico trata as leituras sobre o passado de forma “menos existencial y más cognitiva, más científica [...]” (COSTA, 2009, p.279), uma das perspectivas da arqueologia atualmente é justamente refletir sobre um novo papel social da arqueologia e na qual “[...] a arqueologia não deve favorecer os interesses nacionalistas e hegemônicos do Estado, mas sim as lutas políticas de empoderamento de grupos minoritários” (VASSALO; CICALLO, 2015, p. 247). Entendendo que “O bem como valor de patrimônio, qualquer que seja sua natureza, tem menos a ver com as interpretações de historiadores, etnólogos, arqueólogos, arquitetos e etc.” (MENEZES, 2016, p.329), os arqueólogos ligados ao Museu Nacional agiram desde o início no sentido de viabilizar políticas locais de proteção aos vestígios e artefatos materiais dos povos indígenas.

Em vários outros documentos identificamos que por diversas vezes a equipe do Museu Nacional, responsável pelas escavações em Araruama, recomendava políticas locais de



proteção. Em um relatório endereçado ao Secretário de Cultura do Município, na época o Senhor Ricardo Adriano da Silva, a arqueóloga do Museu Nacional responsável pelos trabalhos em Araruama, a Prof. Dr. Ângela Buarque, denunciava as ameaças aos sítios arqueológicos de Araruama e ressaltava a importância dos mesmos perante a comunidade científica:

Para ressaltar ainda mais a importância do patrimônio arqueológico de Araruama, destaco que alguns desses sítios, já datados, estão entre os mais antigos da tradição ceramista Tupi-guarani, grupo de origem amazônica que ocupava densamente o litoral brasileiro antes da chegada dos portugueses. Esse é o caso da Aldeia de Morro Grande, datado do século III de nossa era.<sup>26</sup>

Com o avançar das pesquisas em Araruama a coordenadora das escavações Professora Ângela Buarque, direcionava seus esforços no sentido de mobilização do governo local para que “[...] esse Museu de Araruama fosse instalado e esse material possa retornar para a comunidade [...]” (BUARQUE, apud ANDRADE, 2002, p. 47). Em um fax enviado para a Secretária de Educação Professora Vera Pinto Figueiredo, datada de 27 de novembro de 1995, a arqueóloga do Museu Nacional Ângela Buarque se colocava como intermediária no processo de criação do museu arqueológico: “Em dezembro voltarei a Morro Grande, para levar a museóloga da USP que vai fazer o projeto do Museu” (BUARQUE, 1995)<sup>27</sup>.

Entendemos que os arqueólogos foram se portando como agentes e emissores de uma determinada leitura que se faz do passado naquela localidade e que através de diversas ações levaram ao poder público local as suas demandas com relação ao reconhecimento efetivo dos artefatos arqueológicos locais. Assim, ressaltamos como as políticas públicas podem sofrer a interferências de grupos e demandas específicas, como no caso de Araruama:

Um conjunto de ações e omissões que manifestam uma modalidade de intervenção do Estado em relação a uma questão que chama a atenção, o interesse e a mobilização de outros atores da sociedade civil. Desta intervenção, pode-se inferir uma determinada direção, uma determinada orientação normativa, que, presumivelmente, afetará o futuro curso do processo social desenvolvido, até então, em torno do tema. (1976 apud RANGEL 2010, p.128)

Nesse cenário, a Prefeitura de Araruama através do decreto 036 de 30 de março de 1998<sup>28</sup>, durante o mandato do prefeito Vilmar José Dias de Oliveira, criou o Museu Arqueológico de Araruama. Suas considerações iniciais no decreto demonstra como os

<sup>26</sup>BUARQUE, Ângela. Relatório sobre a Destruição do Patrimônio Arqueológico de Araruama, 2001. Acervo do Centro de Memória Municipal de Araruama.

<sup>27</sup> BUARQUE, Angela. Fax enviado a Secretária de Educação de Araruama Senhora Vera Pinto Figueiredo. 1995. Acervo do Centro de Memória de Araruama.

<sup>28</sup> Lei Municipal Número 036 de 30 de março de 1998. Disponível no Acervo do Centro de Memória de Araruama.

agentes do governo local passaram a reconhecer oficialmente a importância cultural desses vestígios materiais:

[...]Considerando que a ação cultural contribui para as grandes transformações sociais e históricas do povo.

Considerando que o Município de Araruama reúne todas as condições para a instalação do Museu Arqueológico, sendo hoje o berço de vários sítios arqueológicos, cujo material de origem Tupinambá, tem sido utilizado em pesquisas não só no setor de arqueologia, mas também, na área de antropologia.

Considerando que a criação do citado Museu representará um grande avanço na preservação do Patrimônio Cultural do Município [...] (1998)<sup>29</sup>,

Esta lei municipal deve ser entendida como um comunicado oficial do poder público no reconhecimento de que esses artefatos e vestígios são parte do patrimônio local, como também reconhecem o seu papel fundamental na preservação e divulgação desse passado indígena. Entretanto, os anos passaram e o Museu Arqueológico acabou não sendo implantado diante do cenário em que as “as políticas públicas, foram moldadas e definidas por condições locais” (MORAES, 2009, p.55). Entretanto, a ação dos arqueólogos, não se encerrou naquele momento, pois era necessária a efetivação do Museu Local, como podemos verificar nas palavras da própria Ângela Buarque, as suas ações junto ao poder público de Araruama no sentido de restaurar o prédio da antiga prefeitura (Casa de Cultura) e colocar em funcionamento o referido museu naquele local:

Quando eu vim fazer o salvamento, eu gostei tanto que eu carreguei tudo comigo e levei para o Museu Nacional, entendeu? Eu levei todo o material recuperado aqui, com cópia para o Museu Nacional no momento que Araruama conseguiu restaurar a Casa de Cultura e colocar em funcionamento o Museu que já foi criado, esse material terá chance de vir prá cá voltar pra cá, porque eu acho que é o lugar que ele tem que ficar, não tem porque ele ficar no Rio a gente tem tanto material lá e é aqui que...mas para isso é necessário se preparar. (BUARQUE, apud ANDRADE, 2002, p. 47)

A intensa atuação dos arqueólogos em Araruama junto ao poder público local se insere em um movimento que veio se expandindo desde a década de 1980 na busca da ampliação dos direitos dos povos indígenas e que se refletiram não apenas em políticas públicas relacionadas às memórias de grupos minoritários, mas, também se refletiram em novos estudos e olhares na nova história indígena. No contexto da redemocratização, as memórias soterradas por séculos e narrativas e com discursos que trouxeram uma invisibilidade aos povos indígenas, emergiram lentamente (POLLAK, 1992).

---

<sup>29</sup> Lei Municipal Número 036 de 30 de março de 1998. Disponível no Acervo do Centro de Memória de Araruama.

Em um contexto regional, a década de 1990 foi marcada por algumas ações interligadas a essas novas perspectivas acerca da história e da memória dos povos indígenas no Estado do Rio de Janeiro. Inseridos nessas novas demandas tivemos a criação de políticas regionais ligadas a memória dos povos indígenas como o Museu da Tarioba em Rio das Ostras e o Sambaqui da Beirada em Saquarema (OLIVEIRA, 2011). Ao mesmo tempo foram desenvolvidas algumas ações mirando o incremento de pesquisas fluminenses acerca dos indígenas. Assim tivemos a edição de um guia com fontes (OLIVEIRA, 2011) para o estudo dos indígenas do Prof. Dr. José Ribamar Bessa Freira e a publicação de trabalhos ligados à nova história indígena no Rio de Janeiro, como o livro “Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro,” de autoria da professora Maria Regina Celestino de Almeida.

No município de Araruama no início dos anos 2000, tivemos a o desenvolvimento de um contexto local para que a narrativas antes presas a determinados grupos de arqueólogos e profissionais da história fossem incorporadas enquanto parte da história e da memória oficial de Araruama. Naquele contexto, a narrativa sobre o passado proveniente dos arqueológicos “Se trata de una lectura del pasado menos existencial y más cognitiva, más científica [...] más orientada al contenido del pasado em si mismo [...] (COSTA, 2009, p.279) interagiu com diferentes agentes e principalmente os agentes da Prefeitura Municipal de Araruama. Diante de novas condições “[...] moldadas e definidas [também] por condições locais” (MORAES, 2009, p.55), houve por parte di Pode Público e seus diversos agentes a “[...] apropriação do passado e ao desejo de sua transmissão. [...]” (MENESES, 2018, p.31).

Nessa perspectiva, o Prefeito de Araruama, Francisco Carlos Fernandes Ribeiro, que governou a cidade entre 2000 e 2008, promoveu inúmeras políticas públicas relacionadas à história local. Interligando nessas políticas sobre passado local com agentes e diversos interesses políticos e econômicos, que foram de encontro às antigas demandas por parte dos arqueólogos do Museu Nacional. Em uma mensagem publicada na “Revista Municípios em Destaque” de fevereiro de 2006, o Prefeito Francisco Carlos Fernandes Ribeiro delineou sua política de “[...] resgate da história e da cultura.” (2006, p.06) da cidade de Araruama. Nessas palavras verificamos que um dos objetivos do governo do fora justamente a implantação de ações no sentido de se de configurar e propagar uma determinada leitura do passado local e onde as pesquisas arqueológicas realizadas em Araruama forneceram narrativas para a apropriação do passado local pelos agentes políticos e econômicos (POLLAK, 1989).

Nesse intento, destacamos uma atenção especial ao patrimônio arqueológico recuperado pelos arqueólogos, que disseminaram narrativas sobre o passado de Araruama,

com a ampliação de um passado indígena até então invisibilizado nas historiografias sobre a história da região. O patrimônio arqueológico é visto como um bem material concreto e assim um objeto de valor não apenas material, mas principalmente simbólico para o grupo social na qual está inserido, caso não seja, o material é descartado como lixo. Assim, ao realizar o seu trabalho, o arqueólogo assume a responsabilidade de produzir conhecimento sobre os vestígios materiais ou artefatos escavados. Sendo assim, através do patrimônio arqueológico a sociedade tem a oportunidade de conhecer o seu passado e assim realizar e afirmar sua identidade. Onde “uma de las funciones de la narrativa historica es delinear los límites de la comunidad” (COSTA, 2009, p.278). Como consequência, através de uma determinada leitura do passado se constrói os elementos de pertencimento ou não a um determinado grupo e assim mantém sua coesão interna e conseqüentemente à formação de uma determinada identidade.

Uma das fontes de formação da identidade é justamente uma determinada leitura do passado, cuja uma das bases é a memória, evocado muita das vezes, através do patrimônio arqueológico. Como salienta Pedro Paulo Funari “a criação e a valorização de uma identidade nacional ou cultural relacionam-se, muitas das vezes com a arqueologia” (2003, p.101). Onde através do patrimônio arqueológico a sociedade tem a oportunidade de conhecer o seu passado e assim realizar e afirmar sua identidade. Como salienta o pensador Michael Pollak:

Podemos portanto dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (1992, p.204)

. Entende-se que pensar à identidade de uma pessoa ou de um grupo leva necessariamente a pensar questões ligadas ao passado, ocorrendo assim, uma relação direta entre memória e identidade como salientado mais acima. Como consequência, este tema acaba sendo também palco de debates não apenas sobre o seu papel identitário, mas também sobre sua formação e os usos do passado através da construção de narrativas. Dentro desta perspectiva entendemos que “a história pública e a construção de identidade desfrutam de uma relação simbiótica “ (BERGER & WICKE, 2014, p 231).

Neste ponto, a memória torna-se palco de disputa entre diferentes visões e pensamentos e na qual devemos atentar para a atuação do que podemos definir como o enquadramento da memória ou memória enquadrada, na qual uma determinada leitura do passado é formatada para atender a determinados interesses. Ressalta-se o papel executado por diversos atores profissionais da história, Fernando Sanchez também identifica a

importância da atuação do que ele denomina de “configuradores de la cultura histórica”(2009, p.278), que seriam agentes (pessoas, instituições, etc.) emissores de uma determinada leitura que se faz do passado.

Entende-se que naquele período essas memórias subterrâneas foram ganhando espaço e rompendo com a memória oficial. Posto que “Ninguna cultura histórica está determinada por uma única narrativa” (COSTA, 2009, p.283), cabendo assim um determinado contexto político e social para que essas narrativas ocultas emergissem, prossegue o autor “la condiciones sociales y culturales em lãs que estos discursos emegern” (COSTA, 2009, p.283). No caso das memórias indígenas, essas populações foram exterminadas ao longo dos séculos de ocupação, nesse sentido essas memórias subterrâneas só poderiam ser acessadas de forma indireta, nas mãos dos arqueólogos (POLLAK, 1992, p.3.). Por sua vez, neste processo ressaltamos que a atuação dos arqueólogos ligados a mais antiga instituição científica do Brasil, deve ser vista também dentro do contexto de que “La Universidad, más independiente con respecto a las políticas de memoria oficial” (COSTA, 2009, p. 278). Por isso, com mais autonomia no sentido de buscar e valorizar esses grupos nativos e difundir determinada representação do passado para a sociedade, seja através de suas exposições nas galerias do Museu Nacional ou através da ação pública de seus diversos agentes (arqueólogos, historiadores, etc.).

Ao mesmo tempo essa leitura do passado emanada pelos agentes da Prefeitura Municipal de Araruama, foi de encontro aos interesses econômicos com a criação de um polo de turismo cultural na qual o museu se coloca como porta de entrada, “ Se o visitante aprecia o turismo cultural, Araruama também não deixa por menos. O grande atrativo é o Museu Arqueologico” (REVISTA). Nesse sentido, os agentes econômicos ligados ao turismo na cidade também compactuaram no sentido de se propagar uma leitura do passado local com vistas ao incremento turístico. Nesse jogo de disputa em torno do passado e da memória local, um lento consenso foi sendo produzido em tornou dos artefatos e vestígios arqueológicos indígenas encontrados na cidade. (VASSALO; CICALLO, 2015).

Durante os seus dois mandatos, Prefeito Francisco Carlos Fernandes Ribeiro executou diversas políticas públicas relacionadas a história e a memória local. Onde como principio fundador da identidade de Araruama onde os tupinambás torna-se símbolo da ancestralidade araruamense “[...] viu renascer do útero de sua terra a cultura de um povo esquecido guardado sob seu chão e que ganha um altar que mostrará ao mundo que a história de nossos ancestrais sobreviveu ao tempo.” (2006, p;6).). Por sua vez entendemos que o lugar do indígena na memória emanada pelos agentes público era “[...] era sob a

condição subalterna, fossilizada e mítica no âmago da invenção da comunidade nacional e regional.”(NETO, PEREIRA, 2007, p.153).

Naquele momento desenvolveu-se a propagação de uma determinada leitura do passado local, no sentido de reforçar uma identidade local, pois “Al proponer una determinada lectura de la história, lós dirigentes sociales promueven una noción concreta de la comunidad, de sus límites y SUS características (de su identidad, em el fondo). (COSTA, 2009, 279). Assim, essa nova leitura da história local se propagou através de outras formas narrativas que a Prefeitura de Araruama implementou através de inúmeras ações efetuadas por seus diversos agentes que na execução dos projetos realizaram “[...] uma prévia operação de escolhas e de leituras da história [...]” (MENESES, 2018, p.31).

Essa leitura acerca do passado segundo Fernando Sanchez (2009) necessita se materializar em um lugar ou algo (palavra, imagem, objeto, etc.), pois assim permite que grupos ou indivíduos consigam rememorar e ao mesmo tempo em que essa leitura do passado também consegue ser conservado, comunicado e compartilhado entre os membros da sociedade e para as gerações futuras. Inseridos nessas políticas oficiais tivemos ao longo do seu governo a criação do Museu Arqueológico Tupinambá, de uma Medalha de honra Municipal denominada Tupinambá, a revitalização do ensino da cultura indígena na Escola Municipal Honorino Coutinho, em Morro Grande, segundo Distrito de Araruama e a edição de uma cartilha de estudos sociais destinada aos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental. Por sua vez, entendemos que novas narrativas não significam automaticamente novos discursos acerca do objeto explicitado. Nesse sentido os discursos construídos por essas outras formas de narrar o passado local também será analisado no decorrer dessa pesquisa.

A principal política de memória implantada pela gestão do Francisco Carlos Fernandes Ribeiro foi à criação do Museu Arqueológico. Para tanto foi encomendando um plano museológico e que foi realizado pela Professora Maria Cristina Oliveira Bruno, da Universidade de São Paulo para a instalação do museu local na antiga sede da Prefeitura (Casa de Cultura). Mas com o passar do tempo houve uma alteração no local de instalação do Museu e em 17 de outubro de 2003, foi editado o decreto de número 067<sup>30</sup>, em que promoveu a desapropriação de um casarão centenário a beira de uma importante via regional, a Rodovia Via Lagos, para abrigar o Museu Municipal. Em 2006, depois de alguns anos de reforma e restauração do casarão, o Museu Arqueológico de Araruama foi inaugurado no dia 27 de

---

<sup>30</sup> Decreto Municipal de Número 067 de 17 de Outubro de 2003. Disponível no Acervo do Centro de Memória de Araruama.

Março de 2006 e aberto ao público no dia 16 de Abril de 2006. Em seu discurso de inauguração, o Prefeito da cidade de Araruama, Francisco Carlos Fernandes Ribeiro, ressaltou:

Ao inaugurarmos esse museu, estamos passando para as mãos da população toda a riqueza e importância da cultura do nosso município, que engrandece o nosso Brasil, pois aqui estamos falando da segunda mais importante história arqueológica indígena desse país, que é a Tupinambá. ( apud QUINTANILHA, 2006, p.8)

As palavras proferidas na inauguração do Museu Arqueológico, pelo Prefeito de Araruama, se constituem em um material importante no sentido de entendermos a leitura do passado emanado pelo poder local através de seus diversos agentes. Pois, “os discursos públicos que nos permitem observar a sua natureza ideológica e as escolhas, mas, sobretudo as exclusões explícitas” (FREIRA, 2016. P.35). Nesse discurso entendemos de forma implícita que o prefeito reconheceu um passado indígena local e na qual a população local deveria não apenas se orgulhar, mas reconhecê-los como parte importante do município.

Assim, esse passado materializado no patrimônio arqueológico, torna-se um elemento simbólico e identitário emanado pelo poder público municipal. Reconhecendo que uma das fontes de formação da identidade é justamente uma determinada leitura do passado, cuja uma das bases é a memória na qual a história e a arqueologia fornecem materiais para a formação da memória coletiva (POLLAK, 1989). Nesse ponto, esse passado indígena de Araruama se materializou não apenas nos artefatos e vestígios recuperados e nos discursos proferidos pelos arqueólogos, mas também na criação de um local com o objetivo de narrar através de uma exposição esse passado.

Assim entendemos os museus e os centros de memórias como essenciais para entender e explicitar como aquela localidade pensa sua história, sua identidade e sua memória coletiva em concordância com o pesquisador Eduardo Francisco Pimentel, “Os museus, especialmente de pequenas cidades, se inserem na paisagem da cidade como uma instituição relevante para representar a história, a cultura, o patrimônio, a memória e a identidade da região ou do lugar..”(2016, p.77). Como consequência, os museus portam em suas exposições e galerias o que aquela comunidade considera como simbólico e importante para eles enquanto grupo social.

Nesse sentido, entendemos que dentro da perspectiva de uma história pública, o Museu Arqueológico de Araruama, se constitui como uma narrativa do passado, se utilizando da exposição de seu patrimônio arqueológico, pois como salienta o Professor Manuel Salgado “Patrimônio é também uma escrita do passado, submetida evidentemente a uma gramática e a

uma sintaxe específicas”. (2012, p.98). O museu se constitui como um local na qual segundo o pesquisador Luis Fernando Cerri “ocorre a circulação social do conhecimento histórico” (2010). Por sua vez, o próprio decreto de criação do Museu demonstra a preocupação dos agentes públicos com a montagem de uma narrativa indígena para a cidade. Pois o Museu Municipal tem em uma das duas funções justamente essa preocupação com a montagem da exposição e seu uso na educação história como podemos atestar: “O Museu a que se refere o artigo anterior, se destinará a exposição permanente, com objetivos culturais, educacionais e turísticos.” (1998)<sup>31</sup>.

Desta maneira, a discussão sobre o museu e seus usos ganha destaque, pois entendemos que de acordo com a maneira como esse patrimônio arqueológico será exposto deve ser pensando como uma forma de escrita da história e conseqüentemente uma forma de narrar o passado e onde a seleção dos vestígios e artefatos e a montagem de sua exposição do museu devem ser entendidas como um tipo de operação historiográfica, afinal:

Na sociedade, existem inúmeros usos do passado e que envolvem operações historiográficas das mais extraordinárias. A gente não se dá conta, não é? O que é o trabalho de preservação do patrimônio? É o tempo todo você selecionar um bem para ser tombado. É organizar uma operação historiográfica. É praticar um tipo de pensamento histórico que valorize um tipo de objeto ou de bem simbólico e não outro. É claro que não é a mesma historiografia, a mesma operação historiográfica que essa gente realiza na universidade quando ensinamos História Moderna ou fazemos uma tese. (KNAUSS, 2011, on line)

Afinal, um passado dentro da perspectiva da consciência história, como já foi salientado, que se faz presente em todas as formas de pensamento histórico na qual os homens tem acesso, e nesse ponto ressaltamos que inclusive em forma de patrimônio arqueológico e na própria maneira como foi narrado (selecionado, exposto, etc.). Nesse quesito, entendemos que o Museu Arqueológico forja, através da sua exposição, uma narrativa que se utiliza de outros meios que fogem dos meios historiográficos tradicionais, para contar sobre o passado da cidade de Araruama, Assim temos a inserção desta questão dentro da perspectiva de uma história e no caso uma história pública. Afinal, como salienta José Newton Coelho Meneses,

“o usos da história e a construção de narrativas memorialísticas, divulgação da compreensão da história em suportes múltiplos, são questões pertinentes á reflexão sobre as leituras públicas da história, sobre a história pública” (2016, p.330, apud ALMEIDAS&ROVAL, 2011)

O plano museológico idealizado pela Professora Maria Cristina Oliveira Bruno da Universidade de São Paulo, sofreu uma pequena alteração na disposição da parte expográfica

---

<sup>31</sup> Lei Municipal Número 036 de 30 de março de 1998. Disponível no Acervo do Centro de Memória de Araruama.



para adequação da nova arquitetura com a mudança da localização do museu local. Mas, sua linha narrativa e organizacional foi mantida por Mauricio Candido da Silva, o responsável técnico pela adaptação do Plano Museológico para a nova sede do Museu. O plano tem como meio narrativo os artefatos arqueológicos e na qual “[...] por intermédio dos artefatos arqueológicos, desdobrado em outros testemunhos referenciais” (SILVA, 2004, p.4). Ao mesmo tempo pretende-se através da narrativa idealizada mostrar “[...] as evidencias culturais que consolidaram o município de Araruama, as características das sociedades nativas, os diferentes contatos étnicos do período colonial e os registros da emancipação política e da constituição do município.” (SILVA, 2004, p.4). Nessa ordem cronológica a exposição planejada estava dividida em três módulos. O primeiro intitulado “O território, a ocupação pré-histórica e os primeiros colonizadores da Região dos Lagos”, o segundo módulo seria “A administração colonial e as divisões territoriais” e o terceiro módulo seria o “A cidade de Araruama: perfil e perspectivas”.

Não existem outras informações acerca do projeto do museu arqueológico, mas observando nessa introdução do plano museológico, identificamos como linha geradora da narrativa museológica a montagem de uma “narrativa cronológica e triunfalista.” (BRAGA, 2014, p.104). Onde a temática indígena apareceria apenas na parte introdutória da exposição e inserida no módulo “O território, a ocupação pré-histórica e os primeiros colonizadores da Região dos Lagos”. Apesar da sua inauguração em 2006, o museu nunca recebeu os vestígios e artefatos encontrados nas pesquisas arqueológicas realizadas na cidade pela equipe do Museu Nacional. Em um ofício<sup>32</sup> enviado a Prefeitura no dia 23 de março de 2006, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), não autorizou a exposição das peças em poder do Museu Nacional em função de questões técnicas variadas. Assim, tivemos o museu funcionando apenas de forma parcial, com uma pequena exposição formada por quadros, telas e as peças arqueológicas que até então estavam expostos no Centro de Memória Municipal. Em 2013 o museu foi transferido para uma sala da Casa de Cultura (antigo prédio da Prefeitura) e onde também fica localizado o Centro de Memória Municipal. Atualmente o Museu funciona com algumas exposições pontuais e permanentes sobre a história da cidade e temas de interesse geral.

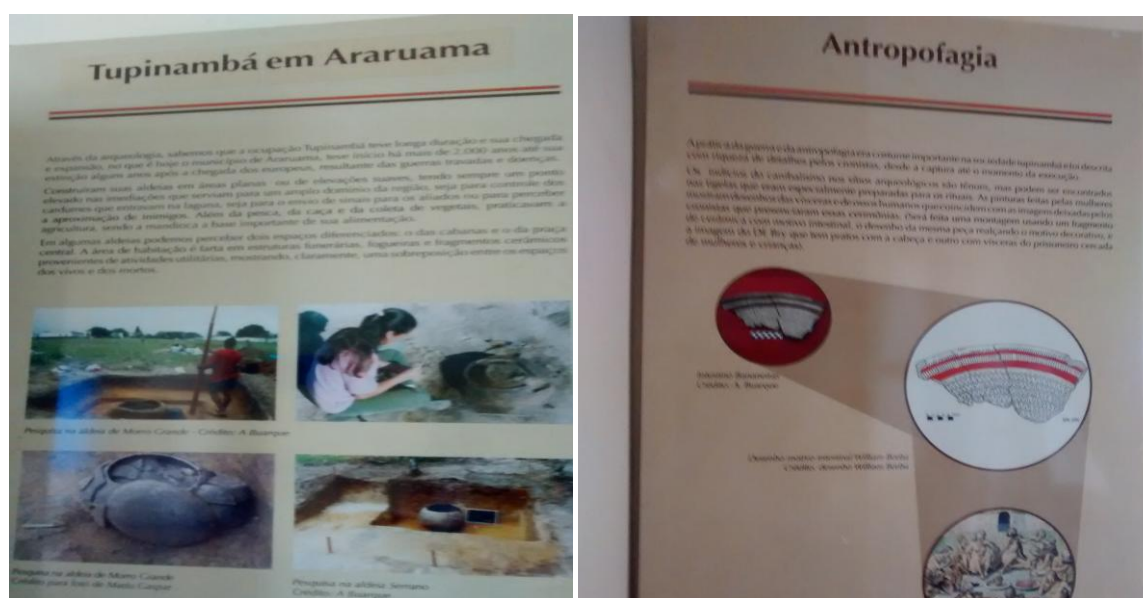
Da exposição original do Museu Arqueológico realizada no casarão no momento de sua inauguração, só sobraram alguns painéis que foram reutilizados na montagem da nova exposição, depois que o museu foi transferido para o prédio atual. A exposição atualmente

---

<sup>32</sup> FIGUEIREDO, Maria Cristina. Fax enviado ao Prefeito de Araruama Francisco Carlos Fernandes Ribeiro em 23 de março de 2006. Acervo do Centro de Memória de Araruama.

exibida atualmente no Museu Arqueológico sobre o passado da cidade está dividida em dois blocos, um dedicado aos indígenas e o outro a parte se dedica a evolução administrativa de Araruama. Com relação à temática indígena a exposição usa como suporte narrativo, três painéis originários da inauguração do museu e alguns artefatos arqueológicos que pertenciam ao Centro de Memória Municipal.

Figura 1 – Painel da primeira exposição em uso Figura 2 – Painel da primeira exposição em uso



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2018

No primeiro painel (figura 1), temos um texto introdutório que descreve em poucas palavras os Tupinambás na região:

Através da arqueologia sabemos que a ocupação Tupinambá teve longa duração e sua chegada e expansão, no que é hoje o município de Araruama, teve início há de 2.000 anos, até a sua extinção, alguns anos após a chegada dos europeus, resultado de guerras travadas e doenças. (MUSEU ARQUEOLÓGICO, 2006)

Em seu primeiro parágrafo, o painel traz uma narrativa na qual se atribuiu algumas ações aos indígenas, como a sua expansão e estabelecimento na região, mas apenas como forma de inseri-los no local. Logo a narrativa retoma um lugar de passividade diante da ação

dos europeus com o processo de conquista. Na parte final são descritos aspectos de suas vidas como “Além da pesca, da caça e da coleta de vegetais, praticavam a agricultura, sendo a mandioca a base de sua alimentação.” (MUSEU ARQUEOLÓGICO, 2006). Uma narrativa focada na descrição e que situa os indígenas fora do tempo e a margem de qualquer ação em sua história.

O segundo painel exposto faz um pequeno resumo sobre os Tupinambás relatando sua origem e expansão pelo território brasileiro. Descrevendo que “Na época de chegada dos europeus no século XVI, os Tupinambás ocupavam uma grande faixa litorânea desde o estado de São Paulo até o Nordeste e os Guaranis haviam se espalhado na parte sul do continente sul-americano” (MUSEU ARQUEOLÓGICO, 2006). Nesse trecho do painel temos uma referência ativa por parte dos Tupinambás, mas sua ação é colocada tendo como referência a chegada dos europeus. Em outra parte do painel,

“Os Tupinambás eram populações agricultores e ceramistas que formavam uma sociedade que se organizava a partir da guerra e da vingança aos inimigos e podem ter sido responsáveis pela desestruturação dos sambaquieiros que, durante milhares de anos tinham sido os soberanos da costa” (MUSEU ARQUEOLÓGICO, 2006).

Entendemos que mesmo quando são portadores de uma ação deliberada essa é colocada sob a égide da vingança e da belicosidade como indutores de suas ações. Em um paralelo com o primeiro painel citado, enquanto a extinção dos Tupinambás é retratada como um processo quase naturalizado diante dos Europeus, a extinção dos sambaquianos é fruto de um ato violento e vingativo por parte dos Tupinambás. Esse caráter selvagem e primitivo é reforçado pelo terceiro painel. Esse terceiro painel (figura 2) traz uma alusão à prática de antropofagia por parte dos Tupinambás,

“A prática de guerra e antropofagia era um costume importante na sociedade Tupinambá e foi descrita com riqueza de detalhes pelos cronistas, desde a captura até o momento da execução. Os indícios de canibalismo nos sítios arqueológicos são tênues, mas podem ser encontrados nas tigelas que eram especialmente preparadas para os rituais”. (MUSEU ARQUEOLÓGICO, 2006).

Esse painel em especial configura uma linha narrativa que traz imbuído em seu discurso uma construção de uma alteridade que enfatiza uma hierarquia ao se explicitar uma prática religiosa exótica e descrita pelos cronistas implicitamente civilizados e cristãos e que acaba evidenciando uma descrição que reforça uma percepção selvageria diante visitantes.. Assim temos que,

A própria decisão de caracterizar os indígenas em sua alteridade, na confrontação com os europeus, deve ser considerada como a produção deliberada de um efeito de sentido que potencializa a diferença entre personagens. (COELHO; ROCHA, 2018, p.478)

Completa a exposição, alguns artefatos recuperados pelos arqueólogos, na década de 80, como alguns cacos cerâmicos e duas urnas funerárias que ficam em destaque no salão. Os painéis descritos não tem uma conexão direta com os artefatos exibidos pela exposição. Assim, os artefatos estão expostos sem quadros ou textos informativos, apenas compondo o cenário da exposição remetendo aos museus etnográficos do século XIX, no qual os artefatos eram exibidos como curiosidades ou evidências ilustrativas sobre os indígenas e não havendo qualquer tipo de contextualização, estudo ou análise (SCHWARCZ, 1993, p.92).

Entendemos assim que o Museu Arqueológico possui atualmente em sua narrativa, elementos contraditórios que realizam uma combinação de discursos construídos em relação aos povos nativos. Onde ao mesmo tempo em que se procura romper com uma alteridade construída através da humanização dos Tupinambás ao dota-los de ações e práticas humanizadas, também reforça essa alteridade ao enaltecer elementos como canibalismo e outras ações que reforçam a diferença (CHAGAS, p.225). Desta forma, salientamos que:

O desafio para os museus de história na contemporaneidade é o romper com uma narrativa cronológica e triunfalista, abrindo possibilidades e reflexões em percursos de visita que se oriente por problemas, perguntas, temas e recortes de conteúdos e temporalidades” (BRAGA, 2014, p.104)

Pois entendemos que sem uma problematização ou uma reflexão, corre-se o risco de se utilizar outra narrativa, mas com o mesmo discurso antigo que naturaliza um papel secundário dos indígenas na história. Nesta perspectiva ressaltamos que um dos pontos que chama a atenção na exposição, que talvez tenha acontecido por desatenção ou descuido, mas que serve para uma reflexão. Um dos painéis ficou escondido atrás de uma réplica de uma nau portuguesa (figura 3).

Figura 3 – Painel atrás da nau portuguesa



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2018

Nesta cena imprevista, temos a representação, do papel exercido pelos conquistadores europeus, na construção de uma invisibilidade dessa população nativa na região. Uma invisibilidade que começou a ser rompida através da ação de diversos configuradores da cultura histórica com a ação dos agentes da Prefeitura de Araruama e os arqueólogos do Museu Nacional. Esses tiveram um importante papel através de ações públicas selecionando, preservando e definindo o que é o patrimônio arqueológico (CHUVA, 2009) e na instalação de uma narrativa sobre o passado da cidade. Tendo primeiramente o Centro de Memória Municipal e depois o Museu Arqueológico, como locais de exposição dessas narrativas. Por outro lado, essas narrativas apesar de darem visibilidade aos tupinambás, rompendo com uma historiografia local, e por outro ainda carregando em seus discursos antigas visões e perspectivas acerca dos indígenas. Narrativas em que os indígenas estão presos no século XVI e se configuram como os derrotados pelos colonizadores (ALMEIDA, 2010; MONTEIRO, 2001).

### 3.3 OUTRA FORMA NARRATIVA: A ESCOLA MUNICIPAL HONÓRINO COUTINHO

No ano de 1985, no Segundo Distrito de Araruama, Morro Grande, foi inaugurada a Escola Municipal Honorino Coutinho, nos dois anos seguintes a sua inauguração a escola continuou em obras com sua expansão e a construção de novas salas de aula e outras dependências. Durante a execução das obras, os pedreiros que trabalhavam no local

encontraram uma urna cerâmica. As obras paralisaram e a arqueóloga Maria Luiza de Luna Dias foi chamada até o local. Ela coordenou os trabalhos de recuperação da urna e alguns outros materiais cerâmicos. Logo após a recuperação, a pesquisa no local não foi aprofundada, foi feita apenas recuperação deste material e escritos alguns relatórios. Somente na década de 90, com a retomada e consolidação das pesquisas em Araruama, tivemos a intensificação das pesquisas arqueológicas em Araruama e em especial no Segundo Distrito Morro Grande.

Neste contexto, em 1993 a equipe da arqueóloga Angela Buarque do Museu Nacional, iniciou uma série de prospecções no distrito de Morro Grande e que se desdobraram na identificação e salvamentos de inúmeros sítios arqueológicos Tupinambás. Um dos locais pesquisados e alvo de trabalhos arqueológicos foi a Escola Municipal Honorino Coutinho, que voltou a ser palco de novas escavações e que resultaram na recuperação de uma vasta coleção de vestígios e artefatos Tupinambás. Com as pesquisas arqueológicas os arqueólogos, em suas ações, contribuíram para que se difundisse uma nova representação do passado local. Na qual os arqueólogos que ali trabalharam, “ [...] elaboran un discurso sobre la misma [o passado] y ló proyectan em el espacio público” (COSTA, 2009, p. 278) através de algumas ações: “A própria Ângela Buarque procurou fazer um trabalho de conscientização junto aos alunos e professores de se preservar o sítio, pois assim estarão preservando uma parte de sua história.” (ANDRADRE, 2001, p 10).

Ao mesmo tempo esses arqueólogos agiram como configuradores de uma determinada leitura do passado foram propagando essa narrativa junto a comunidade escolar através da adoção de inúmeras ações de comunicação. Em uma palestra a coordenadora do projeto na escola, Ângela Buarque, reconhecia o importante papel dos docentes na divulgação e ressaltava o seu trabalho junto a eles, “[...] esse tipo de encontro para mim é extremamente importante, é mais importante ainda pelo fato de estar acontecendo no Honorino, porque é ali que eu tenho desenvolvido o meu trabalho e eu posso conscientizar os professores que lidam com as crianças [...]” (BUARQUE, apud ANDRADE, 2002, p. 46).

Essa rearticulação de saberes entre professores e arqueólogos resolveu localmente um dos grandes problemas enfrentados nas faculdades de história que é a formação de docentes com conhecimento em história indígena. Diversos pesquisadores tem procurado inferir a relação entre o ensino da história e a história pública. Nessas pesquisas se tem buscado romper com essa concepção de que os professores são meros repetidores da produção acadêmica. Entendendo o ensino escolar como uma história voltada para o grande público que tem buscado “[...] problematizar a concepção corrente de que a história verdadeira é a

produzida nas faculdades de história. Trata-se de reconhecer outros campos de produção e significação do conhecimento histórico, como a literatura, o cinema e a educação” (FERREIRA, 2017). No caso da escola, a ciência arqueológica atuava enquanto campo de produção e significação do conhecimento histórico.

Partindo dessas percepções, os professores e demais membros da equipe da Escola Honorino Coutinho, interagiram com esses arqueólogos e nesse processo produziram representações do passado em consonância com os arqueólogos do museu. Nessa interação com os arqueólogos, os professores se constituem como salienta Fernando Costa, “Um grupo destacado es el que Forman lós profesionales de la Historia.” (2009, p.279).

Nesse esteio do desenvolvimento das pesquisas arqueológicas desenvolvidas nas dependências da escola e na busca da construção de narrativas locais acerca dos indígenas em seus diversos aspectos. A direção da escola em 2001 elaborou um Projeto Político Pedagógico<sup>33</sup> denominado de “Resgatando nossa história, preservando nossa cultura” e onde foi inserido no currículo de todos os segmentos de educação que a escola oferecia naquele momento, a educação indígena para ser trabalhada de forma interdisciplinar. Por outro lado, não existem informações ou dados acerca dos trabalhos desenvolvidos pelos professores naquele período. Diante dessa situação torna-se impossível analisar a produção e disseminação de narrativas acerca do lugar dos indígenas na história local.

Atualmente a escola continua a desenvolver atividades ligadas a temática indígena. O Projeto Político Pedagógico<sup>34</sup> elaborado em 2019 continuou dedicando no currículo de todos os segmentos de educação que a escola oferece, a educação indígena para ser trabalhada de forma interdisciplinar Assim a escola trazia no seu projeto o objetivo de “[...] através do resgate da história local, ressaltar a importância e participação das etnias que contribuíram para o povoamento e formação de nosso município “ (PPP, 2019, p.23). Neste ponto, destacamos que a escola antecipou em muitos anos uma antiga demanda que só foi de alguma maneira contemplada com a Lei 11.645<sup>35</sup>, na qual se tornou obrigatório o ensino de história indígena nas escolas de ensino básico.

Assim os professores de história ao longo do ano em um processo de interação com os alunos e demais professores, produzem narrativas nas aulas e demais atividades com o objetivo de disseminar aspectos da história, como “[...] os hábitos e costumes dos índios tupinambás [...](PPP, 2019, p.23). Dentro do Projeto Político Pedagógico da escola os

---

<sup>33</sup> Projeto Político Pedagógico - 2019. Disponível na secretária da Escola Municipal Honorino Coutinho.

<sup>34</sup> Projeto Político Pedagógico - 2019. Disponível na secretária da Escola Municipal Honorino Coutinho.

<sup>35</sup>Lei Federal Disponível em: </www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11645-10-marco-2008-572787-publicacaooriginal-96087-pl.html> Acesso em: 15 de Maio de 2017.

professores se constituem como um elemento importante na emissão de narrativas sobre o passado indígena local. Em função do tempo e das condições materiais, torna-se impossível acompanhar o dia a dia dos professores e assim analisar a produção e disseminação de narrativas acerca do lugar dos indígenas na história local. Por sua vez, a Professora Carla Cristina Bernardino Ramos, produziu uma dissertação no Programa de Mestrado em Ensino de História, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O foco de sua pesquisa não é a história indígena de Araruama e sim um estudo sobre a relação do patrimônio, memória e o ensino de história indígena. Para tal finalidade estudou a Escola Municipal Honorino onde averiguou que se constitui em um local na qual é possível o desenvolvimento [...] um ensino de história preocupado com a revisão da predominância europeia na narrativa histórica tradicional e coerente com a proposição da Lei 11.645/08 [...]” (RAMOS, 2016, p.6).

Através de seu estudo, inferimos que os professores locais no processo de ensino de história indígena, tem articulado narrativas sobre o passado local em sintonia com perspectivas que rompam com o eurocentrismo e as antigas percepções históricas sobre os indígenas. Pois segundo a autora, “Na Escola Honorino Coutinho, encontramos mobilizações práticas de reconhecimento e valorização da história indígena [...] (RAMOS, 2016, p. 15). Por fim, como parte do seu projeto de final realizou um material de ensino para ser utilizado pelos professores locais em sintonia com os debates atuais acerca da história indígena. Para tanto foi criado sequencias didáticas com objetivos diversos, mas que em sua essência foram pensados para em conjunto combater uma série de preconceitos e a visão narrativa eurocêntrica acerca do Brasil (FREIRE). Uma das sequências didáticas traz em seu interior duas atividades diretamente ligadas as narrativas propostas pela nova história indígena.

A primeira atividade foi pensada para que [...] permita [o aluno] visualizar as ações dos diferentes atores sociais em temporalidades diversas.” (RAMOS, 2016, p.64). Permitindo assim que os alunos passem a enxergar os indígenas enquanto agentes históricos que também participavam de forma ativa na construção social. Na segunda atividade a autora preconiza a utilização de uma charge do Henfil para tratar de questões ligadas a cultura e as possibilidades do indígena . Nessa atividade o aluno é levado a [...] questionar a concepção purista sobre as culturas indígenas, tratadas como se não houvessem possibilidades de interações e mudanças.” (RAMOS, 2016, p.64). Assim evidenciando a percepção de que os indígenas são dotados de sociedades dinâmicas e não estáticas como propagada durante muito tempo pelas narrativas locais em consonância com a historiografia nacional.

Além dos meios tradicionais de propagação de uma representação do passado através do ensino, a escola foi além da sala de aula. Tivemos a criação de “lugares de memória” na



escola, na qual essa representação do passado configurado pelos arqueólogos apareceu através de uma narrativa visual materializado em uma sala patrimonial, uma réplica de uma “oca tupinambá” e uma estátua indígena. Pois segundo Fernando Costa o passado necessita se materializar em um lugar para que possa preservar comunicar e compartilhar entre os membros de uma sociedade (COSTA, 2009), uma determinada representação e narrativa sobre o passado. No caso da escola, essa materialização estava presente nos vestígios e artefatos recuperados pelos arqueólogos e que embasaram na escola, a criação desses lugares de memória e na qual estes “[...] posibilitan la interacción de la sociedad com su historia.” (COSTA, 2009, p.280).

Nesse ponto, essa narrativa se materializou na réplica em tamanho natural de uma oca Tupinambá, em uma estátua de um indígena e em alguns vestígios arqueológicos expostos. Esses objetos passaram a narrar através de diferentes formas, que foram além dos livros e das atividades de ensino, esse passado indígena local. Pois entendemos que se constituem “[...] representações visuais do passado [...] (ORÍÁ, 2018, p. 33).

Também encontramos na escola os denominados “[...] lugares de apoio da memória, que são os lugares da comemoração” (POLACK, 1992, p.202). No caso representado pelas festividades que a escola realiza no dia do índio e outros datas comemorativas da localidade. Assim, permitindo assim que essa leitura do passado consegue ser conservado, comunicado e compartilhado entre os alunos e visitantes da escola. A memória social partilhada pelos membros de uma comunidade tem um papel fundamental na formação identitária das pessoas e ressaltamos essa memória social se alimenta pelo material produzido pela história e arqueologia (POLLAK, 1989), como podemos observar na Escola Honorino Coutinho através da relação entre história e a comunidade local. Na qual através de inúmeras ações da direção e da comunidade escolar se, “[...] procurou destacar o sítio arqueológico de Morro Grande.” (ANDRADE, 2001, p.11) e ajudaram ao preservar e compartilhar essa memória social da comunidade em torno dos indígenas. Desta forma, assumindo assim, um papel identitário local, na qual esse passado indígena passou a ser símbolo da escola e motivo de orgulho de seus membros e resultaram em ações como quando, “Mudamos o emblema do uniforme. Fez-se uma bandeira com o índio em destaque” (ANDRADE, 2001, p.11). Nesse sentido esse passado indígena foi de alguma forma incorporada pela memória social da Escola Honorino Coutinho

Por fim, entendemos que as pesquisas arqueológicas trouxeram uma nova visão sobre o passado local, até então submerso por séculos de esquecimentos e na qual os arqueólogos não apenas recuperaram, mas através de suas ações junto a comunidade, promoveram a

difusão dessa nova versão da história. Narrativa na qual os indígenas ganharam destaque, e que com ações educacionais, fez-se sua incorporação como um elemento da memória social da comunidade escolar de Morro Grande.

### 3.4 OUTRA FORMA NARRATIVA: A CARTILHA ESCOLAR “VIVA A NOSSA TURMA: O MUNICÍPIO DE ARARUAMA”

Entendemos que dentro de uma política de refundação da história e a memória da cidade de Araruama o Prefeito Francisco Carlos Fernandes Ribeiro, durante sua gestão efetivou a criação de uma cartilha destinada aos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental com dados da história e geografia da cidade de Araruama. Assim temos a edição da obra com o título “Viva a nossa turma: O município de Araruama” e de autoria das autoras Aracy do Rego Gomes, Maria de Lourdes Araujo Trindade e Tomoko Lyda Paganelli. No prefácio as autoras enaltecem a ação da Prefeitura Municipal de Araruama na elaboração do livro,

A equipe da Prefeitura de Araruama-2002 que, acreditando numa nova proposta de trabalho em Estudos Sociais, causou com “um pé na realidade e outro no sonho”, fazer esse livro para que os alunos conheçam melhor o seu município, tornando-se, assim, cidadãos capazes de agir em prol de melhores condições de vida. (GOMES, TRINDADE, PAGANELLI, 2002, p.5)

A edição da cartilha fez parte do conjunto de ações desenvolvidas pela Prefeitura de Araruama na qual se procurou propagar uma determinada leitura do passado: “A Edição da presente obra faz parte do esforço que nos leva que nos leva a escrever maias uma página da história do município de Araruama”(ATACADÃO, 2002. P.3). Assim ressaltamos que:

“(…) o livro didático é um importante veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura. Várias pesquisas demonstram como textos e ilustrações de obras didáticas transmitem estereótipos e valores dos grupos dominantes, generalizando temas como família, etnia, de acordo com os preceitos da sociedade branca burguesa” (BITTENCOURT 2005, p. 4 72)

Os professores se constituem também como um elemento importante como elemento emissor de determinada representação do passado, afinal, como salienta Fernando Costa, “Um grupo destacado es el que Forman lós profesionales de la Historia.” (2009, p.279). Neste caso, os professores tem um papel importante como difusores e multiplicadores dessa representação do passado advinda da cartilha escrita em consonância com os agentes do poder municipal.

Nesse intento temos a produção de um material destinado ao ensino de história e geografia local destinada aos professores e alunos e na qual

“lembrarmos do papel fundamental (e muitas vezes exclusivo) que os livros didáticos desempenham no conjunto dos materiais a disposição de alunos e professores, bem como da sua constituição como “discurso autorizado” entre este público”(MARTINS, 2009, p.164).

Enquanto material didático e de história a cartilha traz uma leitura do passado local que em um primeiro momento rompe com as antigas concepções ligadas ao ensino de história (REIS, JUNIOR, 2016), na qual a história do Brasil começa com a chegada dos portugueses e ao mesmo tempo discorda da historiografia da cidade ao dedicar inúmeras páginas aos indígenas Tupinambás até então inviabilizados pela produção local. Na sua parte inicial o livro traz dados gerais sobre os indígenas Tupinambás com o título “No começo como era a terra e a gente de Araruama” (GOMES, TRINDADE, PAGANELLI, 2002, p.79). No texto temos uma descrição do ambiente geográfico e da presença humana na pessoa dos indígenas Tupinambás “Habitando essas terras os índios Tupinabás... como viviam?” (GOMES, TRINDADE, PAGANELLI, 2002, p.79). Assim os indígenas aparecem de forma bem genérica, com a descrição de seus hábitos e modo de vida, em uma perspectiva na qual acabou reforçando visões de um indígena preso ao passado e detentor de uma cultura congelada no tempo (FREIRE, 2002).

A análise do material demonstra que “Via de regra, os povos indígenas desaparecem das abordagens didáticas, abrupta ou gradualmente, à medida que os livros didáticos passam a lidar com temas mais contemporâneos.” (COELHO, ROCHA, 2018, p.473) sobre a história local. No capítulo seguinte, “Como surgiu nossa cidade” (GOMES, TRINDADE, PAGANELLI, 2002, p.83), temos a inserção portuguesa na região e o desaparecimento indígena da história local. Evento que o livro descreve como “Os portugueses tomaram posse da terra, ou seja, consideraram os novos donos da terra e de seus habitantes” (GOMES, TRINDADE, PAGANELLI, 2002, p.83).

Assim se por um lado a edição do livro se configura na tentativa de se propagar uma determinada leitura do passado local e na qual os indígenas Tupinambás ganham destaque, entendemos que “ainda que os indígenas estejam presentes na narrativa, eles não são intervenientes” (COELHO, ROCHA, 2018, p.473). Assim temos o reforço de

uma narrativa que se por um lado traz uma visibilidade do indígena Tupinambá enquanto parte da história da cidade, temos que ao mesmo tempo reforça a sua presença apenas em um passado distante e acessível apenas pela arqueologia. Sendo assim, se configura uma linha discursiva que carrega um lugar bem específico do indígena na história da cidade que é o de “fossilizada e mítica no âmago da invenção da comunidade nacional e regional.”(NETO, PEREIRA, 2007, p.153).

### 3.5 OUTRA FORMA NARRATIVA: A MEDALHA TUPINAMBÁ

Nos últimos anos através de inúmeras ações públicas criaram-se novas narrativas e que trouxeram novas perspectivas aos indígenas na história local. Nesse ponto, destacamos a criação do Museu Arqueológico Municipal e os trabalhos realizados na Escola Honorino Coutinho. Entende-se que para melhor fundamentar a pesquisa aqui realizada, devemos ressaltar outras ações do poder público local, de menor visibilidade. No caso destacamos a criação de uma Medalha de Honra denominada: Medalha Tupinambá.

Esta medalha foi elaborada pelo vereador Paulo Roberto Corrêa e aprovada pela Câmara de Vereadores de Araruama através da resolução Nº 22 no dia 29 de agosto de 2005. A mais alta honraria municipal e que é entregue anualmente as pessoas que mais se destacam no município como símbolo de reconhecimento da sociedade. No site institucional da Câmara de vereadores de Araruama, é citada a justificativa para a designação da Medalha Tupinambá onde:

A também reitera através do legislativo araruamense a representatividade dos índios tupinambás na cidade, já que foram os primeiros habitantes dessa terra que retrataram acima de tudo um passado de luta na historia de Araruama.<sup>36</sup>

Entendemos que nessas palavras, os vereadores de Araruama e o Poder Municipal, demonstram que esse passado indígena, faz parte de forma oficial da memória e da identidade local. Numa busca de ressaltar as semelhanças e na formação de uma determinada representação do passado que procura romper com uma alteridade através da humanização dos Tupinambás ao dota-los de características que os vereadores procuraram de alguma forma ligar

---

<sup>36</sup> Resolução número 22 de 29 de agosto de 2005. Disponível no Acervo do Centro de Memória de Araruama.

a história de Araruama, salientando que essa característica começou com os Tupinambás, os antigos moradores e continua até os dias de hoje (CHAGAS, p.225).

A medalha em si deve ser entendida enquanto “[...] representações visuais do passado [...]” (ORÍÁ, 2018, p. 33). Ela traz em seu corpo uma reprodução de uma pintura do século XVI, de um casal de indígenas tupinambás. Uma pintura que carrega em seus traços a visão da alteridade de um pintor francês do século XVI sob os indígenas tupinambás. Temos a reprodução de visões e perspectivas coloniais disseminadas em uma pintura e na qual permitindo assim que essa leitura do passado consegue ser conservado, comunicado e compartilhado entre os moradores locais.

A Medalha é entregue as pessoas que mais de destacam na cidade anualmente, recebem a medalha e na qual o evento deve ser entendido como “[...] lugares de apoio da memória, que são os lugares da comemoração” (POLACK, 1992, p.202). No caso representado pela cerimônia de entrega da Medalha Tupinambá na Câmara Municipal de Araruama com a presença dos vereadores, autoridades locais e personalidades e moradores da cidade.

Apesar dessa visão romântica entendemos avanços importantes em se combater certas visões e preconceitos ligadas aos povos nativos e esboçada por José Ribamar Bessa Freire no no texto “Cinco ideias equivocadas sobre os Índios”. Nesse sentido rompendo com a visão de um índio genérico ao focar na cultura e história dos Tupinambás e ao mesmo tempo enaltecendo a visão de que o brasileiro e no caso o Araruamense tem no seu cerne uma raiz e um presente também indígena. Isto através da valorização e da identificação com a cultura Tupinambá através das atividades de ensino de história e de outras ações realizadas na escola na qual trouxe junto aos alunos o “orgulho da contribuição dos povos indígenas e das diferentes culturas africanas que também e tão bem marcaram a nossa forma de ser.” (FREIRE, 2002, p.22). Por outro lado, entendemos na medalha a disseminação de uma leitura do passado idealizado e romântico. Um indígena guerreiro e valente estando no cerne da ancestralidade araruamense. Nessas leituras o lugar do indígena é o de “[...] fossilizada e mítica no âmago da invenção da comunidade nacional e regional.”(NETO, PEREIRA, 2007, p.153).

### 3.6 OUTRA FORMA NARRATIVA: A REVISTA MUNICÍPIO EM DESTAQUE

No ano de 2006 foi publicada a Revista “Municípios em Destaque”, dedicada à cidade de Araruama. A revista foi dividida em várias seções destinadas a diversos assuntos sobre o

município. Uma dessas partes é dedicada à história do município. Segundo a autora Sonia Meneses “A produção realizada pelos meios de comunicação se tornou um espaço importante, não apenas para a produção de acontecimentos, mas também de conhecimentos históricos.” (MENESES, p. 161). Nesse sentido, os textos jornalísticos também se constituem como “[...] novas formas de produção do conhecimento histórico no tempo presente.” (MENESES, p. 161).

No caso da revista sobre Araruama, em suas páginas o jornalista realizou um resumo das pesquisas arqueológicas e onde elencou alguns fatos e dados das escavações e do museu arqueológico. No início do texto o autor descreve que “[...] Mas, para falar da tradição cultural indígena local, é importante que se descreva as pesquisas arqueológicas realizada no município de Araruama e que fornecem dados sobre a região [...]” (JUNIOR, 2006, p.20). Nesse ponto o autor destaca que a história indígena local está entrelaçada com a arqueologia. Reforçando a percepção propagada durante décadas de que aos povos indígenas caberia o estudo da pré-história. Os indígenas existem enquanto pertencentes a um passado distante que somente a arqueologia é capaz de buscar e obter informações. Mais adiante o autor destaca que “O município de Araruama possui uma vasta riqueza cultural, herança dos Tupinambás que habitaram esta terra desde os primórdios de sua história e que agora vem sendo resgatada de maneira maciça pela Prefeitura [...]” (JUNIOR, 2006, p.20).

Observa-se que em Araruama foi sendo forjada uma identidade local na qual os indígenas eram “[...] como coisas do passado [local]. (FREIRE, 2016, p.34) e pertencentes a uma pré-história local.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a seguinte indagação, “Como os índios têm sido vistos tradicionalmente em nossa história?”(ALMEINDA, 2013, p.14), a Professora Maria Regina Celestino de Almeida inicia o seu livro “Os índios na história do Brasil”. Uma pergunta que traz reflexões importantes não apenas âmbito da historiografia mais também sobre os direitos dos povos nativos. Ao longo do tempo os inúmeros os trabalhos historiográficos destinavam narrativas imbuídas de discursos sobre o passado no qual os indígenas de forma genérica ocupavam um papel marginal ou do esquecimento total.

No caso de Araruama, um território que longa ocupação nativa, o seu lugar não foi diferente, o do esquecimento. Os trabalhos pioneiros realizados nas décadas de 1930 e 1940, por Arthur Valle Junior e Argemiro Ribeiro de Macedo Soares, abriram espaço para a construção e consolidação de uma história e uma identidade araruamense em consonância com uma historiografia nacional acerca da invisibilidade indígena. Esses livros analisados ao longo do capítulo um marcaram o início do desenvolvimento de narrativas locais acerca do passado local que reforçaram a visão de que história daquela localidade iniciou-se com a “chegada” dos portugueses, que ocuparam e trouxeram a civilização para aquela região (FREIRE & OLIVEIRA, 2006, p. 17).

Esses autores não eram historiadores de formação e não praticavam uma história nos moldes acadêmicos, mas, como exposto na dissertação, a ciência histórica não detém o monopólio da relação das pessoas com o passado e no caso, dos habitantes de Araruama com o passado local. Pela utilização do conceito de cultura histórica foi possível compreender as diversas maneiras que uma determinada sociedade pode se relacionar (conhecer e interpretar) o seu passado. (COSTA, 2009, RUSEN, 2001). Essa perspectiva permitiu a compreensão de como esses livros trouxeram leituras sobre o passado e impactaram na formação da memória e da identidade araruamense. A confecção e produção do primeiro brasão da cidade refletia essa leitura comum acerca do esquecimento indígena local.

A cultura histórica de uma sociedade segundo Fernando Sánchez Costa “toma la forma de um sistema o de uma red sócio-comunicativa” (2009, p 178) e na qual operam “cuatros elementos” (2009, p 178). Entendida assim, torna-se uma metodologia importante para o

entendimento da produção, circulação e os agentes envolvidos na produção dessas narrativas. Um dos elementos participantes dessa rede de comunicação na qual opera uma cultura histórica, são os agentes que participam da construção de uma determinada representação do passado, ou seja, são pessoas (historiadores, arqueólogos, etc.), instituições (Museus, escola, etc.), etc., que pensam o passado e “elaboram um discurso sobre la misma y proyectan em el espacio publico (COSTA, 2009, p 178). Fernando Costa os define como os “configuradores de la cultura histórica”(2009, p.278) e os quais se utilizam de diferentes formas narrativas para a transmissão desses discursos (2009, p.278). Essas variadas formas de disseminação de uma leitura do passado devem ser pensadas pela ótica de uma História Pública, pois utiliza e “adopta y se sirve de diversos formatos” (COSTA, 2009, p.280). O conceito de história pública foi útil no entendimento dessas outras formas narrativas que perpassam a produção acadêmica e circulam dentro de uma cultura histórica. Por essa perspectiva foi possível entender ao longo do capítulo dois, como nas décadas de 1980 e 1990, os indígenas, até então esquecidos pela memória e historiografia, apareceram na cultura histórica araruamense.

Entendemos que a emergência indígena na história local está interligada com a atuação dos arqueólogos e o desenvolvimento das pesquisas arqueológicas na cidade. Os arqueólogos envolvidos nas escavações realizadas a partir da década de 70 e retomadas de forma sistemática a partir de 1993 foram se portando enquanto configuradores da cultura histórica, emitindo uma narrativa e um discurso sobre o passado de Araruama. Uma dessas formas de construção narrativa foi justamente no próprio processo de escavação, resgate, limpeza e classificação dos inúmeros vestígios e artefatos encontrados. Na qual através de uma leitura de história pública, esses arqueólogos foram se portando como configuradores, através de inúmeras ações foram selecionando, preservando o patrimônio arqueológico e assim delineando o passado local. Em um processo na qual segundo o pesquisador José Newton Coelho Meneses, se “[...] exige uma prévia operação de escolhas e de leituras da história para a definição do que, por que e como conservar.” (2018, p. 31)

Em uma perspectiva local, esses arqueólogos (configuradores) foram realizando uma escrita da história de Araruama (COSTA, 2009). Uma narrativa arqueológica marcada pela presença dos indígenas e que por vezes entrava em conflito com as antigas narrativas que praticamente tornaram invisíveis esses personagens ao longo história araruamense. Essa leitura acerca do passado segundo Fernando Sanchez (2009) necessita se materializar em um lugar ou algo (palavra, imagem, objeto, etc.), pois assim permite que grupos ou indivíduos consigam rememorar e ao mesmo tempo em que essa leitura do passado também consegue ser conservado, comunicado e compartilhado entre os membros da sociedade.



As primeiras pesquisas realizadas nas décadas de 1970 e 1980 foram realizadas em uma conjuntura nacional marcada pela ascensão dos povos indígenas ao cenário político e pelo retorno a democracia. Ao mesmo tempo, durante a gestão do Prefeito Altevir Barreto, que governou entre 1989 e 1992, algumas ações públicas agiram no sentido de enquadrar os indígenas enquanto parte da história e memória oficial da cidade. Principalmente com a criação do Centro de Memória Municipal e onde o acervo arqueológico deu materialidade às memórias subterrâneas ligadas aos indígenas. Seus reflexos foram sentidos na própria historiografia local com a edição de novos livros que passaram a incorporar os indígenas em contraponto com as primeiras narrativas das décadas de 1930 e 1940. Entende-se que novas narrativas não significam automaticamente novos discursos em torno dos indígenas, pelo contrário, naquele momento os indígenas são inseridos na história local em papéis marginalizados e congelados em um passado distante.

Em fins da década de 1990 e início dos anos 2000, em uma nova conjuntura local favorável, as narrativas antes presas a determinados grupos como os arqueólogos, profissionais da história, nas memórias dos antigos moradores e no pequeno grupo de indígenas locais, fossem incorporadas enquanto parte importante da história e da memória oficial de Araruama. Mesmo diminuta a cidade possui segundo o censo de 2010<sup>37</sup>, uma população indígena. O que coloca a cidade em vigésimo lugar no Estado do Rio de Janeiro e quingentésimo quinquagésimo lugar no Brasil em número de indígenas com cerca de 170 pessoas. Segundo Fernando Costa, “Ninguna cultura histórica está determinada por uma única narrativa” (COSTA, 2009, p.283), cabendo assim um determinado contexto político e social para que essas narrativas ocultas emergissem, prossegue o autor “la condiciones sociales y culturales em lãs que estos discursos emegern” (COSTA, 2009, p.283). Um contexto local que permitiu a “[...] apropriação do passado e ao desejo de sua transmissão. [...]” (MENESES, 2018, p.31).

Ao longo do capítulo três foi possível operacionalizando a chave analítica preconizada por Fernando Sanchez Costa, mapear e entender o movimento de diversas forças que atuaram em conjunto para a que narrativas antes presas a determinados grupos (arqueólogos, professores locais, indígenas, etc.) fossem incorporadas a história e a memória local. A definição do que possa ser ou não memória social estará sempre condicionada pelo resultado de relações de poder em uma sociedade e a própria ciência arqueológica se insere nesse

---

<sup>37</sup> O site do IBGE possui dados básicos sobre os municípios brasileiros. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/araruama> > Acesso em 23 de novembro de 2017.

campo de poder e disputa (FUNARI, 2003). Onde a história e a arqueologia desempenham um papel importante fornecendo materiais para a formação da memória coletiva (POLLAK, 1989). Nesse processo Michel Pollack (1989) enfatiza que a formação da memória social é um fenômeno seletivo. Onde ocorrem processos de dominação e submissão através do uso de diferentes versões, visões e memórias, apontando que muitas das vezes pode ocorrer uma ruptura entre uma memória oficial e dominante e o que ele denominou de memórias subterrâneas, que são as memórias marcadas pelo silêncio, pelo não dito, pelo ressentimento. Os conceitos e discussões efetivadas por Michel Pollak, foram úteis no entendimento das disputas e seleções efetivadas pelas políticas públicas relacionadas ao passado local no âmbito da cidade de Araruama.

Nessa perspectiva, o governo do Prefeito Francisco Carlos Fernandes Ribeiro, que governou a cidade entre 2000 e 2008, promoveu inúmeras políticas públicas relacionadas à história local. Interligando nessas políticas de memória interesses políticos e econômicos, que foram ao encontro às antigas demandas por parte dos arqueólogos do Museu Nacional e outros grupos locais. Durante os seus dois mandatos, Prefeito Francisco Carlos Fernandes Ribeiro executou diversas políticas públicas, acerca da história e da memória, tendo como objetivo central a colocação dos índios tupinambás como princípio fundador e símbolo da cidade de Araruama. Reconhecendo que uma das fontes de formação da identidade é justamente uma determinada leitura do passado, cuja uma das bases é a memória social na qual a história e a arqueologia tem um papel importante fornecendo materiais para a sua formação (POLLAK, 1989).

Inseridos nessas políticas oficiais tivemos ao longo do seu governo a criação do Museu Arqueológico Tupinambá, de uma Medalha de honra Municipal denominada Tupinambá, a revitalização do ensino da cultura indígena na Escola Municipal Honorino Coutinho, em Morro Grande, segundo Distrito de Araruama e a edição de uma cartilha de estudos sociais destinada aos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental. Nessas ações ampliou-se o espaço dedicado a história indígena e sua incorporação a memória oficial da cidade.

A principal política nesse sentido foi a criação do Museu Arqueológico Municipal. Essa se constitui em uma forma narrativa sobre o passado que os historiadores têm dedicado certa atenção nos últimos anos. Pois se entende que na ótica de uma história pública, pensar as exposições museológicas e o próprio patrimônio arqueológico deve ser também entendido como uma forma de narrativa sobre o passado e também de certa forma um tipo de escrita da história, como salienta o professor Manuel Salgado Guimarães:

Pretendo, portanto, sugerir que uma reflexão em torno do patrimônio pode ser compreendida, e acredito mesmo que deva ser feita, em suas estreitas vinculações com o trabalho de produzir narrativas sobre o passado, ofício a que certamente os historiadores, mas não somente e também não exclusivamente, se dedicam. (2012, p. 98)

Nos anos do governo do Francisco Ribeiro os diversos agentes ligados ao poder público municipal promoveram de maneiras diversas, uma leitura sobre o passado local. Narrativas que ampliavam o lugar destinado aos indígenas na história local com a sua incorporação como símbolo municipal e onde tivemos sua propagação por diversos meios. Como resultado teve a inserção indígena na cidade, com sua circulação em vários setores da sociedade como empresa de ônibus, jornal e outras referências diretas aos indígenas em Araruama. Inclusive com reportagens em jornais de grande circulação como o Jornal O Globo.

Figura 5





Observou-se que essas diversas narrativas implementadas e reforçadas durante o Governo Francisco Ribeiro pelos agentes através de diversas formas narrativas, emanavam um discurso já era presente na historiografia nacional. Há, então, o desenvolvimento de uma escrita do passado na qual se entendia que “O lugar dos índios nessa história só poderia estar no passado” (ALMEIDA, p.138). Naquele momento era a busca de um passado que desse um sentido histórico e trouxesse lastros antigos a cidade de Araruama. Esses lastros antigos estariam presentes em um índio mítico, os primeiros habitantes e na qual a história e memória local incorporou a imagem idealizada do indígena como um dos pilares da identidade araruamense (KODOMA, 2009 e “agora apresentados como parte da *história* deste território.” KODOMA( 2007, p.167). Uma visão sobre os indígenas denominada pela Professora Maria Regina Celestino de Almeida de “idealizados no passado” (ALMEIDA, 2010).

. Uma leitura na qual a conquista portuguesa levou a progressiva perda de identidade étnica e ao extermínio dos indígenas em Araruama (MONTEIRO, 142). Onde os indígenas estão presos no século XVI e que são colocados como os derrotados pelos colonizadores (ALMEIDA, 2010; MONTEIRO, 2001). Ao avançar a colonização as narrativas promovem o processo de esquecimento e invisibilidade desses indígenas. Por outro lado, apesar desses discursos, a Escola Honorino Coutinho, é um local que trouxe a possibilidade da construção de novos discursos não apenas antenados com a nova história indígenas, mas, também a esperança de dar visibilidade de fato aos indígenas que até hoje estão presentes na cidade. Onde ressaltamos que a cidade de Araruama não foi uma cidade indígena, ela é indígena.

## 4 DOCUMENTOS E FONTES

### FONTES PRIMÁRIAS

ACERVO: Centro de Memória Municipal de Araruama  
Documentação sobre as políticas públicas da Prefeitura Municipal de Araruama

### LEIS E DECRETOS MUNICIPAIS:

- Lei 612 de 07/04/1989, que reorganiza A administração Municipal e a Secretária de Educação e Cultura.
- Decreto 120 de 26/12/1996, que tomba a antiga Câmara Municipal e faz referencia a um centro de Memória a ser instalado no local,
- Decreto 36 de 30/03/1998, que cria o Museu Arqueológico de Araruama,
- Decreto 067 de 17/10/2003, que promove a desapropriação do Casarão para a criação do complexo educacional e cultural (Museu arqueológico e Escola),
- Decreto 186 de 25/11/2003, que cria a Pinacoteca e o Centro de Memória,
- Resolução número 22 de 29 de agosto de 2005, que cria a Medalha Tupinambá.

### FONTES PRIMÁRIAS: OUTROS DOCUMENTOS

ACERVO: Centro de Memória Municipal de Araruama

BUARQUE, Ângela. Relatório sobre a Destruição do Patrimônio Arqueológico de Araruama, 2001.

BUARQUE, Angela. Fax enviado a Secretária de Educação de Araruama, Senhora Vera Pinto Figueiredo, 1995.

BUARQUE, Ângela. Carta endereçada a Diretora da Divisão Educacional da Secretária de Educação de Araruama, Professora Maria Auxiliadora Alves Dória, 23 de julho de 1999.

FIGUEIREDO, Maria Cristina. Fax enviado ao Prefeito de Araruama Francisco Carlos Fernandes Ribeiro, 23 de março de 2006.

KNEIP, Lina Maria. Carta endereçada a Senhora Gracinha da Prefeitura de Araruama, 23 de Novembro de 1977.

KNEIP, Maria; GOULART, Maria Lucia. *Estudo preliminar para a instalação do Museu do Sítio Arqueológico de Três Vendas*. Relatório, UFRJ 1992.

ARARUAMA, Centro de Memória. Relatório das Atividades realizadas no Centro de Memória Municipal do ano 1992

FONTES PRIMÁRIAS: LIVROS

ACERVO: DIVERSOS

LIVROS A SEREM ANALISADOS SOBRE A HISTÓRIA DE ARARUAMA:

CIDE. *Revista Araruama*. Rio de Janeiro: Cide-Governo do Estado do Rio de Janeiro, 1989.

BRAGA, Wagner. *Praia Seca aos dias de hoje*. Araruama: Prefeitura Municipal/Secretaria Municipal de Cultura, 2002.

FARIA, Ascânio de, MAGALHÃES, ELzamann. Lagoa de Araruama. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1939. Separata do Boletim do Ministério da Agricultura, 1939.

SOARES, Roberta da Silva (ORG.). *Araruama. Panorama de uma cidade*. Araruama: Prefeitura de Araruama, 1992.

PONTES, Élio Monnerat Solon de. *Que significa, afinal, Araruama? Análise onomástica do topônimo*. Niterói, Clube de Literatura Cromos, 2001.

RODRIGUES, Maria de Fátima Moraes. *Araruama: Panorama de Uma Cidade*. Araruama: Editora Damadá, 1992.

SECRETARIA Municipal de Cultura. *Araruama: memória de mulheres*. Araruama: Prefeitura Municipal de Araruama / Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

\_\_\_\_\_. *ARARUAMA: no tempo das histórias*. Araruama: Prefeitura Municipal de Araruama / Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

SOARES, Argemiro Ribeiro de Macedo. *O Município de Araruama: Monografia geográfica*. Niterói, Dias de Vasconcellos, 1945.

SOARES, Emmanuel de Macedo. *As Matrizes de Araruama e São Vicente*. Niterói, NITPRESS, 2011.

VALLE JUNIOR, Arthur. *Araruama, ensaio de levantamento estatístico de município Rio de Janeiro*. TYP, do Jornal do Comércio, 1937.

VASCONCELLOS, Sylvio Lamas de. *Apontamentos sobre Araruama*. Araruama: Albes Pereira Editores, 1998.

TRABALHOS ACADÊMICOS A SEREM ANALISADOS SOBRE A HISTÓRIA DE ARARUAMA: MONOGRAFIAS, TESES E DISSERTAÇÕES:

ANDRADE, Leila Cristina Oliveira de. Araruama, resgatando urnas, descobrindo história. 2001. 60 f. Trabalho final da disciplina P.III (Especialização em Supervisão Escolar) – UCAM, Araruama, 2001.

\_\_\_\_\_. Araruama, resgatando urnas, descobrindo história. Para uma Aprendizagem cidadã. 2002. 102 f. Monografia (Especialização em Supervisão Escolar) – UCAM, Araruama, 2002.

BARBOSA, João Luiz Domingues. *Naquele tempo, era uma família só: uma análise sobre a família e mudança social no município de Araruama/RJ*. 1996. 126 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1996

JOÃO, CRISTIANE RAMOS VIANNA. Terra do sal projeto de um museu do sal em praia seca Araruama. 2012 134 f. Dissertação (Mestrado em bens Culturais). FGV, Rio de Janeiro, 2012

RAMOS, Carla Cristina Bernardino. *A Presença indígena em araruama: patrimônio e ensino de história*. 2016, 91 f. Dissertação Mestrado Profissional de História). Rio de Janeiro, UFRJ, 2016.

TEIXEIRA, Vanessa. *A Cidade e a Lagoa: Memória e a Identidade Urbana em Araruama*. 2006. 157 f. Dissertação em Geografia. (Mestrado em Geografia). UFF, NITERÓI, 2006.

TRABALHOS ACADÊMICOS DE ARQUEOLOGIA A SEREM ANALISADOS SOBRE ARARUAMA:

MAGESTE, Leandro Elias Canaan. CERAMISTAS TUPIGUARANI NO SUDESTE DO BRASIL: OS CONTEXTOS DA ZONA DA MATA MINEIRA E ARARUAMA NO RIO DE JANEIRO. Campina Grande - PB, Ano VI – Vol.1 - Número 11 – Fevereiro de 2016

\_\_\_\_\_. Cronologia e variabilidade: Os Ceramistas Tupiguarani da Zona da Mata mineira e Complexo Lagunar de Araruama. 2017. P. 489. Tese (Doutoramento em Arqueologia) - MAE – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

BUARQUE, A.; RODRIGUES-CARVALHO, C.; SILVA, E.C. Programa funerário dos Tupinambá em Araruama, RJ - Sítio Bananeiras. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 13: 39-55, 2003.

KNEIP, Lina Maria. A Aldeia pré-histórica de Três Vendas, uma tentativa de reconstituição. *Revista de Arqueologia*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 46-52, dez. 1983.

DIAS, Maria Luiza de Luna, *Arqueologia dos Índios, Memória dos Negros: Salvamento arqueológico no Sítio TupiGuarani de Morro Grande*. Araruama, Relatório Técnico, 1987.

## 4 BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Juniele Rabelo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. *História Pública: Entre as políticas públicas e o público de história*. In: Simpósio Nacional de História, 2013, Natal. Disponível em: [http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364156201\\_ARQUIVO\\_TextoFinal\\_ANPUHN\\_ATAL\\_HistoriaPublica\\_2013.pdf](http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364156201_ARQUIVO_TextoFinal_ANPUHN_ATAL_HistoriaPublica_2013.pdf). Acesso em 02 de Junho de 2018.

ALMEIDA, Maria celestino de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 2017, vol. 37, no 75 • pp. 17-38

\_\_\_\_\_. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

\_\_\_\_\_. *Metamorfoses indígenas: Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

ANDRADE, Leila Cristina Oliveira de. Araruama, resgatando urnas, descobrindo história. 2001. 60 f. Trabalho final da disciplina P.III (Especialização em Supervisão Escolar) – UCAM, Araruama, 2001.

\_\_\_\_\_. Araruama, resgatando urnas, descobrindo história. Para uma Aprendizagem cidadã. 2002. 102 f. Monografia (Especialização em Supervisão Escolar) – UCAM, Araruama, 2002.

AVELAR, Alexandre de Sá & GONÇALVES, Márcia de Almeida. Giro Linguístico e escrita da história nos séculos XX e XXI. In: MEDEIROS, Bruno; SOUZA, Francisco;

BELCHIOR, Luna; RANGEL, Marcelo; PEREIRA, Mateus (Orgs). *Teoria e Historiografia*. São Paulo: Paco Editorial, 2014.

BARCELLOS, Monique. Aniversário da Praça Sambaqui da Beirada é comemorado com Festa e Seminário. *Jornal O Saqué*. Saquarema, n 344, p.14, Julho de 2011

BARRETO, Cristiana. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. *REVISTA USP*, São Paulo, n.44, p. 32-51, dezembro/fevereiro 1999-2000

BARROS, José D'assunção. História Política, discurso e imaginário: Aspectos de uma Interface. *Saeculum: Revista de História*, João Pessoa, n.12, p.128-141, jan.\jun. 2005.

BARROS, José D'assunção. História, região e espacialidade. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v.10, n.1, p.95-129, verão. 2005.

BARROS, José D'Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.



BASTOS, Mário Jorge da Motta. História e Discurso: Perspectivas e Controvérsias. Imagens da Educação, Maringá, v. 1, n. 2, p. 1-11, 2011

BAULER, Almir; KEIM, Ernesto Jacob. O DISCURSO ETNOGRÁFICO NA REVISTA DO IHGB: 1840-1860. Espaço Ameríndio, v. 5 n.3, p.66-84, jul.-dez, 2011

BELTRÃO, Maria da Conceição. *Pré-história do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Editora Forense, 1978.

BRAGA, Jezulino Lúcio Mendes. Professores de História em cenários de experiência. 2014. 235 f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

BRAGANÇA, Bráulio Quintanilha de. São Vicente. *ARARUAMA: no tempo das histórias*. Araruama: 12 de Abril de 1991. P. 159-168. Entrevista concedida a Ana Cláudia Coutinho Viegas, João Luiz Domingues Barbosa e Odílio Fabrício Filho.

BRANDT, Cristina Thedim. A criação de município após a Constituição de 1988. I impacto sobre a repartição do FPM e a Emenda Constitucional n. 15, de 1996. *Revista da Informação Legislativa*, Brasília, ano 47, n.187, p.59-75, 2010.

BURKE, Peter. *A escola dos Annales: A Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: Editora UNESP, 1990

BURKE, PETER. *História e Teoria Social*. São Paulo, UNESP, 2011

BUARQUE, A.; RODRIGUES-CARVALHO. C.; SILVA, E.C. Programa funerário dos Tupinambá em Araruama, RJ - Sítio Bananeiras. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 13: 39-55, 2003.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo História e análise de textos. In: \_\_\_\_\_ (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 536-56

CÂMARA MUNICIPAL DE ARARUAMA. Site institucional. Disponível em <<http://www.cmararuama.com.br/medalha-tupinamb%C3%A1.html>> Acesso em: 12 de Maio de 2018.

CAMPOS, Cássio Ricardo Hipólito da Silva. Era assim que era feita a política. A comissão de urbanização de Araruama e as disputas políticas municipais na primeira metade do século XX. 2018. 140 f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018,

CAVALCANTE, Olendina de Carvalho. Movimento indígena: notas para uma discussão. *Revista Texto & Debate*. Boa Vista, n.2, p.20-26, 1996.

CERRI, Luis Fernando. Os conceitos de consciência histórica e os desafios da didática da história. *Revista de História Regional*.v. 6, n. 2, p. 93-112, 2001

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain, “Dicionário dos Símbolos”, Lisboa: Teorema, 1994.

CHAGAS, Mário. *A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto*

Freyre e Darcy Ribeiro. 2003. 307 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014

CHUVA, Márcia. *Os Arquitetos da Memória*. Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: edUFRJ, 2009

CIDE. *Revista Araruama*. Rio de Janeiro: Cide-Governo do Estado do Rio de Janeiro, 1989.

CIQUEIRA, Honorino Marins. Entrevista concedida a Yara Di Giorgio. Araruama, mar. 1988. Apud GIORGIO, Yara Di. Relatório Arqueologia dos índios memórias dos negros. Araruama, SPHAN, 35 p. Relatório Técnico

CORDEIRO, Cecília Siqueira. *Historiografia e História da Historiografia: Alguns Apontamentos*. In: Simpósio Nacional de História, XXVIII, 2015, Florianópolis. Disponível em

<[http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1428357432\\_ARQUIVO\\_ArtigoSNH2015Historiografia.pdf/](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1428357432_ARQUIVO_ArtigoSNH2015Historiografia.pdf/)> Acesso em: 12 de Maio de 2018.

CORREA, Ângelo Alves. Longue durée: história indígena e arqueologia. *Revista Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 65, n.2, p. 26-29, abril/junho 2013

COSTA, Fernando Sánchez. La cultura histórica. Una aproximación diferente a la memoria coletiva. *Pasado y Memoria. Revista de Historia Contemporánea*, n.8, 2009.

COELHO, Mauro Cezar; ROCHA, Helenice Aparecida Bastos. Paradoxos do protagonismo indígena na escrita escolar da História do Brasil. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 25, p. 464 - 488, jul./set. 2018.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. O que a micro- história tem a nos dizer sobre o regional e o local? *História UNISINOS*. Vol. 8. nº 10. Julho/Dezembro. p. 177.

CUNHA, Manuela Carneiro. Índios na Constituição. *Novos Estudos*, São Paulo, v. 37, n.3, p.429-443, set./dez. 2018.

DANTAS, Simone Aparecida Borges. História e Historiografia nos séculos XIX e XXI: Do Cientificismo à História Cultural. In: I Congresso do Curso de História UFG/Jataí, 2007, Jataí. I

Congresso do Curso de História UFG/Jataí, 2007. Disponível [http://www.congressohistoriajatai.org/anais2007/doc%20\(51\).pdf](http://www.congressohistoriajatai.org/anais2007/doc%20(51).pdf) acesso 12 de junho de 2019

DIEHL, Astor Antônio. *Cultura Historiográfica, Memória, Identidade e Representação*. Bauru: Edusc, 2002.

DODEBEI, Vera. Cultura Digital: Novo sentido e significado de documento para a memória social. *DataGramZero- Revista de Ciência da Informação* - v.12 n.2 abr/11

DONNER, Sandra Cristina. História local: discutindo conceitos e pensando na prática. O histórico das produções no Brasil. In: Encontro Estadual de História, XI, 2012, Rio Grande. Anais Eletronicos, 2012, p. 223-235

FAUSTO, BORIS. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1994.

FAUSTO, Carlos. *Os índios antes do Brasil*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2000.

FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. *Historiografia e a Identidade Fluminense*. A escrita da história e os usos do passado no Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950. 2009. 272 f. Tese (Doutorado em história social da cultura) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

FERNANDES, Tatiana Costa. *Vamos criar um sentimento?* Um olhar sobre a arqueologia pública no Brasil. 2007. 211 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FERREIRA, Ana Claudia de Souza. “Caminhos, Mudanças e Resistências indígenas: Identidade e Territorialidade dos índios da Aldeia de Itaguaí – século XIX. 2016. 132 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ, 2016.

FIGUEIREDO, Haydée; GONÇALVES, Márcia de Almeida; REZNIK, Luís. “Entre moscas e monstros: construindo escalas, refletindo sobre história local”. In: Anais do IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História/ Departamento de Ciências Sociais. IJUÍ: Ed.Unijuí, 2000

FLORES, Elio Chaves. Dos feitos e dos ditos :História e Cultura Histórica. *Saeculum: Revista de História*, João Pessoa, n.16, p.83-102, jan.\jun. 2007.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha & OLIVEIRA, José Pacheco de. *A presença indígena na história no Brasil*. Brasília: SECAD, 2006.

FREIRE, José Ribamar Bessa. O índio fora do foco da história. Carta Capital, São Paulo, 8 de Outubro de 2010. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/educacao/carta-fundamental-arquivo/o-indio-fora-do-foco-da-historia/>> Acesso em: 12 de Maio de 2018.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Museus indígenas, museus etnográficos e a representação dos índios no imaginário nacional: O que o museu tem a ver com educação. CURY, Marília Xavier (ORG.). *Museus e indígenas Saberes e éticas, novos paradigmas em debates*. São Paulo, USP, 2016. P.33-39

FREIRE, José Ribamar Bessa; MALHEIROS, Márcia Fernanda. Aldeamentos Indígenas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2009.

FUNARI, Pedro Paulo. *Arqueologia*. São Paulo: Contexto, 2003.

**.GASPAR, Maria Dulce. *Sambaqui: Arqueologia do litoral Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.**

GOUBERT, Pierre. História Local. *Revista Arrabaldes*, Rio de Janeiro, ano 1, n.1, p. 69-82, maio\ago. 1988.

GONÇALVES, Cláudia Pereira. *Divino Tserewahú, vídeo nas Aldeias Et Alii: Uma etnografia de encontros intersocietários*. 2012.316f. Tese (Doutorado em Antropologia Social)-Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. O Presente do passado: as artes da Clio em tempos de memória. ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (orgs). *Cultura Política e leituras do passado: Historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 25-41.

\_\_\_\_\_, Repensando os domínios de Clio: Angústias e ansiedades de uma disciplina. *Revista catarinense de história*. Florianópolis, número 5, p.5-20, 1998.

\_\_\_\_\_. História, Memória e Patrimônio. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: História e Patrimônio*, Brasília: IPHAN, n. 34, 2012.

\_\_\_\_\_. Usos da história: Refletindo sobre identidade e sentido. *Revista em História*. Pelotas, v.6, p.21-36, 2000

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Entre as luzes e o romantismo: as tensões da escrita da história no Brasil oitocentista. In: Guimarães, Manoel Luiz Salgado (Org.). *Estudos sobre a escrita da História*. Rio de Janeiro: 7 Letras. 2006.

GUIMARAES, M. L. L. S. . Nação e Civilização Nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e O Projeto de Uma História Nacional. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, p. 5-27, 1988.

GUIMARÃES, Márcia Barbosa da Costa. *A ocupação pré colonial da Região dos Lagos: Sistema de Assentamento e relações intersocietais entre grupos sambaquianos e grupos ceramistas Tupinambá e tradição Una*. 2013. 392 f. Tese de Doutorado MAE – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2017.

FIGUEIREDO, Hayadée; REZNIK, Luís; GONÇALVES, Marcia de Almeida. Entre moscas e monstros: construindo escalas, refletindo sobre história local. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES DO ENSINO DE HISTÓRIA, 4, 2000, Ijuí. *Anais IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História*. Ijuí: UNIJUÍ, 2000. p. 544-553.

HELLER, Agnes. *Uma teoria da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

HERNANDEZ, Francisca. *El patrimonio cultural: la memoria recuperada*. Gijón: Ediciones Trea, 2002.

HEYMANN, Luciana. *O "devoir de mémoire" na França contemporânea : entre a memória, história, legislação e direitos*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

KARVAT, ERivan Cassiano. A historiografia como discurso fundador: reflexões em torno de um Programa histórico. *Revista de História Regional*. Ponta Grossa, n.10, p.47-70, Inverno, 2005

KNAUSS, Paulo. Combate pelo fato. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, n. 73, 9 de Outubro de 2011. Disponível em <<https://web.archive.org/web/20160806112733/http://revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/combate-pelo-fato>>. Acesso em 23 de Julho de 2018.

KLEIMAN, Mauro. A expansão periurbana da Metrópole do Rio de Janeiro: O precário quadro da situação de água e esgoto da região das Baixadas Litorâneas. *Chão Urbano*, Rio de Janeiro, n.2, p. 2-8, março-abril de 2008.

KNEIP, Lina Maria. A Aldeia pré-histórica de Três Vendas, uma tentativa de reconstituição. *Revista de Arqueologia*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 46-52, dez. 1983.

KODAMA, Kaori. Os estudos etnográficos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1840-1860): história, viagens e questão indígena Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 5, n. 2, p. 253-272, maio-ago. 2010

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora UNICAMP, 1990.

LENCIONE, Sandra. Região e Geografia. A noção de Região no pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (orgs). *Novos caminhos da Geografia*. São Paulo: Editora Contexto, 2001.p.187-204

LIMA, Maria Lúcia Feliciano; MEDEIROS, Janaina Joslin. Empreendedores de Políticas públicas na implementação de programas governamentais. *Rev. Adm. Pública* vol.46 no.5 Rio de Janeiro Sept./Oct. 2012 [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122012000500004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122012000500004)

LIMA, Antonio de Carlos Souza. Prefacio. FREIRE, Carlos Augusto da Rocha; OLIVEIRA, José Pacheco de. *A presença indígena na formação do Brasil*. Brasília: SECAD, 2006

LIMA, Tânia Andrade. Em Busca dos Frutos do Mar. *Revista da USP*. São Paulo, N.44, p. 270-327, 1999

\_\_\_\_\_. Lina Maria Kneip, uma vida, uma obra. *Revista de Arqueologia*. [S.l.], p. 7-14, dez. 2000.

LINO, Jaisson Teixeira; BRUHNS, Katianne. Os arqueólogos e os índios...vivos! Reflexões sobre arqueologia pública, políticas públicas e sociedades indígenas. *Revista CEOM*. Chapecó, ano 25, n.34, p. 96-115, 2011

LOPEZ, Félix G. A política cotidiana dos vereadores e as relações entre o executivo e legislativo em âmbito municipal: o caso do município de Araruama. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, n. 22, Junho, 2004. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782004000100012/](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782004000100012/)> Acesso em 12 de maio de 2019.

MAGESTE, Leandro Elias Canaam. Ceramistas Tupi guarani no Sudeste do Brasil: Os Contextos da Zona Mineira e de Araruama no Rio de Janeiro. *Revista Tarairu*, Campina Grande, V. 1, n.11, p. 84-101, 2016.

MAGESTE, Leandro Elias Canaam. Cronologia e variabilidade: Os Ceramistas Tupiguarani da Zona da Mata mineira e Complexo Lagunar de Araruama. 2017. P. 489. Tese (Doutoramento em Arqueologia) - MAE – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. *Revista História da Historiografia*. Ouro Preto, n. 15, p.27-50, Agosto de 2014.

MARTINS, Marcos Lobato. Os estudos regionais na historiografia brasileira. <https://www.yumpu.com/pt/document/read/12453672/os-estudos-regionais-na-historiografia-brasileira-minas-de-historia> Acesso:22/04/2019, 09:49 (Texto:p.01-19).

MARTINEZ, Pedro Henrique. A nação pela pluma Natureza e sociedade no Museu do Índio (Rio de Janeiro, 1953-1957). *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. v.20. n.2. p. 119-148. jul.-dez. 2012.

MATTOSO, José. A escrita da História – teoria e métodos. Lisboa, editorial Estampa, 1988  
MAUAD, Ana Maria. O passado em imagens: artes visuais e história pública. ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.) *História Pública no Brasil: Sentidos e Itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, , p.87-96, 2016.

MENESES, José Newton Coelho. As leituras públicas da história, a memória social e o patrimônio histórico-cultural. ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.) *História Pública no Brasil: Sentidos e Itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, p.327-331, 2016.

MONTEIRO, John. Redescobrimos os índios da América Portuguesa: Antropologia e História. In: AGUIAR, Odílio Alves; BATISTA, José Elcio; PINHEIRO, Joceny. (Orgs.). *Olhares contemporâneos: cenas do mundo em discussão na universidade*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001a, p. 135-142.

\_\_\_\_\_. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. 2001. 235 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Departamento de Antropologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 2001b.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no "longo" século XVI*. São Paulo: Hucitec, 2000

MORAES, Nilson Alves. Políticas Públicas, Políticas Culturais e Museus no Brasil. *Revista Museologia e Patrimônio*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 54-69, jan-junho de 2009.

MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri; CARNEIRO, Janderson Bax. *Os índios na história da Aldeia de São Pedro de Cabo Frio-séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Grafline, 2010.

NEVES, Eduardo Goes. Os índios antes de Cabral. In: GRUPIONI, Benzi (orgs.), *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília, MEC/Mari/Unesco, 1995.

NEVES, Eduardo Góes. Tupis-guaranis já estavam no Sudeste há 3.000 anos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 17 de Dezembro de 2008. Caderno de Ciência, Disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe1712200801.htm>>. Acesso em: 10 de Novembro de 2017. Entrevista concedida a Eduardo Geraque.

NEVES, Erivaldo Fagundes. História e região: tópicos de história regional e local. *Ponta de Lança, São Cristóvão* v.1, n. 2, abr.-out. 2008 p.25-36

CHEVALIER, Jean e GHEERBRANT, Alain, “Dicionário dos Símbolos”, Lisboa: Teorema, 1994. Apud NOGUEIRA, Sónia Patricia Marques. *Tradição e Inovação na Identidade Visual dos Municípios Portugueses: do Brasão a Marca*. 2012. 157 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Estratégica: Publicidade e Relações Públicas ) – Departamento de Artes e Letra, Universidade da Beira Interior, Covilhã-Portugal, 2012.

NORA, Pierre. Entre Memória e História a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

NORA, Pierre. et al. (ORGS) *La nouvelle histoire*. Paris: CEPL, 1978. apud SCHREINER, Michelle. Jules Michelet. In: PARADA, Mauricio (ORG) *Os Historiadores*. Rio de Janeiro, VOZES, 2013

OLIVEIRA, José Pacheco de. *A presença indígena na história no Brasil*. Brasília: SECAD, 2006. p. 11-15

OLIVEIRA, Adriana Machado Pimentel de. *Entre a Pré-história e a História: Em busca de uma cultura história entre os primeiros habitantes do Cariri paraibano*. 2009. 231 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

OLIVEIRA, Renata de Almeida. *Memória da Ocupação Indígena no Estado do Rio de Janeiro*. 2011. 247 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

ORIÁ, Ricardo. História Pública e Monumentos: A narrativa visual do passado nacional. ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MENESES, Sônia (Orgs.) *História Pública em debate: Patrimônio, educação e mediações do passado*. São Paulo: Letra e Voz, p.33-50, 2018..

OSZLAK, Oscar; O'DONNELL, Guillermo. *Estado y políticas estatales en América Latina: hacia una estrategia de investigación*. Buenos Aires: Clacso, 1976. Apud

PIMENTEL, Eduardo Francisco. Museu Municipal: Memória, História e Identidade. O Museu Municipal de Carangola-MG. 273 f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Revista *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989

\_\_\_\_\_. Memória e Identidade Social. Revista *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PROUS, André. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: UNB, 1991.

QUINTANILHA, Luis. Inaugurado Museu Arqueológico de Araruama. *Jornal Rural*. Campos dos Goytacazes, p. 8-9, março-abril de 2006.

REIS, José Alberione dos. Não pensa muito que dói: um palimpsesto sobre teoria na arqueologia brasileira. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2010.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In:\_\_\_\_\_. Jogos de Escalas a experiência de uma microanálise. Rio de Janeiro, Editora FGV,1998, p.15-38.

RIBEIRO, Loredana; JÁCOME, Camila. Tupi ou não tupi? Predação material, ação coletiva e colonialismo no Espírito Santo, Brasil. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 9, n. 2, p. 465-486, maio-ago. 2014

RODRIGUES, Maria de Fátima Moraes. Araruama: Panorama de Uma Cidade. Araruama: Editora Damadá, 1992.

ROQUE, Ricardo. A circulação de histórias e coleções nos impérios coloniais. Poderes, saberes, instituições. JERÓNIMO, Miguel Bandeira (org.). *O Império Colonial em Questão* (sécs. XIX-XX). Lisboa: edições 70, 2013.

ROIZ, Diogo da Silva. A Institucionalização do ensino universitário de geografia e história na faculdade de filosofia, ciências e letras da Universidade de São Paulo entre 1934 e 1956. *Revista Agora*, Santa Cruz do Sul, v. 13, n.1, p. 65-104, jan./jun. 2007



RUSEN, J. *Razão histórica: teoria da história - fundamentos da ciência histórica*. Brasília: UNB, 2001.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre História Pública no Brasil. ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.) *História Pública no Brasil: Sentidos e Itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, , p.23-35, 2016.

SANTOS, António Nogueira. *Novos dicionários de expressões idiomáticas*. Português. Lisboa : Edições J. Sá da Costa, 1990

SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. *Novos Estudos*, 79, Novembro de 2007

SANTOS, Yuri; MANO, Marcel. A presença e a imagem dos indígenas na história e historiografia do triângulo mineiro. *Revista Horizonte Científico*. Uberlândia, VOL 9, Nº 2, Dez. 2015, s.p. Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/view/25079>

SILVA, Edson. O ensino de história indígena: possibilidades, exigências e desafios com base na lei 11.645\2008. *Revista História Hoje*, Rio de Janeiro, v.1 n.2, p. 213-223, 2012.

SILVA, Leandro Maciel. A escrita da história no Brasil oitocentista: o lugar da província do Ceará. *SAECULUM - REVISTA DE HISTÓRIA*; João Pessoa, n.33, jul./dez. 2015. P.339-356

SILVA, Ana Paula da. Demografia e Povos Indígenas no Rio de Janeiro Oitocentista. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*; Santa Vitória do Palmar Vol. 10 Nº 20, Julho - Dezembro de 2018. p.81-106

SMITH, Laura Jane. El espejo Patrimonial ¿ ilusión narcisista o reflexión es Múltiples ? *Antipoda Revista de Antropología y Arqueología*. Bogotá, Número 12, p. 39-63, 2011.

SOUZA, Alfredo Mendonça, *Dicionário Arqueológico*. Rio de Janeiro: ADESA, 1997.

SOUZA, Marcos Andre Torres de Souza. A arqueologia dos grupos indígenas em contextos históricos: Problemas e questões. *Revista de Arqueologia*, Pelotas, v.30, n.1, p.144-153, 2017

TORRES, Genesis. Genesis Torres: Um pouco de História. *Jornal O Dia*, Rio de Janeiro, 6 de março de 2015. O dia na Baixada Disponível em: <[https://odia.ig.com.br/\\_conteudo/odiabaixada/2015-03-07/genesis-torres-um-pouco-de-historia.html](https://odia.ig.com.br/_conteudo/odiabaixada/2015-03-07/genesis-torres-um-pouco-de-historia.html)>. Acesso em: 19 de maio 2018.

TRIGGER, Bruce. *História do Pensamento Arqueológico*. São Paulo: ODYSSEUS, 2004.

Varnhagen, F.A. *História geral do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos. 1978 [1854].

VASSALO, Simone; CICALLO, Andre. Por onde os Africanos chegaram: O Cais do Valongo e a institucionalização da memória do tráfico negreiro na Região Portuária do Rio de

Janeiro. *Revista Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 21, n. 43, p. 239-271, jan./jun. 2015

VIDAL, Lux. O Museu dos Povos Indígenas do Oiapoqui – Kuahí. Gestão do Patrimônio Cultural pelos povos indígenas do Oiapoque, Amapá. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, Suplemento 7, p.109-115, 2008

VIEGAS, Ana Claudia C. Introdução. In: VIEGAS, Ana Claudia C.; BARBOSA, João Domingues Luiz; SOARES, Roberto da Silva; SALGUEIRO, Wilberth Claython Ferreira. (ORGS.) Araruama: Panorama de uma cidade. Itaperuna, Damadá, 1992.

VIEGAS, A. C. C. 1997. *Trocas, facções e partidos*: um estudo da vida política em Araruama-RJ. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro.

VILAR, Leandro. Cultura histórica e cultura historiográfica: uma síntese reflexiva Seguindo os passos da História, 2014. Disponível em: <http://seguindopassoshistoria.blogspot.com/2014/09/cultura-historica-e-cultura.html>>. Acesso em: 19 de maio 2018.

WANDERLEY, Sonia. Narrativas contemporâneas de história e didática da história escolar. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.) *História Publica no Brasil: Sentidos e Itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p.207-217.